



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

RELATÓRIO

VI Encontro Nacional de Educação Social - VI ENES

Tema “Educação Social e Políticas Públicas: Uma História possível”.

Local: cidade de Goiânia, estado de Goiás, no período de 15 a 18 de novembro de 2012, no Auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, situada na Rua 235, sn - Setor Universitário - Goiânia - Goiás – Brasil.

Coordenação do VI ENES

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Universidade Federal de Goiás; Prefeitura Municipal de Colatina – ES; Casa da Juventude Pe. Burnier - GO; Sindicato dos Químicos de São Paulo – SP; FETQUIM – SP; Sindicato dos Químicos – ABC – SP; Projeto Meninos e Meninas de Rua– SP.

15 de novembro – ABERTURA

O VI Encontro iniciou às 19 horas e 30 minutos com apresentação de imagens do V Encontro em Olinda /PE, tendo como cerimonial João Batista do Espírito Santo Junio – educador social MMMR/PE, no momento Edielson Sousa Santos – diretor do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo declamou duas poesias de Zé Laurentino da Paraíba. Em seguida o cerimonial Junio fez uma homenagem *in memoriam* ao companheiro Toninho que fez parte da coordenação nacional/MG conhecido como cabeção falecido neste ano cantando uma música que toca em Pernambuco no afoxé “... *acotirene sempre morre um guerreiro, acotirene pra depois mais dez surgir*”.

Os representantes das instituições convidadas foram chamados a compor a mesa de abertura:

- Cida Martins- coordenação local do **VI Encontro Nacional de Educação Social** e da coordenação Nacional do MMMR



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

- Francisco Sales Vieira- secretário de Políticas Sociais-Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo
- Hamilton José – presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente de Goiás
- Marcos Antônio/ Marquinho- conselheiro no CONANDA pelo MMR
- Mauro Rubem – Deputado Estadual de Goiás
- Marcelo Nascimento – representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos - Campanha Menino não é de Rua
- Maria Julia Deptulski- vice-presidente do CONGEMAS- Colegiado Nacional dos Gestores da Assistência Social
- Edivardo Madureira Brasil - Reitor na Universidade Federal de Goiás
- Geisimoser – coordenadora do Centro de Pesquisa de Adolescente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás
- Roni - Associação Estadual dos Educadores Sociais de São Paulo
- Ney Moraes – coordenação Internacional dos Educadores/as Sociais

Com a fala inicial de Cida Martins, coordenação local do VI Encontro Nacional de Educação Social, fez-se um breve histórico dos encontros realizados.

“Boa noite, quero dar a boa vinda a todos os presentes e aos que ainda virão, quero cumprimentar a mesa na pessoa do magnifico reitor Edvar Madureira Brasil e dizer da nossa satisfação de sediar o VI Encontro Nacional de Educadores Sociais sendo que o primeiro ENES que a gente chama carinhosamente aconteceu em junho de 2001 em São Paulo/SP, até então provocado pelo pessoal que trabalha diretamente com crianças e adolescentes que é um movimento muito grande neste país, somos um número considerável, a partir dos outros encontros em julho de 2002 - Maringá/PR; em novembro de 2004 - Colatina/ES; em novembro de 2006 - Belo Horizonte - MG e em novembro de 2008 - Recife – PE, foi agregando outros trabalhadores de outras áreas das políticas públicas não só da área da criança e do adolescente. A primeira edição trazia uma pergunta em seu tema Educação Social uma História Possível? E agora nesta sexta edição nós estamos com o Tema **“Educação Social e Políticas Públicas: Uma História Possível”**. Nós começamos a afirmar que isto realmente é possível é viável e acontece. Então o encontro tem por objetivo: a) dar continuidade ao debate e intercâmbio nacional e internacional de experiências; b) identificar os caminhos da educação social na perspectiva de políticas públicas de caráter universal, c) proporcionar espaço de reflexão e formação de Educadores Sociais no Brasil, e e) Garantir uma participação efetiva dos educadores/as da região centro oeste



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

tendo em vista seu caráter nacional e a grande dificuldade da participação desses atores nos encontros anteriores pela distância geográfica. Temos feitos contato com participação com representantes de toda América Latina não só do Brasil de organização de educadores e hoje registramos a presença de Ney Morais da Associação Internacional de Educadores Sociais representante da América Latina, nosso companheiro de luta de muitos anos.

Cida Martins cita que *“a única coisa que cai do céu é chuva e a luta tem que ser permanente e contínua”* e termina a fala lembrando in memoriam o educador social que foi sujeito de nossa ação *“de menino que estava nas ruas a educador social - Reinaldo Moreira”* e logo após em nome da coordenação nacional e local declara aberto o **VI Encontro Nacional de Educação Social - VI ENES**.

Os demais representantes são convidados a falarem sobre a importância do encontro:

Francisco Sales Vieira- secretário de Políticas Sociais - Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo, cumprimenta a mesa em nome do reitor da UFG Edvar Madureira, e agradece a todos e todas pelo convite e diz que é com grande satisfação estar no VI Encontro, justifica a falta do presidente Raimundo por motivos de agenda, e reforça que desde 2008 a federação já começou a participar pela companheira Ionara, e reforça que *somos educadores sociais e o sindicato não preocupa somente com o chão da fábrica, mas tem ido para as ruas e se preocupam com estas questões sociais, com as políticas públicas referentes: a exploração de criança e adolescente, o uso de drogas, mulheres e questão racial*.

Hamilton José – presidente do Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente, sente que estava em casa na composição da mesa de abertura e pela quebra de protocolo que muitas vezes tem tanta formalidade e perde as origens, e agradece ao animador de cerimônia Junio pela tranquilidade e toda criatividade, cumprimenta todos/as colegas da mesa e pela satisfação de estar presente. Comenta que na semana passada estava em Brasília no Conselho de Direito para elaboração de um guia, de planos de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

convivência comunitária e familiar e que chamava atenção uma orientação para que os planos estaduais e municipais fossem elaborados, de forma que traduzam para população e para a sociedade uma simplicidade para que sintam participantes e comprem a idéia das políticas públicas de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Comenta que na realização das conferências este ano, às vezes vários colegas estavam muitos assustados com plano decenal *“nossa é tudo isso aqui que a gente vai ter que ver”*, são 90 metas, eixos, tantas diretrizes, como lidar com isso e às vezes a sociedade também ficam muito assustadas com a política, acha bom estar nestes momentos de toda a discussão e traduzir toda essa discussão para nossa pele é um momento muito rico e a gente tem que vestir essa pele e ter este diálogo com a população e traduzir tudo isso. Encerando, tivemos um momento muito motivador na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, que a nossa política no eixo três no plano decenal que está lá muito definido que é a participação efetiva destes, e às vezes alguns adultos diziam isto está muito bagunçado, é o jeito de o adolescente falar, e isto foi muito bacana porque traduz essa nova realidade de fazer política envolvimento da sociedade e da comunidade para que a população possa participar mesmo de verdade e comprar e ser dono dessas políticas, então é muito bom ter todos vocês aqui em Goiânia tentar de verdade traduzir mesmo esta luta do dia a dia das nossas políticas públicas. Obrigado.

Marquinhos- Conselho Nacional CONANDA, cumprimenta a mesa em nome da Cida Martins coordenadora nacional do MMR e enfatiza o trabalho desta desde o começo da discussão social mais moderna nesse país, vem participando na mobilização dos/as educadores/as nesse país e cumprimenta o reitor da UFG Edvar Madureira e em nome dele cumprimenta toda a mesa, agradece a reitoria que cedeu o espaço do auditório da Faculdade de Educação da UFG, e comenta ser um espaço estratégico importante nesse momento muitas vezes de política de privatização da educação, falamos que educação *não pode ser privada porque ela não é local de jogar sujeira, e ela*



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

não pode ser privada porque ela é do povo, conhecimento universidade é da humanidade é muito importante um encontro que discute educação social estar acontecendo dentro de um espaço de universidade, agradece muito por fazer o nosso VI Encontro aqui. Nesta perspectiva da política pública e fica muito evidente que o educador social não faz política pública e não vai conseguir fazer o plano decenal, mas a impressão também que sem este sujeito dentro a política, a política não avança, porque hoje nas políticas que envolvem criança e adolescente é fundamental o papel desse sujeito, desse ator social, dessa pessoa que vem sendo formado nas lutas pela democracia, na luta contra a ditadura, na luta de dar voz para aqueles que não têm voz, a luta para dar visibilidade para aqueles que são invisíveis. Então é fundamental ele sai desses lugares e hoje ele está no centro da política porque qualquer uma das políticas envolvendo criança e adolescente o papel dessa pessoa, desse cidadão chamado educador educadora hoje é fundamental para nosso país e este VI Encontro tem uma audácia pensando na área da infância, essa grande audácia é o quê? É que hoje essa política, essa educação social estamos tentando trazer ela para um grande aliamento: a formação, regulamentação, a organização desses profissionais é fundamental, então quando começamos com plano decenal terminamos de saí de uma Conferência Nacional, onde novos sujeitos começam a aparecer entre eles com destaque para criança e adolescente onde teve entorno de 850 adolescentes participando da nossa 9ª Conferência é fundamental discutir Educação Social na perspectiva também dos direitos humanos de criança e adolescente, então é nessa perspectiva que estamos aqui, quem era para estar e foi convidada a Miriam Maria José dos Santos - presidente do CONANDA que por motivo de estar com suspeita de dengue foi aconselhada a não viajar no momento, que se reporta através da leitura de uma carta :

Aos participantes do VI Encontro Nacional de educadores, boa noite, tomo a liberdade de me reportar a vocês através dessa carta, pois nesse momento fui impedida de viajar por ordens medicas devido a suspeita de dengue, na



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

condição de presidenta do CONANDA e em nome deste colegiado quero agradecer aos organizadores desse evento e em especial ao conselheiro nacional do MMR e o convite que demonstra o reconhecimento que do trabalho desenvolvido pelo Conselho da Criança e Adolescente no tema educação social. E também na condição de educadora social quero testemunhar a relevância dessa categoria na defesa e da intransigência dos direitos de criança e do adolescente, ser educador social é trabalhar para regatar na criança e no adolescente o sentido do valor da vida e propiciar-lhes formas de dinamizar o espírito e além de tudo formar senso crítico e o de o cidadão do bem comum. Como atores do sistema de garantia de direitos, resolução normatizada pelo CONANDA e parte importante para consolidação nacional dos direitos humanos de criança e adolescentes somos convocados a garantir a defesa e proteção as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social procurando assegurar seus direitos abordando-as, sensibilizando-as identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades para promoção de sua autonomia e liberdade contem com o CONANDA nas demandas que se fizerem necessárias muito sucesso e sorte nesse encontro um fraternal abraço Mirian Maria Jose dos Santos – presidente do CONANDA, 15/11/2012.

Roni – Associação de Educadores Sociais de São Paulo cumprimenta a mesa e agradece o convite a associação, *porque discutir a regulamentação de educador social no Brasil é uma das nossas principais existências, nós fomos criados em função do projeto de lei do Deputado Federal Chico Lopes.* Fez uma pergunta à plenária se tem algum educador social? Contando um episódio que aconteceu num Seminário da Defensoria em São Paulo com 200 pessoas e a palestrante chamava toda categoria e não chamou os educadores sociais e ele na sua intervenção falou que a palestrante não tinha chamado os educadores sociais e a mesma toda empolgada chama e *os educadores sociais estão aí?* E nesse momento somente ele levanta a mão, pagando o maior mico. Conta esta pequena história para exemplificar como está a articulação e a conversa com os educadores sociais e o quanto o projeto de lei e discutir esse tema no Encontro Nacional de Educação Social é importante na



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

relação enquanto militante e profissional nessa área. Comenta que *infelizmente os educadores sociais não se reconhecem como tal, a gente vê as entidades usando de artifícios até por conta da subsistência das próprias entidades e vemos o sujeito que se vê como cuidador social, arte-educador, cuidador de cultura e arte, cuidador de medidas, educador de observação e meio fechado, tem várias denominações e eles não se reconhecem*. Recomenda a plenária à leitura do documento teses e proposta do movimento nacional do MMMR, quando se fala da formação do educador social, *o movimento considera educador social aquele que está na ponta e aquele que está coordenação nacional, todos são educadores e a política de formação do movimento ela é transversal, vai para todo mundo, porque considera todos educadores e educadoras pessoas de saberes e que tem necessidade de aprender*. O que estamos vendo com a regulamentação da profissão de educador social é uma parte da academia aproveitando essa nossa luta e lançada pelo pessoal da AESC/CE para trazer outra vertente da educação social, *que é a pedagogia social e a gente tem que discutir isso também*. Nos lugares aonde vamos a gente coloca que não somos contra as pessoas terem acesso ao estudo, ter direito a informação, ao contrário achamos que todo mundo tem que ir para universidade pública de boa qualidade para todos. Se condicionar a regulamentação da profissão a uma graduação que só as universidades privadas vão oferecer já estamos indo para o fracasso, devemos ter um pouco de cuidado e discutir isso, *que formação queremos como organizar ou reorganizar os educadores e educadoras sociais, como trabalhar com essa dinâmica de mudança das políticas nacionais, aonde que o educador social entra nas medidas socioeducativas, no plano de convivência familiar*. Falava semana passada para um grupo de conselheiros tutelar, *por exemplo, o Sinase é uma política nacional que provoca a gente o tempo todo, provoca pra gente ser audacioso, ser divertido junto com a molecada, para ser criativo, para ser pedagógico e infelizmente a gente deixou muito pela questão técnica burocrática de fazer a lei funcionar, de fazer o estatuto funcionar a gente*



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

esqueceu um pouco da pedagogia, então essa nossa estadia aqui com vocês de construir e de fazer essa discussão da regulamentação é de pensar como que a gente volta ser pedagógicos e de sermos meninos e meninas com os meninos e meninas, bom encontro para todos nós obrigado.

Ney Moraes- Associação Internacional dos Educadores Sociais

Saúda a todos e todas, diz ser um grande orgulho estar entre os colegas educadores/as sociais do Brasil e da América Latina e registrando que a associação está participando desde Colatina/ES no ENES na pessoa do Inácio. *Este desafio da regulamentação da construção de uma profissão que tenha a cara e a identidade latina americana é o aspecto fundamental que precisamos investir nesse encontro nestes três dias, fazer um debate que qualifique e aponte para essa educação social com uma cara latina americana que é diferente da européia, temos hoje na associação internacional à presença muito grande de educadores da Europa, que tem uma tradição e uma história típica do velho continente e a América Latina aponta outros desafios, assim como a África, a Ásia e assim como outras regiões do mundo que tem outras trajetórias outras histórias. A importância desse encontro é nesse momento de regulamentação é potencializar a construção de uma identidade nacional do educador social para que na criação da profissão ter uma lei que de fato a gente se reconheça nela, obrigado, bom trabalho para todos nós e vamos a luta porque tem muito para fazer.*

Edvar Madureira Brasil- reitor da Universidade Federal de Goiás

Saúda a mesa e diz da satisfação de ter um Encontro Nacional dos Educadores Sociais acontecendo na UFG, *quando nós nos propusemos a disputar a reitoria da UFG em 2005 nós colocamos uma questão fundamental para o nosso mandato, que era justamente abrir a universidade e trazer as questões do dia a dia, e mais do que trazer e o evento acontecer na universidade era se envolver nessas questões e fico feliz que hoje temos o engajamento de muitos professores e servidores em diversas ações dessa natureza, está aqui Karine, Eulange e tantas outras pessoas que se envolvem*



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

e estão presentes nos editais que são colocados a disposição para execução dessas políticas e para executar trabalhos dessa natureza, então isso está acontecendo de uma maneira muito intensa na universidade, a professora Geisa vai falar daqui a pouco e ela coordena um núcleo nosso que trabalha com criança e adolescente o NECASA que está em transição para mudança de nome, mas ao lado disso submetemos um edital e trabalhamos com os educadores que aplicam as medidas socioeducativas e estamos percebendo as transformações bastante interessantes nesse público, ou seja, a Universidade é um espaço para além da formação tradicional, ela é também um espaço da formação continuada, um espaço de aproximação com a sociedade e que bom que hoje nós temos representantes de todo o país conosco, e nesta palestra de abertura nós teremos a professora Licínia da UFMG uma parceira nossa, envolvida neste evento aqui hoje. eu queria apenas aproveitando a presença do Marcelo Nascimento e de outros possíveis apoiadores também levar essa discussão aqui para outros espaços onde a discussão sobre educação social não tenha a penetração devida, eu estou falando dos veículos de comunicação. Nas universidades Federais depois de uma luta muito grande e nada vem de graça para as Universidades, ficamos 40 anos sem poder ter uma concessão de rádios e TVs educativas, comentava com Deputado Mauro Rubem da nossa satisfação, nós temos um canal aberto da UFG aqui em Goiânia e depois de uma batalha judicial essa semana entrou também no canal fechado na net canal 14 - TV UFG, para termos este canal tivemos que constituir uma fundação de direito privado para ter essa concessão e mais uma luta nossa da ANDIFES e estava presidente nessa época nós conseguimos modificar a política de concessão desses canais, hoje qualquer edital de habilitação de novos canais de TV e de rádio as universidades federais juntamente com os institutos federais são os entes prioritários nessas concessões, assim nós estamos constituindo no sistema federal uma grande rede de rádios e TVs educativas com penetração em todo país, então daqui para frente os canais universitários federais acima de tudo se multiplicarão por



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

este país tanto de FM quanto de TV, porque não pensar a partir do governo federal uma política para financiar a produção de programas nessa área da criança e do adolescente já que a veiculação ficará gratuita porque nós temos a rede que é o mais caro que é a veiculação, então se levantarmos um recurso para financiar a produção, hoje nós já temos 20 TVs universitárias, 28 rádios FM universitárias, e a gente poderia muito bem utilizar esses veículos para divulgação. Agradece a todos pela confiança de realizar o evento na UFG sendo uma oportunidade impar, e que nestes quatros dias de trabalho intenso e consigam atingir todos objetivos propostos nesse Encontro Nacional de Educação social.

Mauro Rubem- Deputado Estadual de Goiás - Comissão de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa, saúda a todos e todas na pessoa da Cida Martins do MMMR, esse encontro coroa uma sequência de lutas muito importante, a criação de uma profissão em lei é fundamental para efetivar uma política pública, não é possível pensarmos em ter uma educação social sem que o trabalhador dessa área e com perfil que aqui está se discutindo exista, porque nós temos uma sociedade profundamente dividida eu sou do partido dos trabalhadores e estamos fazendo grandes mudanças no Brasil, mas ao mesmo tempo não estamos dando conta de evitar graves recuos que esse país está passando, por conta da luta de classe e luta de classe tem que ter exército de lá e de cá. Por isso, uma constituição de uma categoria ela ter direitos, ela se organizar, ela cumprir um papel fundamental por uma política pública para a sociedade é um instrumento vigoroso para todos que querem fazer outra história eu estou aqui apenas como Deputado Estadual, mas nós nos colocamos a disposição para contribuir nessa luta a articular nossos companheiros que estão no Congresso Nacional e, sobretudo ajudar a fazer a mudança no cotidiano, nós aqui em Goiás e particularmente em Goiânia estamos atravessando um momento muito difícil, mas agora está um pouco mais preocupante para todos nós com moradores de rua sendo executados, a polícia de Goiás está esfacelada, nós temos aí uma situação terrível, temos um



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

problema de grupo de extermínio, a criminalização dos movimentos sociais , ou seja, uma agenda que é altamente conflitante com a sociedade que todos nós defendemos. Por isso o encontro acontecendo aqui, ele também é interessante porque com certeza os companheiros/as aqui de Goiás, a Eulange, o Eduardo e tantos outros que aqui está, vão dialogar com vocês para conhecerem um pouco mais a realidade do nosso estado e nós estamos vendo o quanto isso é necessário e aqui recentemente a irmã Ana Vicência que atuava na Igreja Católica com meninas em situação de rua teve que sair do Estado de Goiás por ameaça da banda podre da polícia, não é nem de traficante e de outros grupos e esse é um problema que nós enfrentamos por isso essa necessidade de nós articularmos melhor, achei muito legal os companheiros da Federação dos Químicos de São Paulo essa relação da classe trabalhadora em seus diversos espaços para construir essa outra sociedade que nós precisamos, porque está muito em voga eu posso falar tranquilo que agora acabou essa história de ideologia pra tudo é técnico e desenvolvimento e que essa história de ideologia é coisa arcaica como esta enfiando aqui nas universidades as empresas para poder terceirizar os hospitais de clinica, infelizmente num governo que eu acredito, mas isto é uma deficiência ideológica que nós estamos vivenciando que é preciso os lutadores e lutadoras sociais compreender qual o papel que nós podemos fazer num momento como esse, num basta o povo brasileiro ter um pouco mais de dinheiro no bolso eles tem que fortalecer idéias de uma outra sociedade, e idéias é no campo da luta ideológica e por isso eu me coloco a disposição e desejo a todos/as um bom encontro e obrigado.

Marcelo Nascimento- Secretaria Nacional dos Direitos Humanos

Saúda a todos os educadores e educadoras sociais, cumprimenta a mesa em nome da pessoa da Cida Martins que ao longo dos anos vem contribuindo para a luta sendo muita satisfação estar nessa mesa, trazendo o abraço e carinho da Ministra Maria do Rosário, reforça que a Secretaria dos Direitos Humanos está de porta aberta para receber essa comissão dos educadores, para dialogar, para construir junto que não se faz politica de direitos humanos nesse



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

país sem passar pelos educadores sociais. Na secretaria de direitos humanos temos aproximadamente de seis a oito conselhos e todos dialogam com os educadores sociais, com quem está lá na ponta, na luta, no dia a dia na sociedade, então não tem como construir uma política pública sem discutir com educadores sociais e hoje as conquistas que nós temos no Brasil nos estatutos começou aqui, o estatuto da criança, estatuto do idoso, está é uma luta bonita que tem contribuído para a sociedade brasileira. No Brasil nós tivemos duas grandes vitórias, sabemos que a pauta de direitos humanos é muito dura e nós temos que enfrentar muita coisa nesse país, à primeira é a Comissão Nacional da Verdade, é onde nós vamos mostrar a verdade não só pra o Brasil, mas para o mundo que é possível sim mexer no passado e mostrar o que aconteceu nesse país e outra grande vitória é a aprovação do SINASE que agora é lei e nessa contramão que nós estamos vivendo agora ondas de violência em São Paulo, Goiás, Florianópolis um grupo voltou a querer discutir a redução da maioridade penal como a solução de todos os problemas de violência no Brasil. Então lá na Secretaria de Direitos Humanos e aqui nessa luta sei que termos força pra enfrentar e dizer no país que nós não vamos aceitar a redução da maioridade penal ainda que os reacionários gritem nós vamos gritar mais forte e é daqui que sai essa luta para poder dizem não a redução da maioridade penal, que não é a solução da violência nesse país, temos que avançar nas políticas públicas, temos que avançar em muitos setores da sociedade ainda e como o deputado Mauro Rubem falou o governo do presidente Lula e da presidenta Dilma vem tirando milhões e milhões a cada dia mais da miséria construindo políticas públicas nesse país, mas para isso não podemos retroceder aprovar uma comissão nacional da verdade e deixar que eles aprovem a redução da maioridade penal, então juntos com vocês não a redução da maioridade penal, muito obrigado.

Maria Julia Deptulski, vice-presidente do CONGEMAS- Colegiado Nacional dos Gestores da Assistência Social- cumprimenta em nome da Cida Martins coordenadora do movimento nacional do MMMR, e os demais representantes



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

ênfatiza que a mesa é composta por militantes e ex-meninos do movimento nessa mesa, *então para nós isso é um orgulho essa luta não começa aqui é um caminho.* Cumprimenta a professora Geisa e *diz que a academia tem muito a contribuir e não tem dúvida que ela vai nos ajudar a um pensar dessa possível educação social nas políticas públicas. Porque política pública é um dever do Estado, mas o Estado sozinho não tem capacidade de executar nada se nós não tivermos uma concepção do que queremos para uma educação social nesse país e para as políticas públicas que realmente vai atender aqueles que mais necessitam.* Cumprimenta o presidente do conselho estadual de direito da criança e do adolescente e *diz que ele está afiado com uma fala que reportou como é importante termos o Conselho Estadual nessa articulação do pensar de garantir a implantação de políticas públicas no caso da criança e adolescente.* Cumprimenta o Deputado Federal Mauro Rubem, *que o legislativo é o papel fundamental e dizer que não estamos iniciando essa discussão hoje nesse encontro da regulamentação, da educação social, essa é uma discussão que vem sendo discutida desde os cinco encontros e nós não temos dúvida que o poder legislativo é muito importante para que a gente possa fazer isso.* Em nome de todos manda um abraço para a ministra Maria do Rosário quando Deputada Federal, Julia estava no CONANDA e Malu era representante do CFP era uma pessoa que garantia dentro daquela câmara dos deputados diálogos para discutir o SINASE, o Plano de Convivência Familiar e Comunitária e ela faz parte dessa história que sempre teve o diálogo com os outros deputados. Diz que o CONGEMAS- Colegiado Nacional dos Gestores da Assistência Social, que congrega todos os secretários municipais da assistência social e nós da assistência social estamos atendendo todos os serviços seja na proteção básica e na especial e agente não consegue, por isso que hoje nós falamos que temos os trabalhadores do SUAS e ele não fecha no assistente social, no psicólogo, no antropólogo, ele fecha em todos aqueles que estão lá dentro, inclusive o educador social que tem um papel fundamental e precisamos discutir mesmo que educação social é essa que



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

queremos, que educador social é esse, e esses espaços de reflexão é muito importante. E deseja a todos um excelente encontro e não tem dúvida que vamos construir coisas boas, pois quem está falando é uma militância num processo de educação social nesse país e uma coisa que nos deixa muito orgulhosa ver o Chicão e vários outros companheiros de sindicato que não estão pensando só em discutir direitos da categoria, porque os trabalhadores que eles estão defendendo têm os seus filhos correndo risco, tem suas crianças e ter o sindicato nessa mesa e na coordenação desse encontro é para nós de muita importância, porque educador social ele não vai realmente sair da escola e nem da universidade, ele sai inclusive de dentro do sindicato, um abraço a todos e um bom encontro a todos nós.

Geisa – coordenadora do Centro de Pesquisa de Adolescente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e representante da diretora da Faculdade de Educação Miriam Fábria, ressalta que as portas da faculdade estão abertas e *que nós temos essa política na Faculdade de Educação que de fato a academia não tem sentido se ela não estiver num constante dialogo, não só dialogando, mas fazer parte da vida das pessoas e nós aqui na Faculdade de Educação no NECASA que está passando por esse processo de transformação que agora é CEPEIA, estamos cumprindo esse papel, pergunta a plenária para saber quem é educador social em Goiânia e diz que no CEPEIA tem atendimento psicológico, tem vários projetos em andamento de artes e outros para começar no início do ano que vem de musica, matemática, literatura e nós queremos abrir as portas do NECASA para que a gente possa dialogar atender essas crianças, esses adolescentes que estão aí muitas vezes perambulando pelas ruas e estamos fazendo parte do SINASE, conforme a fala do reitor, formando os agentes que executam as medidas sócio educativas e nós teremos nessa segunda-feira 200 agentes estudando, discutindo, produzindo onde concluímos um livro produzido por esse grupo, tem muitas professoras nossa aqui a Malu a Mônica e estamos de fato mexendo um pouco com a questão do adolescente, transformando*



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

concepções e estamos acreditando que vamos chegar a transformar práticas nós vamos formar esses agentes em Goiânia, e no Estado inteiro, Itumbiara, Luziânia, Formosa e Porangatu onde tem casas de internação de adolescentes e então o nosso papel estamos fazendo, e as portas estão abertas e para nós é uma honra em recebê-los e desejamos um ótimo encontro a todos.

Coordenação Junio

Devido a grande maioria não esteve presente no V ENES e por não ser atoa que trouxeram o VI Encontro para o Centro-Oeste e por acreditar que não dá para tomar grandes definições na profissão e na vida desse sujeito educador social sem escutar no mínimo as cinco regiões desse país que vem fazendo historicamente educação social seu jeito, sua forma, sua compreensão é que assim não devemos deixar de ouvir a voz de mais de 700 educadores educadoras sociais reunidos em Olinda. Leitura da carta dos Educadores Sociais no V Encontro de Olinda de 13 a 16 de novembro de 2008. (em anexo)

Conferência Magna: “Educação Social e Políticas Públicas: Uma História Possível”- Licínia Maria Correa UFMG. Pedagoga, doutorado em educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em Araraquara/SP, mestranda em psicologia social pela Universidade Metodista de São Paulo. Desde 1990 tem experiência na área de educação social atendendo como educadora de rua e desenvolvendo projetos de extensão na área de criança, adolescentes e jovens é professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG no ensino e sua atuação voltada para a sociologia da educação nos cursos de pedagogia e licenciatura e na Formação complementar em educação social e desenvolve pesquisa nos seguintes temas: juventude e educação, cultura juvenil, cultura escolar, relação jovem escola e mundo do trabalho e na extensão atua com projetos de formação de jovens com parceria com movimentos sociais e organizações públicas. (texto em anexo)



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

- ✓ Encerrada a abertura do VI Encontro as 21 horas e 50 minutos do dia 15 de novembro de 2012.

16 DE NOVEMBRO

Início dos trabalhos sob a coordenação de Adnilson Pacheco de Colatina/ES.

Edielson- Federação dos Químicos/SP inicia o dia com o caso “pra tudo precisa ter peito”.

Mesa redonda e debate

Educação Social: Pluralidade de Práticas, Espaços e Políticas Públicas.

Composição da mesa

- Manuel Torquato - secretário executivo nacional da Campanha Criança não é de rua- Fortaleza /CE
- Maria Julia Rosa – do MMR, Secretaria de Assistência Social Colatina/ES, CONGEMAS, participantes da CIT- Comissão Inter gestora Tripartite
- Eulange de Sousa-Assistente social e mestre em educação da UFG e coordenadora do Centro de Formação de educadores MMR

Manoel Torquato- Secretário Executivo Nacional da CAMPANHA CRIANÇA NÃO É DE RUA- Fortaleza/CE- Campanha de enfrentamento a situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes no Brasil, (apresentação da Campanha com slides em anexo).

A Campanha é uma rede de articulação das organizações da sociedade civil e do poder público, ela atua nas 26 capitais brasileiras e Distrito Federal e o foco da campanha é o enfrentamento da situação de rua de crianças e adolescentes do Brasil. Pontuando algumas questões relevantes ao contexto do surgimento desta rede no cenário nacional o Brasil lançou uma política nacional para a



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

população de rua, entretanto, restrita a população adulta e o Brasil produziu um censo em 2009 da população de rua e tentou repetir o feito também com a criança e adolescente, mas não conseguiu, e aquele censo somente mensurou o recorte da população a partir dos 18 anos deixando de fora novamente a criança e adolescente em situação de rua este diagnóstico não está em nossas mãos infelizmente. O Brasil lançou nestes últimos anos uma sequência de planos específicos para violações de direitos específicas no âmbito da infância, citamos planos relacionados ao trabalho infantil, a exploração sexual, a medida sócio educativa, a convivência familiar e comunitária, a adoção, a drogadição, mas novamente nenhuma política direcionada ao atendimento ou enfrentamento da situação de rua de crianças e adolescentes. Podemos dizer que no Brasil há várias políticas relacionadas ao tema da situação de ruas dessas crianças e adolescentes, mas estas políticas têm se dando no âmbito municipal e estadual e elas são dependentes da boa vontade política para que sejam executadas. Temos acompanhado experiências muito exitosas pelo Brasil que acontecem e depois desaparecem no cenário das políticas públicas a partir das mudanças de gestão, elas não se consolidam. Por exemplo, em Belém onde uma política de sucesso conseguiu a levar a quase zero a presença de crianças nas ruas, mas após a saída da gestão que executava estas políticas, ela foi encerrada e o fenômeno voltou e exemplos parecidos aconteceram Florianópolis, em Fortaleza, e em vários outros Estados. É importante destacar nesse contexto que o Brasil vem sendo de forma muito forte incluído nos circuitos internacionais de turismo, eventos e negócios: a copa do mundo o eventos das confederações 2013, das Olimpíadas, da Rio mais 20, da Formula 1, enfim esta tem sido uma lógica muito forte nos grandes centros brasileiros quem tem também afirmado uma lógica de higienização da população de rua nos corredores turísticos, nos centros para onde se aglomera esses eventos. Essa lógica da higienização ela vem se afirmando inclusive em políticas públicas e a partir daí dessa ausência de políticas públicas que incidam especificamente na problemática da criança em situação de rua é que nasceu a Campanha



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Criança não é de rua. Em 2005 um grupo de educadores de Fortaleza inquietos com essa invisibilidade das crianças em situação de rua no cenário das políticas públicas, veio a Brasília reivindicar no Senado Federal e também no CONANDA uma atenção especial a este fenômeno. Em termos populares disseram assim para estes educadores: *“você não está representando ninguém, quem são você? Você são meros desconhecidos do cenário político brasileiro, voltem para casa de você e apareçam aqui de novo quando tiverem força”*. Sabendo como funcionar o cenário político, entendemos bastante o recado, assim de 2006 a 2009 tentamos intensificar a articulação dessa campanha em todos os estados da federação para que volta-se a discutir o tema no cenário nacional bastante representados, e a campanha foi lançada nos 26 Estados e foram mais de quatro mil participantes e hoje ela é uma rede composta por mais de 600 organizações e a partir daí foi se consolidando um histórico de luta e reivindicação para que a criança em situação de rua fosse pautada nas políticas públicas no âmbito federal. Qual a proposta macro dialogada entre esses atores que participaram da criação dessa campanha, são quatro linhas gerais:

1. Educação Social de rua
2. Retaguardas de Acolhimento Institucional
3. Convivência familiar e comunitária
4. Análise situacional (que significa ter diagnósticos, ter acompanhamento concreto da situação de rua e das situações de violência que vivem as crianças e adolescentes).

Em agosto de 2010 a campanha organizou um seminário nacional, os delegados foram escolhidos a partir dos conselhos e dos fóruns de DCAS nacionais além de convidados e a partir dessas quatro linhas gerais foi produzido um documento final de 26 diretrizes, (em anexo). Por ser o tema do encontro, fez-se a leitura da diretriz para educação social:

- Construir com as crianças e adolescentes seus projetos de vida
- Implementar o serviço de abordagem de rua;



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

- Inserir nas política de educação, esporte, cultura, assistência, direitos humanos, etc., atividades de interesse das crianças considerando o protagonismo e a inclusão da família.
- Implementar uma política de atendimento na rua
- Construir uma proposta politico pedagógica de atendimento e educação social de rua (atendimento as crianças e adolescentes)
- Investir em estrutura, condições de trabalho, referencial metodológico e capacitação continuada com base numa pedagogia transversal.
- Regulamentar a profissão do educador social com piso salarial nacional.

Essas foram às diretrizes traçadas nesse documento a partir de 2010, que a Campanha Nacional tem se dedicado a implementar no âmbito das políticas públicas, obvio que estes documento não fecha todas as necessidades da categoria, esse documento ele é um ponto de partida pelo qual a gente tem que se debruçar bastante para que essa letra se torne ato. A partir do seminário nacional a campanha partiu com três compromissos assumidos em âmbito nacional:

1. Qualificar a ação da educação social
2. Sistematizar uma proposta politico pedagógica aceita nacionalmente
3. Incluir a temática da educação social em uma política pública nacional para a situação de rua infanto-juvenil hora em fase de aspiração

Falando a partir das três linhas, pensando na qualificação da ação do educador social a campanha lançou em agosto deste ano uma ferramenta de escuta ativa e análise situacional chamada plataforma digital Rua Brasil sem número. É um software livre, de acesso ilimitado, todos podem acessar, foi construído por 1080 educadores sociais, técnicos, militantes, educadores dos sistemas de garantias de direitos, nas 26 capitais, já temos 500 crianças cadastradas nessa plataforma.

A plataforma permite ao educador que está na rua e também aquele que está



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

atendendo dentro da instituição registrar informações objetivas e subjetivas sobre crianças e adolescente que automaticamente são transformadas em estatísticas. A plataforma registra a quantidade de meninos que foram para a rua por drogas quantifica e transforma em dados, é possível montar relatórios, estudo de casos, monitorar o trânsito das crianças nos vários espaços de atendimento, a plataforma agrega bastante valor ao trabalho do educador, embora tenha que se discuti a participação ativa das instituições nesse processo de monitoramento, onde nós temos um cenário onde as instituições não permite ao educador o espaço dentro de sua agenda de trabalho para realizar os registros, os serviços são muitos incisivos para que o educador vá a campo e há pouco espaço para que o educador qualifique a sua ação no sentido de monitorar, registrar. Dando um destaque a essa ferramenta pela possibilidade de dar visibilidade a tudo que vive, fala e denuncia as crianças e adolescentes em situação de rua. O Brasil não tem dados oficiais sobre as crianças e dos adolescentes em situação de rua, mas insisto em dizer que os educadores sociais conhecem esses meninos, conhece o nome, sabe do endereço da família, sabe quantos anos tem, sabe qual é o drama que ele vive na rua, tem ciência e bastante apropriação sobre a situação dessas crianças o que acontece na prática é que ou fica na cabeça do educador ou é passado para um diário de campo que vai para dentro de uma pasta, que vai para uma gaveta, que vai para dentro de um armário que fica dentro de uma sala e isso nunca vai para fora, isso nunca vira incidência política, então em si tratando de qualificação dos educadores a campanha defende o uso dessa ferramenta no sentido que essa informação saia de que essa informação apareça para a partir daí termos uma incidência política qualificada no que diz respeito ao enfrentamento da situação de rua. Deixo o endereço da plataforma para conhecerem, cadastrar a sua instituição o acesso www.observatorionacional.net.br. Em se tratando de uma proposta politico pedagógica nós estamos buscando realizar 27 encontros um em cada capital brasileira com grupos de 50 educadores sociais, este projeto já esta formatado



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

para colher proposições para sistematizar uma proposta político pedagógica, nós defendemos que haja uma diretriz minimamente nivelada nacionalmente para firmar uma metodologia de educação social que tenha um parâmetro nacional, porque a campanha tem visitado cada Estado e temos feito abordagem de rua com educadores sociais e estamos presenciando uma barbárie contra crianças e adolescentes com nome de educação social, eu estive numa abordagem de rua onde eu estava na Kombi junto com os educadores, e a passamos pelo centro e aparece um menino lá na frente e o “educador” grita pare aí, o motorista pisa no freio, ele sai correndo e o menino quando vê o “educador” sai correndo também, e eles entram pelo meio da feira e eu correndo atrás sem saber se aquilo era uma abordagem de educação social ou se era uma perseguição policial. Nós temos presenciado no Brasil protocolos, leis criadas no âmbito da assistência social que prevê que a criança que está em situação de rua seja retirada da rua contra sua vontade com o apoio da polícia e seja levada a unidades de acolhimento institucional e lá são mantidas e a instituição de acolhimento ela deve manter essa criança lá contra a sua vontade em regime prisional estamos presenciando isso no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte em Salvador e Manaus, recolhimento compulsório, que é previsto no ECA, não somos contra o recolhimento compulsório que diz que em situações onde a vida da criança esteja em extremo risco é possível que a criança seja retirada contra a sua vontade para que sua vida seja preservada, mas a partir de um atendimento multidisciplinar a partir de um atendimento amplo que inclusive inclua sua família, não apenas uma medida de higienização dos centros urbanos, então é importantíssimo defender um parâmetro mínimo de educação social, de uma proposta metodológica para que a gente possa excluir tudo aquilo que não é educação social e está levando o nome de educação social.

Este projeto foi aprovado no penúltimo edital do CONANDA foi retirado da lista dos aprovados e não sabemos por que, pois deram uma justificativa que todo recurso daquele edital seria direcionado para projetos de atendimento fim e não



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

de atendimento meio onde eles identificam que formação e discussão é atendimento meio, por tanto ficamos fora, isto é inconstitucional aprovar um projeto divulgá-lo em um edital público e depois retirá-lo, foi isso que aconteceu por isso esse projeto ainda não foi executado e a gente já busca financiamento para torná-lo prática.

Como terceiro elemento propositivo da Campanha a busca desde a sua origem por uma política nacional para criança em situação de rua, portanto, em setembro a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, convidou a Campanha, o Movimento Nacional de MMR, a Rede Rio Criança para compor um grupo de trabalho entre sociedade civil e governo para a criação de uma política pública. É importante destacar que a secretaria de Direitos Humanos só convidou, mas na sua primeira reunião disse que não tinha recurso para manter este grupo de trabalho, é contraditório, mas propôs uma linha no último edital do CONANDA, e nós participamos desse projeto para manutenção desse grupo de trabalho e o projeto passou e esperamos que ele também não seja retirado igual foi o anterior. Na primeira etapa desse projeto está o funcionamento do grupo de trabalho e importante destacar que numa segunda etapa de financiamento que ainda não entrou nessa linha do edital, temos de propor seminários em cada capital brasileira para ouvir educadores sociais, crianças e adolescentes, famílias que tenha crianças em situação de rua, gestores e coordenadores de projeto, isto é, dizer o quanto para nós o quanto é importante a participação dos educadores sociais na construção de uma política brasileira para cuidar de crianças em situação de rua, sem ouvir os educadores sociais que estão na prática com essa população nós não defendemos a criação de política nenhuma. Por último trago umas questões importantes para o conhecimento de vocês que no dia 23 de junho de 2013, estamos organizando uma ação em todas as capitais brasileiras para lembrar os 20 anos de morte da “*Chacina da Candelária*”. No noticiário local vimos que no intervalo de 15 dias foram assassinados cinco moradores de rua aqui em Goiânia, e isto não é novidade, transformamos em repercussão



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

internacional a Chacina da Candelária há 19 anos, sendo uma grande sensibilização nacional e internacional, mas depois da Chacina continua a cada dia sendo assassinadas crianças, adolescentes em situação de rua e moradores de rua adultos e ainda não paramos para também lembrar todas essas pessoas que de lá vem morrendo, e então quando se completa 20 anos vamos deflagrar um dia nacional de luta pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Em Fortaleza até agora foram 131 crianças e adolescentes mortos. E esta sendo organizado para março de 2014, aproveitando a onda da Copa do Mundo um Fórum Mundial de discussão da situação de rua das crianças e adolescentes, onde certamente todos educadores sociais serão mobilizados e convidados a participar, já estão escritos nesse Fórum Mundial 16 países e a meta é chegar a 20 países. Agradece pelo convite e deixa os contatos e o endereço do site www.criancanaoederua.org.br

55 85 3031 7557 – secretaria nacional

* Manoel Torquato, Secretário Executivo Nacional

manoel@criancanaoederua.org.br fone: 55 85 3031 7551 – Observatório Nacional

MARIA JULIA ROSA CHAVES DEPTULSKI – VICE-PRESIDENTE DO CONGEMAS e da COORDENAÇÃO DO MMMR/ Colatina/ São Bernardo do Campo

Reforça ser este e espaço de grande importância para nosso diálogo garantido os direitos da população e das pessoas que estão com maior vulnerabilidade. Para compreender o seu papel, explana que sua história é de militância do MMMR e está secretária de Assistência Social em Colatina-ES e está no CONGEMAS- Colegiado Nacional de Assistência Social, onde engloba os gestores e secretários, mas com espaço para os trabalhadores da Assistência Social, tendo como presidente o Valdiosmar de Sergipe que não pode estar no



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

encontro e com o papel de representar hoje também a secretária Nacional de Assistência Social Denise Colin que não pode estar presente pelo MDS para fazer o diálogo e uma reflexão da política de assistência social e o papel fundamental dos trabalhadores da assistência social nesse contexto de implantação de políticas públicas no país.

A fala será do CONGEMAS, e através da Comissão Nacional Tripartide, uma comissão importante na pactuação de políticas públicas da assistência social nesse país e de financiamento, falando de um espaço como o governo responsável de implementação de política e onde entendemos que as instituições da rede privada fazem parte da rede sócio assistencial nesse país. Quando falamos de políticas públicas de assistência social estamos falando dentro de um contexto, onde temos os serviços os órgãos públicos e falando da nossa rede sócio assistencial, onde está todas as entidades e instituições que prestam serviço nesse país dentro das políticas de assistência social.

Apresentação slides: SUAS - Sistema único de Assistência Social (leitura)

- ✓ Sistema novo que não tem sete anos, mas que não foi criado dentro dos gabinetes e dentro dos governos e isto faz parte de uma luta e de uma história de muitas discussões, das conferências municipais onde trouxemos vários atores a nível nacional e as conferências nacionais trazendo como linha de implantação de política dentro da assistência social.

A Organização dos Trabalhadores: Perspectivas e Debates NOB – RH/ SUAS

- Momento de reafirmar compromissos e comemorar os avanços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Compromisso em refletir conjuntamente (Trabalhadores do SUAS, Entidades de Classes, Associações de Ensino e Pesquisa, IES, entre



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

outros) os desafios para consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores;

- Aprimorar a gestão do sistema e a qualidade dos serviços e dos benefícios;

A Importância dos trabalhadores para o SUAS

A Política de Assistência Social é uma área de prestação de serviços no qual o profissional é a principal tecnologia “(Egli Muniz, 2011)”.

- Os trabalhadores do SUAS com seus saberes técnicos potencializam os processos materiais e imateriais para o enfrentamento das manifestações da questão social referentes a situações de vulnerabilidade e risco social por violência e violação de direitos.
- Operadores (as) do direito à assistência social possuem uma posição fundamental nas relações institucionais - agente público, mediador dos direitos às famílias e indivíduos;
- Potencialidade de explorar as contradições da realidade, estabelecer a mediação entre necessidades sociais e Estado;
- Podem fortalecer projetos sociais democráticos, exercer a autonomia profissional, e favorecer processos de construção do pleno desenvolvimento e protagonismo dos indivíduos sociais.

A Importância dos trabalhadores para o SUAS

A estruturação do trabalho, a qualificação e a valorização dos trabalhadores e sua relação com o processamento dos serviços socioassistenciais.

“O futuro de conquistas no campo dos direitos desafia particularmente os trabalhadores, pelo lugar estratégico que ocupam nesta política e na vida social, a antecipar no cotidiano, nesse mesmo presente, as possibilidades anunciadas pela finalidade coletiva da conquista de condições igualitárias para



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

o conjunto dos trabalhadores, o que certamente passa pelo fortalecimento das organizações e movimentos democráticos legítimos, pelo chão da história, pela iniciativa dos sujeitos políticos”. (Jucimeri Isolda)

- ✓ Esta reflexão que Jucimeri faz, nós não podemos negar que políticas públicas nesse país ela acontece a partir de movimentos democráticos de instituições que ajudaram que visualizaram e que nos ajudaram a pensar a implantação de políticas públicas. E se ganha um norte importante a partir da LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social e da quebra de paradigma quando tínhamos dentro da política de assistência social a Legião Brasileira de Assistência que era o verdadeiro local que se pensava *política para vários brasis*, sem pensar na cultura regional na nossa regionalização e das diferenças de Estado e região que nós temos nesse país. A LOAS quebra esse paradigma, traz um novo pensar e valoriza não só os trabalhadores como também a nossa rede socioassistencial. Não podemos achar que as políticas públicas podem nascer de gabinetes de pensares ai de nós de quem negar a história nesse país que teve várias instituições nesse país como o movimento nacional de MMMR que tiveram a coragem de ir para a rua e dizer: *“olha precisamos construir políticas públicas para aqueles que necessitam, mas com protagonismo desses cidadãos”*. Estamos num avanço histórico no país na implantação de políticas públicas, é uma reflexão que precisa nortear o que são políticas públicas, quem são os atores, não só os beneficiários, mas os trabalhadores, a universidade, a academia que ajuda a fazer essa reflexão.

Nós temos a NOB-RH/SUAS que é uma grande

- Conquista dos Trabalhadores do SUAS;
- Instrumento de gestão e controle social, referência para os/as trabalhadores/as.
- Objetiva: a) delinear os principais elementos da Gestão do Trabalho do SUAS na esfera pública; b) estabelecer as equipes de referência para os



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

serviços socioassistenciais; c) estabelecer as diretrizes para a Política Nacional de Capacitação do SUAS; d) estabelecer e ratificar os princípios éticos; e) estabelecer as diretrizes para os PCCS; f) estabelecer as responsabilidades e atribuições para os gestores;

- ✓ Estamos falando de implantação de política nas três esferas de governo, compreender que uma não pode andar sem a outra, do governo federal, do estadual, municipal, que tem as suas responsabilidades e muito mais que isso a população mora é no município, onde em toda a implantação de políticas os municípios tem papel central e importante. A LOAS-atualizada pela lei 12435 de 6 de julho de 2011, que ficou muitos anos no Congresso Nacional onde foi apelidada de PL/SUAS, onde em discussões de várias conferências trazemos o grande aprimoramento para conseguirmos implantar o SUAS nesse país. Traz muitos avanços, como por exemplo,

Art. 6º - V – Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

- Isso vem nos trazer o norte da importância que nós só vamos ter políticas qualificadas, intervenções qualificadas para os nossos beneficiários da assistência social, se tivermos realmente uma educação permanente aos nossos trabalhadores/as da assistência social. E o artigo 6º vem trazer uma reivindicação, principalmente da esfera municipal que é a garantida de ter trabalhadores dentro dos municípios. Por que ? Se pensarmos que é um avanço do SUS, avanço de política de educação, quando falamos em financiamento da política de assistência é de responsabilidade do governo federal, estadual e municipal cofinanciando essa política. O cofinanciamento dos governos além de ter uma linha limite mínimo, nós temos na educação 25% e na saúde 15% e na assistência nada e aí vem sempre o que sobra, além de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pensarem que a política de assistência é a grande responsável por todos aqueles indivíduos que estão em vulnerabilidade, e nós da assistência temos uma clareza muito grande que só vamos construir e garantir política pública se tivermos intersectorialidade e isto não pode ser só no município. E o governo federal tem que ter a capacidade de sentar com seus ministérios e fazer uma discussão intersectorial, qual é o papel da educação, da saúde, do meio ambiente, o papel da assistência, enfim, para construir uma política unificada e capaz e dar conta de tanta desigualdade que temos. Este artigo 6ºE, também foi uma grande reivindicação que já estamos dando um passo, na criação que é,

Art. 6º-E - Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS.

Uma grande conquista, pois os recursos que vem para repasse de fundo a fundo da assistência social podemos utilizar parte desse recurso que na resolução do conselho nacional o MDS apresentou e foi aprovado na **Resolução CNAS nº 32, de 28 de novembro de 2011**

Art. 1º Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão utilizar até 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados a execução das ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência do SUAS, conforme art. 6º-E da Lei 8.742/1993.

Estamos falando de uma grande possibilidade de garantir uma equipe da



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

assistência social de profissionais, trabalhadores concursados, porque o que acontecia até hoje, todos os recursos que a assistência social recebia de repasse de fundo a fundo, tanto da união quanto dos estados era para custeio, e pessoal não entrava nessa lógica, porque não tinha uma lei que garantiria isso, e hoje os municípios podem utilizar até 60% para pagamento dos funcionários de carreira e trabalhadores da assistência social que são as equipes de referência, tanto dentro da proteção básica como a especial. São avanços, mas isto não resolveu os problemas dos municípios, porque temos uma lei de responsabilidade fiscal que é necessária, mas às vezes nos amarra, que os prefeitos não podem ultrapassar o índice de 51,40...% na lei de responsabilidade fiscal. Então já temos uma grande vitória em poder usar esse recurso para pagar pessoal, mas estamos fazendo a discussão com o MDS, dentro da Comissão Intergestora Tripartite. Esse dinheiro que os estados e municípios recebem não é um recurso novo, já é um recurso que os municípios recebiam, para poder avançar mais, precisamos rediscutir o cofinanciamento da assistência. Quanto que custa os nossos serviços, quanto é um abrigo hoje, quanto é um adolescente em medida socioeducativa e meio aberto e meio fechado, tem estado que é 9 mil outros em outros é 5 mil e quanto nós recebemos de cofinanciamento do no governo federal que é dentro dos pisos da media complexidade um valor que não chega a R\$ 40,00/R\$ 50,00 por adolescente. Então queremos dizer o que custa isso? O quanto custa uma criança institucionalizada num abrigo. Enquanto não soubermos qual é esse valor, nós vamos continuar com o cofinanciamento de política que não condiz com a realidade dos valores do serviço. Está é uma discussão que estamos fazendo tanto dentro da CIT quanto no governo federal.

Temos a Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, que veio ratificar a equipe de referência definida pelo NOB-RH e ela reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender especificidades do serviço socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS. Isso foi



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

fundamental, nós íamos para o nosso serviço o que é esta equipe de referência, e está resolução vem ratificar essa equipe quando a gente fala dos trabalhadores a nível superior, trabalhadores da assistência social não é só psicólogo e assistente social, nós moramos no Brasil onde temos municípios com comunidades de quilombolas, comunidades ribeirinhas, população povos indígenas, então não dá para pensar em implantar política de assistência social, se não tivermos muito claro a visão da antropologia, a visão do sociólogo, de todos aqueles profissionais que venha a contribuir e a conhecer a especificidade do povo no qual nós estamos trabalhando. É importante porque nós dizemos qual é essa equipe de referência, pedagogo é uma função importante dentro da nossa política de assistência social, quando falamos de pedagogia, pedagogia social, quando a gente fala que é um grande desafio para nós dentro da assistência social é quando a gente fala da psicologia porque nós gestores estamos sofrendo muito nos nossos municípios, porque infelizmente a universidade, a academia está formando só psicólogos clínicos, nós precisamos de psicologia social, porque é esse profissional que estamos trabalhando, porque se o nosso usuário precisar na psicologia clínica, ela está lá dentro da saúde, porque lá é o seu lugar e não é dentro da assistência social, então temos que ter essa visão do todo.

- **Equipes de Referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em considerações o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.**
- **a principal características dos serviços socioassistenciais é a sua oferta contínua. Isso produz para o cidadão um sentimento de segurança a partir do qual ele pode afirmar “se eu precisar, sei que posso contar”. Essa certeza é a primeira ideia que devemos fixar**



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

quando queremos construir referência.

- outra dimensão: a direção para onde ela sinaliza. Um norte, um rumo (...), a ideia de referência também diz respeito à indicação de um ponto de chegada, à satisfação de uma expectativa.
- Esse dois elementos – certeza e satisfação de necessidades sociais – nos ajudam a responder para quem vale a referência que as equipes de profissionais do SUAS constroem: são referências de proteção social para as famílias e indivíduos, que têm nas equipes a certeza de que encontrarão respostas qualificadas para suas necessidades.
- Em síntese, a natureza da referência construída pelas equipes de referência do SUAS é uma só: produzir para o cidadão a certeza de que ele encontrará acolhida, convívio e meios para o desenvolvimento de sua autonomia.

Competências Profissionais no SUAS

Considera-se competência profissional um ato de assumir responsabilidades frente a situações de trabalho complexas, o que exige um conjunto de conhecimentos e habilidades profissionais, porém, mais do que isto, valores e atitudes éticas, pois impõe-se aos trabalhadores da assistência social que superem a atuação como simples executores de programas para a de viabilizadores de direitos.

- capacidade de responder satisfatoriamente às necessidades e demandas dos indivíduos e coletividades;
- compromisso com a prestação de serviços de qualidade; na democratização das informações, estimulando a participação ativa dos usuários nas decisões institucionais e o desenvolvimento de sua autonomia e protagonismo;



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

- participação ativa, consciente e crítica no mundo do trabalho e na esfera social, contribuindo para a efetivação dos direitos dos usuários da assistência social;
- defesa intransigente da Seguridade Social.

Competências Profissionais no SUAS - (leitura)

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NO SUAS	
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS SISTÊMICAS	OU Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes imprescindíveis ao cumprimento da missão e objetivos do sistema. Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações interfederativas e entre os diferentes órgãos, instâncias, unidade e equipamentos que compõem o sistema.
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas de cada profissional, de acordo com o lugar que ocupa ou da função e atribuição que desempenha no processo de trabalho de uma dada organização.
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	Espécie de competência individual que consiste no conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho.
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe. Resulta da articulação ou combinação sinérgica do trabalho e das competências individuais.

- Temos 7 anos de implantação do SUAS

Proteção Básica

CRAS: 7.607 em 5.412 municípios: 4,8 milhões de famílias referenciadas

Serviços Volantes: 1600 equipes

Serviços de convivência 487 mil idosos e/ou crianças de até 6 anos nos



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

BPC/RMV: 3,7 milhões de beneficiários

Proteção Especial

CREAS 2.155 com cobertura em 2.236 municípios: 121.910 mil famílias/indivíduos atendidos

CREASPOP 101 em 88 municípios

PETI: 819 mil beneficiados, em 3.535 municípios.

MSE (LA/PSC): 73 mil adolescentes, em 906 municípios.

- Resultado do 6º SUAS 2011- Censo feito pela assistência social

232.000 trabalhadores (as) nos municípios (32,5% nível superior).

17.500 trabalhadores na Gestão Estadual (41,8% nível superior).

326.361 na rede privada socioassistencial.

Perspectivas para os trabalhadores (leitura slides)

- Concepção da Gestão do Trabalho
- Orientação para Processos seletivos

➤ CapacitaSUAS

É uma estratégia de apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS, visando o aprimoramento da gestão e a progressiva qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais.

➤ Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente

Trata-se de uma Rede de Instituições de Ensino Superior instituída/habilitada pelo MDS. Atualmente 101 IES compõem a Rede.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Debate sobre o perfil, que conhecimentos, que competências, que formação ético-política o SUAS requer de seus trabalhadores?
- Realização de concursos públicos;
- Reconhecimento das categorias de Nível Médio;



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

- Identidade de trabalhadores do SUAS;
- Instalação das Mesas de Negociação do SUAS;
- Potencializar a produção e sistematização dos conhecimentos produzidos no trabalho social combinado;

CONCLUSÃO

O trabalho no SUAS é estrategicamente apoiado no conhecimento e na formação teórica, técnica, ética e política do seu quadro de pessoal e nas condições institucionais de que dispõe para efetivar sua intervenção sendo extremamente necessárias garantias para os trabalhadores, como: Concursos Públicos, PCCS, instalação de mesas de negociação, dentre outras (Raichellis 2011);

- ✓ Isso é de fundamental importância, porque mesmo dando concurso público, nós estamos perdendo nossos trabalhadores todos os dias, quem paga mais ganha, quem paga menos perde, mesmo sendo concursado, precisamos refletir um pouco o que é essa valorização dos trabalhadores dentro da ótica ética política dentro da perspectiva de uma política necessária da assistência social nesse país.

É de fundamental importância conhecer que esse país está sim discutindo a implantação de políticas e todos fazem parte dessa discussão, para isso nós temos instâncias, conferências de dois em dois anos para que a sociedade civil e o beneficiário e as instituições não governamentais e os órgãos públicos façam a discussão da implantação de política nesse país. Então precisamos tomar pé do que temos implantado para começar a discutir juntos.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

EULANGE DE SOUZA – assistente social e mestre em educação pela UFG coordenadora do Centro de Formação de educadores do Movimento Nacional de MMMR.

SITUANDO HISTORICAMENTE A PLENÁRIA

Na década de 80 o país vivência uma situação de crise econômica e todos os momentos que há crise uma grande parte da população não tem moradia ou não tem como sobreviver e vai para as ruas, e no país inteiro então a prática das FEBENS e antiga FUNABEM era prática higienista do aprisionamento dos meninos em unidades, em que eles sofriam todo tipo de castigo e violência. Na maioria das unidades a prática era essa, tem um livro “Dilema do descende malandro” que é relatada a situação vivenciada nas FEBENS a partir de pesquisas realizadas na época e outras pesquisas apresentam isso. Em paralelo a essa questão muitas entidades não governamentais - lembrando estarmos na ditadura militar final da década de 70 e início da década de 80 - começam a pensar que é preciso ter outra forma de atender estas crianças, primeiro que não era certo elas estarem na rua meninos e meninas e segundo que era preciso que a forma governamental e não governamental, não era só governo que atendia desse jeito, todas atendiam da mesma forma, apaiando, sofrendo castigos e começa no país inteiro algumas alternativas de atendimento aos meninos e meninas de rua. Então o órgão governamental que era na época o LBA e tinha o Centro Brasileiro para infância e adolescência cria um projeto chamado alternativas comunitária de atendimento a meninos e meninas de rua e começa reunir essas instituições para discutir que metodologia seria possível para atender meninos e meninas de rua. Nesse momento a participação da República de EMAUS no Pará e outras instituições, cria-se uma comissão nacional com dois representantes por região e eles reuniam de três em três meses, e nós aqui de Goiás entramos em 1985 e tínhamos aqui o projeto Aldeia Juvenil da Universidade Católica de Goiás que também discutia uma forma diferente de atender da FEBEM, em função dos meninos de rua, dos meninos com problemas em utilização a drogas, fomos



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

convidados a participar desse movimento. E justamente na reunião que Goiás foi participar os meninos do Pará escrevem uma carta aos coordenadores falando o seguinte: *“nós gostaríamos de encontrar com outros meninos que estão vivendo a nossa situação, nós queremos saber se a situação deles é a mesma da nossa ou se só nos por aqui é que passamos por isso”* então essa comissão promove o primeiro acontece o primeiro encontro nacional de meninos e meninas de rua em 1986. Isto propicia, entendendo nessa preparação a necessidade da criação de um movimento não mais tutelado pelo CBIA, mas que se propicia a organização dos meninos à gente não colocava essa palavra, mas é o que os meninos e as meninas é que tinham que buscar juntos com os educadores as soluções para os seus problemas, nasce então a partir da carta e do encontro o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. A partir do sujeito principal, os meninos e meninas é que nasce o movimento nacional, primeiro teve o encontro depois criou o movimento que trabalhava com quatro linhas:

- 1. Organização de meninos e meninas**
- 2. Fortalecimento da ação dos educadores**
- 3. Defesa de direito**
- 4. Fortalecimento e interiorização do movimento**

O que é o novo nesse movimento, primeiro o de alternativas e depois o MMMR é a questão do protagonismo infanto juvenil, era que sem a participação dos meninos, de quem está com os meninos que são os educadores, não era possível elaborar um projeto de intervenção, um projeto de educação, porque o objetivo era que os meninos construíssem um novo projeto de vida fora das ruas, porque nenhuma criança tem que estar na rua, ela tem o direito de usar a rua sim, mas ser obrigada a morar na rua e isto não é certo e é consenso mundial que lugar de criança não é morar na rua. Então esse é o novo que o movimento traz e a partir disso em 1986 o movimento e outras instituições fazem uma grande mobilização para influenciar nos artigos da constituição, relativos à criança, é realizada uma ciranda da constituinte, onde fomos todos



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

a Brasília com a meninada, para dar um abraço no Congresso para pressionar para a aprovação dos artigos relativos a criança e a cláusula pétrea da idade penal de 18 anos. Depois da constituição que temos essa vitória na aprovação dos artigos da constituição, temos a elaboração do estatuto da criança e do adolescente é que o movimento e outras instituições construíram a milhares de mãos esse estatuto, e entendemos que ele para nossas aspirações ele contempla todas as discussões realizadas na época e atualmente em relação a criança e adolescente, ele tem duas perspectivas: uma que a criança é sujeito de direitos e não objeto da intervenção dos adultos como a lei anterior colocava e sendo sujeito de direito ele exerce um protagonismo, ele tem direito ao exercício desse protagonismo, ele tem de ser ouvido nas questões relativas a ele. Então essa é uma luta muito grande e fizemos seis encontros nacionais, e depois da aprovação do estatuto e da constituição e qual a atuação do movimento? Na elaboração das constituições estaduais, das constituições das leis orgânicas municipais que o movimento tem esta aqui o Edison Lucas que o movimento em Goiás participou ativamente desses dois momentos, momento do legislativo no final da década de 80 e início da década de 90 foi muito forte, porque tínhamos que influenciar que tipos de leis e onde seriam que criança e adolescente entrava na legislação. Houve uma mobilização nacional para essas leis, e depois dessas leis, um passo muito grande que o movimento teve que dar, foi implantação dos conselhos em todos os municípios, em todos os Estados e o CONANDA. E depois da criação dos conselhos a influência nas políticas públicas destinadas a criança e adolescente e uma dessas ações a organização dessas crianças e adolescentes a possibilidade deles pensarem os problemas que eram relativos a eles. Essa é uma luta grande e na organização de meninos a gente criou uma forma de organizacional que é núcleo de base dos meninos que eles discutem localmente, no nível municipal, estadual e depois até no nível federal que é quando realizamos os encontros nacionais.

Outro projeto que temos é o da formação de educadores, criou-se um Centro



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

de formação de educadores, que por um grande período teve um financiamento para formação desses educadores e que se fez essa discussão, como deve ser o atendimento aos meninos e meninas de rua? Tem material produzido em todo país, principalmente no centro de formação do polo do nordeste sobre essa proposta do movimento de atendimento que contou com a participação inclusive de Paulo Freire num documento que **é possível educar na rua?** O que acontece depois que temos essa formação tem uma proposta de intervenção junto à criança e adolescentes, é preciso colocar isso como política oficial, então na proposta de atendimento a criança e adolescente em todas as situações, em especial em situação de rua, na política nacional de assistência social os CREAS e os CRAS tem o papel de atender as pessoas em situação de vulnerabilidade. Nos documentos da política de assistência social está claríssimo inclusive da mesma forma que foi discutido nacionalmente colocado, educação social de rua, casas de passagem, republicas, casas de permanência maior, primeiro a educação social para que o menino possa ir tentando construir outro projeto e num momento que ele quer ir para algum lugar ele tem que ter a casa para ele ir, então é as casas de passagem, mas não é aquela casa onde ele tem milhões de regras, mas que ele vai saindo devagarinho criando vínculo com um educador diferente que não é educador lá da rua, ele vai construindo regras, começando a tomar banho, por exemplo, porque menino por ser de rua tem a parte ruim, mas tem a parte ótima, quem tem filho sabe que criança de 8 anos não gosta de tomar banho e meninos então as vezes a gente leva três a quatro meses para conseguir que tomem banho todo dia, pois na rua tomam banho no dia que querem, então essa casa de passagem que vai chegando e vai mudando de hábitos tem que existir e depois tem que ter a outra que ele vai permanecer que tem uma outra dinâmica e depois tem que ter a república onde se ele não tem a condição de volta para a família, porque alguns não tem mesmo, romperam os vínculos totais e nem tem mais a família, tem que ter uma estrutura de república, tudo isso está na tipificação de atendimento da Assistência Social. Está tudo escrito,



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

mas não está sendo executando, nós queremos que seja feito e porque quem é executor de política de assistência social não está fazendo? Ai a luta foi para que as políticas públicas assumissem essas ações em relação a crianças e adolescentes e foi uma grande satisfação a Política Nacional de Assistência Social, está tudo escrito na política, está tudo previsto, mas quando é na execução, ai me lembra duma questão que pessoalmente não gosto dessa palavra gestor, porque vem de gesto lá da Roma e da Grécia Antiga que o gestor fazia um movimento com o dedo polegar para baixo era para matar e dedo para cima podia continuar vivo, na visão dos gladiadores, então o que acontece nessa política de assistência social se o gestor levantar o dedo polegar para cima tem atendimento se ele fizer para baixo não tem, ele é quem decide se tem ou não. Então aqui nós tivemos um gestor que fazia o movimento para cima e tínhamos educadores de manhã, à tarde, à noite, o educador não tinha instrumentalização de informática, mas ele não ficava mais de quatro horas na rua, tinha transporte levá-lo e fazer à educação de rua, tinha casa de passagem, tinha a outra casa, tinha a república, depois veio outro gestor e acabou com tudo, não tem mais, pronto e acabou não tem mais. Essa questão do gestor que faz esse ou aquele gesto que quer educador ou não é um desafio para os municípios, e um desafio em relação ao governo brasileiro também.

No nível macro o Brasil é signatário no Ato Internacional pelos direitos econômicos, sociais e culturais, esse pacto trata da situação das pessoas de todo um país, em relação a esses direitos e o movimento nacional de MMR foi chamado pela Organização Mundial contra a Tortura para produzir um documento relacionando no país e a manutenção ou violação dos direitos econômicos, sociais e culturais e fizemos essa relação em 2009, para levantar os dados e não existem dados, contou a população adulta, é a questão da integração, o Ministério do Desenvolvimento Social contou a população adulta, mas disse que criança e adolescente era problema de direitos humanos, e nessa política já excluiu todos os meninos de rua, eles tinham que contar os



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

adultos e esqueceu-se de contar criança e adolescente. Primeiro que política está sendo estabelecida, mas não esta sendo executada, e de cinco em cinco anos cada país signatário é avaliado se está sendo cumprindo ou não, com o nosso documento quais foram às recomendações em situação da criança e adolescente em situação de rua em nosso país, em 2014 terá que apresentar primeiro a quantificação – quantos meninos e meninas de rua têm aqui? Porque conta os adultos e não contaram os meninos? A gente pode apresentar o relatório e falar sobre a situação da população em situação de rua e segundo que apresentemos o que foi feito, nós estamos em 2012 praticamente 2013 e ainda continuamos sem saber quantos meninos temos, a política no papel ela existe, mas na efetivação ela não existe outra questão que dependemos do “gestor” é em relação às verbas, o recurso para o município é pequeno e quando este é pequeno quem tem mais poder de persuasão consegue que sua categoria seja atendida. Por exemplo, o recurso de CRAS e CRES ele é um só para aquela ação que é para atender mulheres, deficientes, idoso, quem é o único para ele atender que não fala que não tem voz em canto nenhum, criança e adolescente, nós instituições defendemos direitos, mas a crianças e o adolescente não tem assento em conselho nenhum, a organização deles até pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento ela não tem a força que os idosos tem por exemplo, e na hora de discutir recurso outros atores que demandam o mesmo recurso tem muito mais força que criança e adolescente. O papel de nós instituições e movimento na defesa de direitos tem de ser muito forte na garantia que o recurso também atenda criança e adolescente, porque ele é muito pequeno tem de ser muito forte, atendendo outros, mas os gestores a não estabelecem como prioridade, aqui em Goiânia a outra secretária de assistência social dizia que criança e adolescente não era prioridade, pois tinha outras prioridades, pode ter outras, mas a primeira em qualquer orçamento e qualquer política é criança e adolescente. Outra questão é que o recurso vem para pessoal, eles contratam as pessoas, faz concurso, mas põem em outras áreas não colocam na atividade fim, temos observado em diversos municípios



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

inclusive nesse aqui, tem sido essa a regra, no papel está contratado para ação fim, mas está trabalhando em outra área. Tem lugares que não tem lugar nem para o povo sentar mais, ele contratado com o recurso que veio por isso a importância do controle social de políticas públicas, conselhos, para controlar o recurso do conselho de assistência social que tem essas coisas. O CREAS/POP/ tem 111 em 88 capitais, só atende adulto, e criança e adolescentes são os CREAS e CRAS, o específico para os adultos vai e o outro está difuso.

Finalizo com essa proposta de educação social, ela está discutida, inclusa nos documentos oficiais das políticas, mas não está sendo executada, nessa ação política nossa já fomos à ONU, paraocar essa situação e o Brasil tem que responder em 2014. Essa chamada nossa, claro que temos atores políticos do nosso campo para puxar, mas tem também a nossa pressão que tem que apresentar isso lá no auto comissariado direitos em 2014 na ONU. E a importância da gente manter o observatório nacional, porque será da sociedade civil, se eles não apresentarem em dados, nós vamos apresentar em nosso relatório, esse dado vai ser nosso. Porque nós também não tínhamos os dados, então essa importância do observatório. A nossa proposta de educação ela se concretizou, tendo como pilar fundamental o protagonismo juvenil é aqui tem algumas pessoas que materializam isso, mas eu queria chamar o Marquinho que é o nosso representante no CONANDA e que ele fala-se um pouco dessa trajetória que começou como menino de núcleo de base no movimento e hoje é educador o nosso representante, chamá-lo para fazer um depoimento do que é educação social e as possibilidades.

Marquinho – São Paulo

Um pouco da nossa caminhada começou especialmente em 1986 em condição de jovem e adolescente, nossa atividade começou no movimento participando no primeiro encontro sem entender muito que estava acontecendo nessa toda dimensão, mas o que é importante nessa caminhada o que estava



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

acontecendo era na verdade o empoderamento, de se sentir pertencente a um grupo, pertencente a uma etnia mais que tudo isso e se identificar enquanto parte de uma classe social e filho de uma classe social, isto para nós foi fundamental. O protagonismo está colocado hoje na agenda política no eixo três do plano decenal da Política Nacional de Direitos da criança e adolescente, mas é uma coisa que devemos exercitar, na verdade o mundo se fala muito sobre isto, mas do ponto de vista da prática e como política sem tem muito pouco. Basicamente se perguntar aos países ricos ligados a ONU, porque vocês não fazem participação de crianças e jovens não participam nas políticas que dizem respeito a eles? E eles dizem: não conseguimos mobilizar a criança e jovens e adolescentes porque eles já têm as políticas sociais, tem uma proteção social então é muito difícil chamar esse menino essa menina para participar porque seus direitos a saúde, a educação, a família esses direitos básicos, a moradia está garantida isso pra grande maioria ai você vem para nós aqui do lado do sul do planeta e pergunta, por que os países não fazem participação, por que esse ator está adormecido e ai eles dizem o seguinte: nós não fazemos porque está tão difícil a implantação da política, hoje as políticas públicas obriga que a criança tem que ter 75% de presença na escola, eles não querem fazer isso, as novas tecnologias, os meninos são muito pobres, e fazer essa discussão de participação da criança é um tema construção. Acho que o movimento sem levar em conta que já tinha outro processo de organização, por exemplo, as populações indígenas. Tivemos no sábado conversando com o pessoal da Bolívia e com a tribo pataxó, tivemos o garoto Horapinã que os indígenas têm muita coisa de participação, como os meninos e meninas vão se desenvolver como liderança dentro dessa comunidade e tirando o movimento estudantil que tem uma história importante e política já conseguiu produzir presidente, resistência a ditadura militar, bastantes lideranças e quadros políticos importantes no nosso país parece que da população empobrecida, de periferia, essa população que muitas vezes é alvo da violência do estado ou através da polícia o que parece que qualquer



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

política para essa população serve, o movimento nos coloca no centro da política e diz o seguinte: você pode, você é possível, você é capaz. No primeiro encontro foi a primeira vez que os meninos tiveram o microfone na mão e eles disseram para as autoridades como era a sua realidade. No segundo encontro nacional, esse movimento audacioso com a participação das crianças e colocamos o tema do extermínio e é exatamente o que está acontecendo agora no Brasil, esse ciclo, ele vai tem uma pancada uma ação forte do estado uma repressão para coibir este tipo de coisa. A gente abaixou a guarda o Brasil está mais rico, tem mais política, tem mais empregados, tem mais jovens pretos de periferia na universidade, e a polícia endurece a sua ação o alvo da militarização em cima das populações pobres desse país principalmente os jovens. Os especialistas apontam que para as pessoas que são menos alvo dessa violência às maduras e as mais velhas elas estão com muito medo e quem é o alvo privilegiado que está na mira dessas forças de segurança são exatamente os jovens que pensam os que têm menos medo e dizem que *comigo não vai acontecer* e muitas vezes viram parte das estatísticas em São Paulo, Santa Catarina, Goiânia, Ceará e por ai a fora onde temos diversos exemplos. Se nós pensarmos na participação de empoderar esses cidadãos, por isso essa geração foi se multiplicando: Junio/PE, Roni/Campinas, Leonardo/CE, Eliane que ajuda nossas prestações de conta ficar em dia, Maria, a Bil que ajudou bastante nas leis orgânicas municipais estava como adolescente no núcleo ajudando no lobby para garantir os direitos das crianças lá em São Bernardo esse é um pequeno exemplo desse processo de participação do protagonismo que o movimento vem construindo e para isso o especial que é o Cristian e a Elis Regina que são os dois jovens que estão vindos de São Paulo representando a juventude do movimento. Levando em conta dois debates importantes hoje, o da importância do movimento e a criminalização imposta às organizações duas coisas importantes para nós educadores sociais militantes da infância é ficarmos atentos em acompanhar o processo da reforma política no estado brasileiro, e para nós é um desafio de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

não superar, mas de avançar um pouco mais os indicadores nacionais e outro é o marco regulatório da relação de movimentos sociais e ONGs e o estado brasileiro que está sendo uma carta de intenções que está sendo acompanhada por várias organizações e estamos entre elas acompanhando esse debate. Roni termina esse momento cantando uma música importante para o movimento na caminhada pelos direitos humanos contra a violência e políticas públicas.

música: *...meninos, meninas de rua, eu sou capaz, violência nunca mais.*

Coordenador da mesa Adnilson Pacheco agradece pela apresentação e pelo depoimento do Marquinhos e reforça o quanto é bonito o trabalho histórico que vem sendo desenvolvido há tantos anos por tantas pessoas, a tantas mãos e as movimentações sociais para que um dia aconteça uma revolução em nosso país. Agradece a todos e todas pelas falas e abre o momento para o debate, primeiro momento de cinco perguntas.

DEBATE

WAGNER/ MARINGÁ - Associação dos Educadores Sociais, e o do MMR.

Um comentário em cima do que o Manoel falou da Campanha Nacional Criança não é de rua, é absolutamente necessária se a gente pensar na situação de morar na rua das crianças que é uma tragédia de muitas décadas no Brasil e a gente vem observando este tipo de coisa e realmente precisa de ação conjunta nacional no sentido de procurar resolver estas questões. Eu confesso que alguma coisa me incomodou um pouco, em Maringá nós vivemos uma realidade que acredito que seja bem próxima das cidades médias que estão em crescimento nesse país, das cidades grandes nem se fala a tragédia é muito maior, mas da descaracterização da rua enquanto um espaço público de convivência e manifestação da cultura. Queria chamar a atenção para isso, por que o fato das ruas estarem cada vez mais repletas de carros, asfalto, e de nossos parques estarem aos poucos sendo fechados por espigões, contribuem



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

para a desumanização e para piorar ainda mais a situação de convivência de estranhamento na verdade entre uma parcela da sociedade de que não consegue alcançar, não conseguem ver, estamos vivendo um processo novamente de aprofundamento da divisão social e uma das principais sintomas dessa divisão social para mim é a descaracterização desse espaço de convivência, é que os meninos e meninas em situação de rua nesse Brasil tem lutado para que isso não ocorra e acho que paralelamente a esta campanha de retirar essa crianças da situação de morar na rua e estar sujeitos a todos os males de quem é desassistido de quem está longe da família, de quem sofre violência diariamente, temos que pensar em devolver a rua para todas as crianças, as ruas voltem as ser das pessoas. Os parques as praças voltem a ser das pessoas. Existe uma discussão em Maringá, uma cidade que se reputa no Brasil em ser uma cidade verde, cheia de parques que na verdade não são ocupados pelas pessoas, para que o parque do Ingá que é um parque grande da cidade para que as pessoas pudessem retornar ao parque, foi necessário que se fizesse movimento muito grande, o poder público fizesse isso é uma cidade com mais de cem parques que estão abandonados, e o poder publico julga que ter mais licitações para os parques continuarem abandonados sejam uma solução ou então de colocar a policia lá quando na verdade quem deve ir são as pessoas, são os movimentos sociais para humanizar esses espaços e até mesmo olhando com mais atenção esses parques e as ruas a gente possa participando da vida desses espaços público, que tenham condição de ter uma visão mais apurada das pessoas que ocupam desses espaços públicos que esta numa situação de vida tão ruim quanto o Manoel Torquato referiu aqui que que todos nós sabemos.

MARILSE /MARINGÁ- professora de história, faz parte o MMMR e está atuando num projeto da universidade de Maringá, num programa interdisciplinar de estudo e defesa da criança e do adolescente.

Uma pergunta para Julia, quanto secretaria de assistência o que tem



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

conseguido colocar na prática nas políticas nas ações dentro da proposta do SUAS e sobretudo focado na criança e na adolescência?

EDMILSON BORGES - EDUCADOR CASA DA JUVENTUDE EM GOIÂNIA E MILITATOU no MMMR

Pergunta para Julia - hoje têm no estado brasileiro considerando as três esferas muitos educadores, militante de uma maneira geral que vieram dos movimentos sociais, do movimento de direitos humanos nas suas distintas áreas de trabalho destes espaços, por que não avança essa proposta a partir do estado já que está desenhado no arcabouço legal todos os procedimentos as possibilidades, por que não avança um programa que considere educação social como algo absolutamente necessário, não só dentro do sistema sócio educativo, mas também dentro dele. Por que pergunto isso, comecei como um educador onde a gente tinha ainda na adolescência participava de uma ampla rede de jovens que tinha demandas, mas não tinha retaguarda e depois fui trabalhar no estado onde o educador ele sofre um profundo processo de desqualificação, de desvalorização, onde primeiro que na maioria dos casos são nomeados, não concursados, não tem grandes possibilidades de carreira. Então é um educador violentado na relação de violência dentro do sistema sócio educativo, e aqui em Goiás, não deve ser diferente da maioria do país, mas o sistema sócio educativo funcionar dentro de quartéis da polícia, e então os educadores tem a sua alma agredida, a sua relação direta e acaba tendo posturas defensivas e como ele poderia protagonizar algo onde que ele não é protagonista da própria vida. A relação educador educando e ela é uma relação mais bruta ainda porque a educação e um colega aqui do lado dizia assim funciona o capitalismo, quem paga mais leva o que se considera de melhor, as pessoas estão atrás de carreiras, de seguranças, de garantias e a educação capitalista trabalha em cima disso de uma formação onde as pessoas se fortaleçam a distinção social, fortaleça muito mais o diploma que você tem a universidade que você carrega no lombo, e muito menos as virtudes e a



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

relação com o seu semelhante. Então pergunto por que não avança, por que o estado brasileiro hoje a mais de 8 anos comandado por uma aparente proposta sensível a todas essas lutas e essas políticas sociais, por que não avança? E por que nós observamos nesse momento e já relatado pelo Marquinhos um ciclo de retomada do extermínio, qual a base disso? A agenda vai ser sempre uma agenda neoliberal da competição e não vamos conseguir implementar uma possibilidade do próprio educador protagonizar sua vida e ter condições mínimas de dizer eu posso acreditar no protagonismo juvenil porque eu sou protagonista ainda que relativo da minha vida?

JUNIO- PERNAMBUCO/ MMR

Duas questões que os três possam complementar, uma nesse debate de educação social e políticas públicas como conseguir avançar isso dentro desse contexto que estamos, não sei como está nos Estados de vocês, mas pelo menos em Pernambuco de *morte* dos movimentos sociais. Avançamos, tem gente na gestão, gente espalhada por todo canto, mestrado na universidade, todo mundo que veio dessa base, mas o contexto que vivemos hoje é de morte desses movimentos, sendo esses movimentos o nascedouro desse sujeito educador social, não se forma na universidade, não se forma nas escolas técnicas, se forja essa figura do educador social dentro do movimento social. Então como avançar para uma educação social se relacionando cada vez mais como política pública, se o grande espaço e nascedouro do sujeito educador social ele está hoje ele é extremamente menor do que foi na década de 80 a gente vê isso olhando qualquer movimento, linda nossa história enquanto movimento nacional MMR, mas se olhar o contexto do movimento hoje de qualquer lado de luta e organização social a gente vê o naninismo e quando a gente olha para o lado a gente vê a morte dos vários movimentos, então como avançar nessa relação de políticas públicas e educação social, sem os movimentos sociais?



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

NEY - CAMPINAS / EDUCADOR SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO ESTADUAL E INTERNACIONAL E DO MMMR

Quero pontuar como uma preocupação e ouvir a mesa a respeito é pegando a partir do trecho da fala da Licínia de ontem, que educação social não tem haver com a acomodação dos conflitos sociais, mas com produção de consciências e lutas por uma transformação da sociedade. Como podemos pensar no mesmo rumo da fala do Junio o educador social contratado pelo estado ser amortecedor da luta de classes, para ser apagador de conflitos, para ser conservador não transformador. Pensando um pouco na política de assistência social, que é uma política essencialmente de acomodação de amortecimento de conflito não é uma política de transformação o Estado não é instrumento de transformação, mas de conservação como fica o papel do educador que tem uma concepção transformadora como funcionário do estado que é de fato um conflito que eu vivo, sou funcionário público, mas que eu lido com minha realidade cotidiana.

RESPOSTA DA MESA

JULIA

Começa com o conflito do Ney, concordo com você realmente passa por duas coisas o Estado conservador e o conflito dos trabalhadores de qual é seu papel. Acho que esse é um desafio, não é um estado que transforma o educador, o estado é o conservador e o que a gente percebe é o conflito mesmo que os trabalhadores vivem pela sua própria perspectiva, pelos os seus preconceitos, porque não é fácil a gente ter que dizer aqui, por exemplo, que muitos de nossos educadores sociais que estão dentro dos serviços as nossas trabalhadoras, equipes técnicas batem no peito e fala que tem que rebaixar a idade penal, estamos tratando com o Estado conservador e com pessoas preconceituosas, como trabalhar esses conflitos que tem mesmo. Completa com a pergunta do Junio que ele pontua essa questão da educação social, e políticas públicas cadê os movimentos sociais, a gente perpassa por uma



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

história do Brasil, aonde vivemos uma ditadura militar por anos repressão por anos e um dia a classe trabalhadora entrou no poder e nós hoje enquanto classe trabalhadora estamos sofrendo este desafio e que às vezes quando nós estamos lá nós conseguimos ser pior do que aquele que a gente chamava de repressor. E começamos a ver isso, quando começamos a assumir esses espaços públicos e a nossa militância vai tudo para dentro da máquina estatal e ela chega e começa a ser governo, e ela vai ter que começar a conhecer o que é o governo e precisamos saber cadê os movimentos sociais? Na minha concepção veio uma crise, que muitos às vezes achavam que os movimentos sociais, as entidades não governamentais tinham o papel de Estado, não tem papel de Estado, estado é o estado e os movimentos sociais são movimentos sociais, para fazer parte da rede e fazer a crítica qualificada, então perguntamos mesmos, cadê nossos movimentos sociais? Porque às vezes entramos em conflito conosco mesmo, de muitos acharem que isso aqui não é papel do Estado, que isso aqui é o papel da ONG eu acho que é uma reflexão que temos que fazer agora uma autocritica nossa enquanto movimentos sociais e sociedade civil organizada, qual é o nosso papel dentro dos conselhos que tem papel fundamental na construção da nossa politica, enquanto controle social, e que controle social é esse que estamos fazendo? Qual a concepção que nós temos daqueles conselhos, daquelas representações no espaço tão importante que nós brigamos e que infelizmente as vezes na hora que pega ouvimos falar de uma sociedade servil organizada, vamos fazer uma autocritica do nosso papel ali, e acho que nós não temos resposta, e quem dera se tivéssemos e se tivéssemos não estaríamos aqui fazendo essa reflexão e o Edmilson coloca uma coisa que no meu papel enquanto secretária assistência social e enquanto militante que veio dos movimentos sociais e não fui militante criada dentro de governo e muito pelo contrário eu fui uma militante criada nas bases do movimento social e quando a gente esta lá dentro do poder executivo principalmente o que é responsável de implantar isso e você coloca uma coisa , e coloca a valorização dos trabalhadores, tem isso mesmo, nós estamos num



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

país capitalista, ninguém trabalha por amor e paixão, todo mundo tem que trabalhar com ética com desejo com amor como sujeito transformador, mas na lógica de um país capitalista, e isto preocupa muito e você coloca e trás um pouco a questão dos educadores principalmente os que trabalham com as medidas sócio educativas e às vezes lá no município quando estamos com nossa equipe nós Estado brasileiro estamos criando não conseguimos ter este trabalhador com o perfil é porque ele não quer não, porque a gente não lembra de pensar de quem vai cuidar da gente? Imagina a relação de um profissional que está dentro de uma política e aí nós podemos sem medo de errar de dizer que infelizmente veem a assistência social ainda responsável por toda e qualquer tipo de violação, como se o sujeito o indivíduo fosse uma coisa esfacelada, eu assistência social tomo conta da vulnerabilidade e a educação toma conta do aprendizado de ler e a saúde toma conta dele não morrer, a política o Estado brasileiro tem grande deficiência ainda em não discutir política pública integrada, o indivíduo como sujeito de direitos porque assistência social nunca vai dá conta da violação de direito, ela não perpassa só pelo social, ela perpassa por várias coisas. Acha que falta pra gente avançar já que uma tem política desenhada, hoje a própria assistência social quando nós estamos pegando o censo SUAS 2012 que nós estamos preenchendo na coluna de trabalhadores, lá tem todos, educadores sociais, antropólogos, cuidador social e são nomenclaturas que às vezes estamos discutindo aqui a gente tem que regulamentar isso, mas de qual papel e como você garantir enquanto estado realmente qualificação e condição desse educador social ser o protagonista pra ele e se ele não se sente protagonista enquanto profissional, como ele vai discutir para o beneficiário que ele tem que ser o protagonista de direito, e isso é realmente muito complicado. Fui ao Acre há uns anos atrás dar uma capacitação para os agentes sociais, educadores para uma unidade de internação de adolescente em conflito com a lei, e olha que loucura como o estado, pois lá que era responsável pela execução e o Estado e ainda não tinha municipalizado as medidas em meio aberto, e aí como estado não tinha



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

dado conta de prestar um concurso público e o ministério público tinha feito um termo de ajuste de conduta ele pegou todos os concursados que tinha feito o concurso para ser agente penitenciário para colocar na unidade, você imagina, porque quando você faz um concurso para trabalhadores que vai para a unidade de internação de adolescentes, estamos falando que temos que discutir uma política, o estatuto da criança e do adolescente, qual é o perfil desse trabalhador e imagina você trabalhando com um grupo de mais de cem que fez um concurso para abrir e fechar cadeado de cela de cadeia. Se a gente faz hoje um concurso para os agentes que vai pra unidade de medida socioeducativa, quando nós fomos fazer a parte do concurso e a última parte era uma capacitação que era obrigatória e eu fui convidada para trabalhar com alguns que passaram no concurso para finalizar o concurso, era assim uma coisa de maluco, todos os agentes que iriam para a unidade chegaram durante o curso com calça e camiseta malhada, bolso grande, para colocar o cassetete e dar *porrada* no menino, pensamos esse é o perfil de quem passou no concurso para ir para a unidade de internação, isso tem uma concepção ideológica que é uma coisa de maluco, o que acho que falta é a compreensão da educação social que nós queremos e qual é o papel do estado para implantar isso, temos avanços, mas os nossos desafios são ainda muitos maiores e passando para a resposta da pergunta da Marilza da minha prática enquanto secretaria, vou ser muito franca e falo isso com toda tranquilidade, para começar enquanto os governantes não verem a assistência social quanto uma política pública, vamos continuar nadando muito e morrendo na praia, eu sou do CONGEMAS o ano que vem será uma tragédia, deve ter sido mais de 70% de mudanças nas prefeituras e infelizmente a assistência social é cargo para primeiro damismo, cargo para deputado e vereador que não foram eleitos e ser acomodados, isso é um problema sério que enfrenta as secretarias municipais de assistência e isso é uma grande tragédia dentro da assistência social. Colatina é tido como município de referência na implantação da política de assistência, principalmente da política da criança e do adolescente social,



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

porque mesmo de ter, não sei se é por eu ser da militância teve um momento que eu fui até um pouco pressionada pelos outros serviços, idosos que a gente já tinha implantado muito dentro de Colatina, e a gente tenta implantar uma política, por exemplo, nós precisamos garantir realmente funcionários de carreira dentro dos nossos serviços atualmente eu estou secretaria, o prefeito esta prefeito, quando esses saírem quem vai ficar são os trabalhadores, se você dá concurso põe pessoas efetivas você realmente cria serviços continuados, vindo para cá recebi um email de uma prefeitura falando do encontro de avaliação e planejamento do nosso colegiado dos gestores do Espírito Santo que vamos fazer 11 e 12 de dezembro, ai falei com ela sobre esse encontro e a resposta que ela me deu foi a seguinte *olha esta entrando um outro prefeito e eu sou a única assistente social do município concursada, no dia 31 de dezembro toda a equipe será demitida*, isso é gravíssimo ai tenho que concorda que passa pela precarização quando o órgão público realmente não coloca funcionários de carreira, a gente tenta fazer, mas digo uma coisa não é fácil a gente tem que investir muito eu acho que quando a gente fala da valorização dos trabalhadores temos que ver não só no âmbito do salário, mas como valorizar o trabalhadores, como valorizar o trabalhador também para capacitá-lo no exercício da sua função, qual que é esse papel dos trabalhadores do SUAS, como que é uma equipe dos sistema único seja ela da base ou da especial aonde o assistente social e os psicólogos não são melhores que os educadores sociais de nível médio, como que essa relação entre os educadores sociais e a equipe técnica, como que a gente pode dentro do município onde o beneficiário está, como que a gente vai trabalhar melhor, eu estou com muita fé nesse Capacita SUAS, não vamos dar aquela capacitação pontual, precisamos que realmente os nossos trabalhadores do SUAS ele conheça os instrumentos, ele tenha condição de ajudar a pensar a própria academia, porque a academia não é um passo de mágica não, os professores da academia aprendem muito quando veem aqui e o Marquinho falando, começa a produzir o conhecimento deles a partir de uma fala dessas,



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

a partir de uma intervenção nossa nos locais. Então como nós vamos protagonizar esses educadores nessa construção da política? Eu acho que a gente não tem resposta graças a Deus, porque se tivesse resposta seria a ditadura mesmo e o bom é a gente não ter resposta e o bom é agente ter e refletir qual é o meu papel e até onde estou e aonde o nosso papel continua junto, que esse negócio que o meu começa aqui e o seu termina ali, esse negócio não é real, como que a gente pode pensar isso. Na realidade quando estamos fazendo a discussão enquanto secretaria municipal de assistência social não é fácil discutir com governo de Estado nem com governo Federal, porque quem executa quem está na ponta somos nós municípios, nós é que sabemos aonde o buraco é mais embaixo e mais encima, enquanto às vezes o outro vai mais pela teoria.

Considerações de - Manuel Torcato

Ney coloca uma questão muito complexa, mas vou conversar com o Wagner de Maringá quando ele coloca a questão da rua como espaço de convivência e como devolver à rua as crianças é uma questão importante porque vai para além dos espaços públicos, mas vai para a questão do direito a cidade, só para dar um dado o Brasil tem um déficit de 15 milhões de habitações com os processos urbanizatórios de grandes eventos e corredores turísticos este déficit tem se agravado só para as obras da copa do mundo está sendo pensada a remoção de mais de 170 mil pessoas, para onde vão essas pessoas, elas estão sendo expulsas da cidade, sendo empurradas para as periferias aonde os espaços públicos onde esta a praça, a quadra esportiva, onde está o polo de diversão ficam longe de onde essas pessoas vão morar e a lógica de ocupação das cidades pela especulação imobiliária falando dos grandes centros é uma lógica muito perversa que agride o direito a cidade, então se a população de rua esta sendo higienizada no sentido de estar sendo expulsa dos espaços até quem está na sua casa também pode e esta sendo expulso da sua comunidade. Estamos acompanhando isso junto ao comitê popular da



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

copa que divulgou um recente dossiê, mostrando como se configura o cenário de ocupação da cidade de maneira que o mercado imobiliário tem incidido com muita pressão para que essas comunidades saiam de onde estão e vá para bem longe da onde vai passar o turista, onde vai passar o empresário e para onde vão essas comunidades nenhum espaço público de convivência e de lazer e de esporte está associado, então comunidades que lutaram anos para ter sua pracinha para ter um posto de saúde para ter uma escola, agora chega alguém pinta a porta da sua casa de verde e aí o dono da casa pergunta por que você está pintando minha casa de verde? *É porque vai ser demolido senhor*, é essa a informação do agente público que ele tem *o senhor vai sair daqui*, e como fica o direito de ocupação da cidade. Então eu penso que quando uma criança vai para a rua e a gente visita as famílias de algumas lá em Fortaleza, a gente entende que talvez se fossemos nós a gente também iria para a rua, pois as condições de vida têm sido muito precárias, que vocês devem conhecer tanto quanto eu. Quando você coloca a rua como espaço de convivência dos espaços públicos eu ainda vou mais além, estamos bastante preocupados também com os espaços de convivência dentro das comunidades que estão sendo vitimadas por muitas remoções por um afastamento de equipamentos público que possam fazer com que as crianças possam viver de maneira saudável dentro de sua comunidade e não precise se aventurar ao sinal de trânsito, debaixo da ponte, enfim, e penso que estrategicamente a maneira de provocar uma discussão para firmar esses direitos, direitos à cidade, direito a uma convivência saudável com os espaços públicos está na pressão continuada e insistente por políticas públicas que garantam a moradia, habitação de espaços públicos de melhor qualidade na cidade e o Brasil tem se tornado com muita velocidade um Brasil urbano, onde o Brasil rural tem migrado com muita força para os espaços urbanos e aí está um grande cenário por políticas públicas que devemos nos preocupar. E sobre como avançar na educação social pergunta do Junio, num cenário de morte dos movimentos sociais, curiosamente eu não estaria aqui hoje, porque eu estava preso, porque



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

eu estava na rua liderando um protesto contra a prefeitura de Fortaleza que teve um atraso de cinco meses de instituições que atendiam 116 crianças de rua e essas instituições foram a rua protestar na última quarta-feira, porque a prefeitura ameaçava não repassar essa percapita e eu fui preso durante esse protesto, mas me liberam depois porque eu disse que tinha que vir a Goiânia para dar essa palestra aqui, na verdade na quarta feira pela manhã e o manifesto foi a tarde e na quarta-feira pela manhã o grupo que organizava era composto por dez organizações não governamentais e duas OGS, uma do estado e outra do município, essa rede articula os educadores sociais de rua de Fortaleza chamada equipe interinstitucional e na discussão de manhã estávamos tentando fazer uma cota de quantos educadores estariam liberados das suas funções para participar da passeata sendo que em Fortaleza o governo do estado financia nos seus projetos algo em torno de 60 educadores e o município financia outros 50 educadores e apenas 20 educadores trabalham para as organizações não governamentais, óbvio que o município não liberou seus educadores e nem o estado, então o movimento saía com vinte educadores e 110 não poderiam participar do ato, o que coloca aqui em evidência essa questão de onde nós estamos mesmos, que espaços estamos ocupando mesmo enquanto educação social, penso eu que as organizações não governamentais da onde surgem a militância, da onde surgem o processo de luta de transformação do qual pertence o educador social ele está num quadro mais muito reduzido e a grande maioria desses personagens foram de fato cooptados e acho que até não digo negativamente e nem positivamente é um processo importante de ocupação dentro das políticas públicas, mas esses profissionais estão na política pública, o que enfraquece muito a militância. Quando pensamos o movimento de quarta-feira tivemos o veto de participação de 110 educadores sociais que estavam na base antes de serem agentes públicos e que queriam estar lá protestando, mas que não iam protestar a custo de perder seu emprego por ser profissionais pagos pelo município e pelo o estado, e o protesto era contra o município. Então essa lógica é que traduz um



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pouco a nossa angústia do enfraquecimento dos movimentos sociais que esse exemplo do evento de Fortaleza é indicador dessa questão, e aponto outro os movimentos sociais organizados isso eu acho inclusive positivo também, tem sido muito pressionado por uma lógica tecnicista de que para ter o financiamento para a sustentabilidade de seus projetos tem que ter o profissional A, X Y, para qualificar o meu atendimento, só que esse profissional ele está vindo da academia, ele não está vindo da base e aí o projeto precisa contratar esse profissional, é importante contratar esse profissional, é, por isso eu penso que a base está bastante qualificada nesse processo, para poder participar dessa lógica de sustentabilidade dos projetos sociais, porque Fortaleza consegue pagar só vinte educadores sociais dentro do movimento sociais, porque não consegue pagar mais, porque eles são de nível médio? Será que é por isso? Será porque é preciso contratar psicólogo e o custo da psicóloga é mais caro, será que é por isso, que eu preciso contratar um assistente social e aí isso tira a participação desse profissional dentro do processo e aí eu diminuo a quantidade de militantes dentro do movimento social porque eu tenho que pagar outros quadros técnicos e isso é uma lógica que tem se estabelecido nos financiamentos públicos e privados no Brasil, eu me preocupo muito porque estou dando mais questões do que respostas. Acho que a qualificação dentro do movimento social e a cooptação dos profissionais do movimento para o serviço público é que tem enfraquecido bastante as nossas bases e acaba que a gente fica sem força para expressar aquilo que a gente busca enquanto política pública.

EULANGE

A questão para mim é o seguinte a luta de classe não acabou, pessoas não resolvem, ou a classe vai e se impõem ou não vai ter, não adianta você ficar, eu sou funcionária pública também, trabalho na saúde e aqui na universidade, então tem instituições que você tem que brigar com a instituição inteira, porque ideologicamente as pessoas não querem bater de frente, você tem pessoas lá



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

dentro que tem condição de estar discutindo, mas o grosso, a nossa caminhada enquanto classe trabalhadora de ter consciência de classe e ter consciência que os filhos da classe trabalhadora não podem morar na rua tem que ter condição digna, tem gente que ri na nossa cara quando você fala em luta de classe, isso não existe mais, existe sim. Por que então só os filhos dos trabalhadores vão para a rua se não tem classe? Tem a classe trabalhadora sim, porque só os desses estão na rua? Hoje por uma questão específica que é a droga tem um menino aqui em Goiânia a mãe dele não é trabalhadora, ela é patroa, mas só que esta lá no crack, mas a maioria é filho de trabalhador sim. A mudança da classe trabalhadora hoje é porque ela não é mais todo mundo da fábrica, todo mundo empregado há uma transformação dessa classe, então o que de se fazer é organizar mesmo e então a gente caiu sim em minha opinião numa ilusão de que agora nas políticas públicas, conquistamos espaços, se não tiver um grupo, por exemplo, no conselho municipal dos direitos e no conselho estadual o lobim dos privados ai a gente tem que falar prestador de serviço, igualzinho se fala na saúde, que sendo filantrópico não é privado, é prestador de serviço sim esta comprando um serviço deles na política de assistência social, esse tem um interesse sim e lá no conselho ele não vota nada governo, porque ele quer garantir dinheiro para a entidade dele. As entidades, movimentos e pastoral que tem uma proposta diferenciada somos sempre colocados de lado porque a quantia das que recebem benesses não é pequena e eles não precisam contratar educador eles se colocam outro patamar e garantem e passa rasteira mesmo e garantem interesses políticos e contratam e tão tem toda uma organização que está muito em função de como as pessoas estão nessa relação capital trabalho, nessa relação dos trabalhadores, como esta organizada uma sociedade, então para mim é possível e a gente que encarar logico que tem todo esse porque foram todos os movimentos sociais que entraram nessa discussão e passamos para o estado para poder influenciar essas políticas e fomos ocupando alguns espaços que a gente acha que é importante e são importantes, mas nesse momento a gente



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

enquanto educadores que temos que se voltar, enquanto militantes é para conquistar membros para nossa luta, temos que trabalhar com isso. Isso não se aprende em universidade, mas do ponto de vista do individual se eu tenho consciência de classe é lógico que a minha atuação dentro de qualquer lugar é diferenciada, você pode estar em qualquer lugar na repressão que seja, que o meu momento profissional com o menino e no meu caso que trabalho com a saúde com os pacientes lá no hospital ele é meu profissional com aquele individuo eu posso fazer a diferença sim, mas essa diferença individual que às vezes ela conquista sim espaço dentro de qualquer instituição desde que a gente se preocupe com organização que às vezes fica no ativismo e não se dispõe a estar participando, e *ai num vai resolver*, resolve sim. E a mudança ela é muito silenciosa dos colegas, da gente ter propostas de mudança de relação com os meninos devagarinho à gente conquistou muito mais na gestão e a gente tem que estabelecer e uma politica de estado que só se estabelece por aqueles que são hegemônicos, quem tem a hegemonia num determinado lugar? A gente tem algumas conquista num lugar e outro, mas o que para mim é importante é nossa organização e houve um tempo que essa organização era financiada tinha um monte de gente participando, agora ela não é financiada mais, porque os caos é no mundo inteiro, o povo da Europa mandava dinheiro, agora eles não vão mandar dinheiro, porque agora lá também está uma confusão, os trabalhadores de lá não tem como ficar solidários com os de cá não, eles estão cuidando deles mesmos por lá, então nós trabalhadores temos de cuidar da gente aqui, um exemplo que vejo disso é o pessoal apoiando esse encontro, são trabalhadores apoiando a nossa discussão, trabalhador de outro ramo apoiando a nossa luta, então isso resolve a gente tentando isso e finalizando em relação aos trabalhadores 3mil 361 dos trabalhadores do serviço contratados no serviço social, qual é a porcentagem do governo que não presta, não é, é o que ele falou aqui, nessa coisa de educador social correndo atrás de meninos, batendo em meninos não é só governamental não, oprimindo os meninos, dogmatizando a cabeça dos meninos e meninas, não é



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

só governamental não, são todos. Essa questão ideológica de como tratar o outro, dele não ser sujeito, ser objeto, ela é ideológica, que sustenta a desigualdade social na nossa sociedade, é para isso que ela serve ele bater ser violento, serve para sustentar essas relações sociais existentes. Então se a gente não se organiza, a importância é a organização mesmo, enquanto trabalhadores, educadores, militantes de defesa de direito a gente não consegue romper essa barreira. Nesse momento a gente tem que voltar de novo e sem financiamento, porque a primeira vez teve financiamento da CIBA e depois teve financiamento de organismos estrangeiros e agora não tem dinheiro nenhum, é o próprio trabalhador que tem que se organizar, ninguém vai financiar isso. Uma das questões era que os movimentos estavam organizados mais tinham muito financiamento para isso, hoje não tem, ou o movimento social se banca que dinheiro não entra de lugar nenhum e aí essa é a grande dificuldade com toda a situação terrível que nós trabalhadores vivemos nesse país, tem que trabalhar em dois, três empregos para poder dar conta de sustentar toda a família como é que sobra tempo para militar, essa nossa inserção no mundo do trabalho ela é perversa, com todos os educadores, e temos eu buscar formas para a participação, só a organização dos trabalhadores e ninguém vai tutelar, no momento são os trabalhadores por eles mesmos, ninguém vai tutelar isso e não vai vir dinheiro de lugar nenhum era falso aquele tamanho dos movimentos, mas tinha dinheiro de fora entrando para sustentar secretário, estrutura e hoje não existe isso mais, e a forma de organizar é trabalhador se organizando com os recursos que tivermos. Hoje nós temos forma de articular diferenciada que até com a tecnologia é importante sim para nossa articulação com movimentos diferenciados que conseguem romper algumas barreiras independentes da falta de recurso financeiros e materiais e a outra coisa que queria dizer é de como eu sou daqui da universidade é que estas questões têm entrado na academia como objeto de pesquisa e de elaboração de metodologia, hoje, por exemplo, no movimento ninguém que vai fazer uma pesquisa na área da infância nesse país em termo



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

de metodologia de educação ou de papel da criança se não citar o movimento, a pesquisa dele não é nem considerada, se for fazer uma análise histórica nem é considerado porque está errado não fazer essa pontuação dessa mudança de paradigma que foi a ação nossa enquanto educadores, enquanto movimento nacional de MMR, se você procurar aparece 20 mil citações dessa nossa história, então na academia isso já entra enquanto tema de estudo, enquanto verificação dessa questão do protagonismo juvenil e do papel da criança, do adolescente e do ser humano como protagonismo de suas ações. Espaço na academia, lógico que não é muito grande, mas aparecem uns e outros se utilizarem disso para benefício próprio, mas tenho analisado, eu sou de um núcleo de pesquisa de estudos qualitativos de termos de saúde e enfermagem aqui na universidade que trabalha com meninos em situação de rua e tem pesquisas nessa área que está levantando, que há no nosso país e até fora dele um respeito por essa história e uma produção enquanto metodologia, já tem uma produção no país quanto metodologia de atendimento a criança e adolescente, então essa nossa prática já tem lugar nos artigos e na pesquisa científica nesse país em relação a criança e adolescente, e isso é uma coisa importante, a questão da violência essas nossas propostas aparecem nas discussões aparecem e às vezes como a maioria não tem acesso agente não vê, é importante falar desse lugar agora. Por que isso aparece? Porque as militâncias dos movimentos estão na universidade e os movimentos sociais também estão na universidade e também levantam essas questões há vinte anos, fazer pesquisa dessa forma era uns e outros, e hoje têm grandes números de pesquisadores que tem esse tema da educação social e do local de trabalho.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

SEGUNDO BLOCO DE PERGUNTA -12:30h

LEIDIANE- APARECIDA DE GOIÂNIA / estudante do curso de serviço social

Faz uma colocação sobre o tema da mesa, educação social. Parabeniza pela importância do educador social, mas destaca que a educação social ela não se faz somente pelo educador social, pois a mesa minimizou a importância dos outros profissionais o tema não é educador social, mas educação social. A educação social é também possível com outros atores que não apenas os educadores sociais e a política de assistência social só, não é possível, com a ausência da sociedade e todos os autores dessa política tem o dever de conscientizar a sociedade sobre os seus direitos, despertando em cada um o dever para lutar, então todos podemos ser educadores sociais, porém não podemos esquecer que para educar temos também que conhecer as políticas sociais e juntos podermos articularmos novas políticas, assim com a sua efetivação.

LEONARDO – SÃO BERNARDO DO CAMPO/ MMR

Por ter participado quando adolescente, ter ficado um período quando menino em situação de rua eu tive oportunidade de participar do 4º Encontro Nacional de MMR que ocorreu em Brasília e a partir dessa oportunidade eu pude conhecer diversos educadores, eu me lembro do Rony com o grupo de adolescentes do grupo bate lata, e vários outros educadores que tinham um compromisso muito grande no que diz respeito à luta da criança e do adolescente e muito dessas lutas hoje transformada em políticas públicas e hoje eu estou cumprindo um mandato de conselheiro tutelar na cidade de São Bernardo do Campo e o que nós percebemos diversas entidades governamentais e não governamental é a prática de educadores que muitas das vezes se submete ao simples fato de atender a criança e o adolescente como um número, ou seja, muito preocupado naquilo que é sua atribuição e



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

procurando limitar a sua atuação como educador, o que eu acho que remete muitas das vezes esse educador a criminalizar a família, passando a reponsabilidade de que aquele adolescente aquele menino está naquela situação por conta da família sem fazer uma reflexão profunda e sem procurar participar dos espaços como esse que possibilitam um maior conhecimento a respeito do que levaram esses meninos a uma situação de vulnerabilidade social, minha pergunta é entorno da questão do protagonismo, gostaria que a Eulange e a Julia pudesse um pouco a respeito de quais que são os principais desafios do educador social de fato, daquele que se coloca a disposição diariamente, em busca de intervir nos espaços para que a criança e adolescente tenha de fato as suas condições de desenvolvimento garantido, então quais seria estes principais desafio dos educadores sociais para possibilitar a participação de meninos e meninas no seu processo de transformação e chama atenção por estarmos num encontro nacional de educação social e nós tivemos aqui presente dois adolescentes e uma criança, é importante a organização dos educadores sociais, mas eu entendo que a organização dos meninos tem que caminhar junto como Marcelo falou é impossível pensar uma politica que tenha de fato qualidade naquilo que se dispõe a fazer se vocês não envolver as pessoas vão ser alvo dessa politica, então como organização que trata de educação social é importante levar em consideração a participação dos meninos e das meninas, tendo em vista os grandes desafios que estão colocados, principalmente para os educadores que é a discussão da internação compulsória, o toque de recolher a questão da redução da maioridade penal e a questão que vem se retomando que é das chacinas em todo território brasileiro. Queria dizer se os educadores não estiverem à disposição de se reunir o Estado vai continuar patenteando os nossos meninos e meninas como capitães, não só como capitães de areias mas capitães enjaulados como tem acontecidos nas unidades de internação meninos e meninas sendo torturados e capitães também do asfalto, onde vemos a transição de governo, onde a gente vê trabalhos importantes como



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

aconteceu em São Bernardo de atendimento a população abaixo de 18 anos e situação de rua tem sido interrompida, então minha pergunta é em torno dos desafios dos educadores sociais na construção e possibilitação da participação dos meninos e meninas nos espaços de discussão política.

Maria de Jesus Lira-Palmas /representando a secretaria municipal de Assistência Social

Estou coordenadora de um programa de educação social de rua chamado “Acolher para Crescer”, comenta ao Marcelo que já cadastraram alguns adolescentes na plataforma, compartilha que Palmas por ser a mais nova capital do Brasil ela têm poucas crianças de rua e por ter um gestor que está saindo que se preocupou muito com a educação e implantou a educação de tempo integral, pelo prefeito Raul Filho e este programa foi idealizado pela primeira dama e deputada estadual Solange Dualibe, esse programa acolher para crescer, nós temos o objetivo é os educadores vão para a rua e abordam as crianças e adolescentes em situação de trabalho e a assistente social vai na suas residências e cadastram eles nos cursos de capacitação e temos dentro do programa um curso de preparação para o trabalho para inserir esses jovens no mercado de trabalho, porque é o grande anseio deles o seu primeiro emprego, está também representando os educadores, pois foi educadora em abrigo de adolescente e o anseio dos educadores era justamente esse a valorização, a capacitação e eles não tem nada, eles se preocupam muito com o trabalho deles na rua, não tem uniforme, não tem um transporte, não tem a infraestrutura que deveria ter e o que estamos discutindo aqui possa ser levado para Brasília para reforçar o pedido de ter concurso para educadores sociais e capacitá-los e melhorar a infraestrutura, pois correm o risco na rua e querem muito ser valorizados e muitos educadores não sabem qual é o seu papel, e o que um educador social de rua faz e o salário é o mínimo e que seja implantado esse salário a nível nacional.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

RONALDO – sindicato dos químicos do ABC

O Junio coloca que os movimentos estão morrendo, e vejo a Julia falando na profissionalização do educador social é sabido que o sindicato tem a capacidade de organizar as massas temos pessoas influentes no governo de vários Estados que inclusive são sindicalistas, gostaria de saber onde o sindicato poderia estar ajudando o movimento nessa discussão.

JUNIO

Estamos nessa discussão da educação social e existe hoje um consenso nacional na educação formal dela ser constituída de forma integral, qual o papel da educação social nessa educação integral que está se buscando no país, pois da forma que aparece ficam parecendo que a educação social não está dentro da escola, suspeito eu que tenha um espaço para educação social nesse meio.

GERALDO – pedagogo com atuação na área social do Instituto Marista

A pergunta conhece com a do Junio, temos várias entidades sociais que trabalha com atendimento, claro que além do trabalho da educação social sem esse trabalho com a população de rua, ele está muito consolidado no trabalho das entidades sociais, aquelas entidades se realiza no atendimento extra turno, qual futuro destas entidades diante da expectativa crescente da tendência a se adotar a escola de tempo integral e pergunto a Julia se dentro da área da assistência social tem havido reflexão diálogo e até mesmo algum grupo de trabalho fica aqui sendo até uma sugestão em parceria com ministério da educação pensando em como acontecer essa articulação das entidades que atendem no contra turno e essa perspectiva de estender a carga horaria da escola se isso pode ser feito em parceria e quais seriam as possibilidades percebidas de colaboração de caminhada conjunta, temos enfrentado várias dificuldades no campo com as entidades sociais perdendo muito a meninada perto dos lugares onde é adotada a escola de tempo integral que é uma



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

riqueza uma conquista como direito social, mas se jogou fora uma experiência rica de entidades que tinham um trabalho educativo muito sério e o que poderia ser aproveitado e até que ponto teria a perspectiva de construir um grupo de trabalho par fazer essa reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA MESA

EULANGE

Responde a questão do protagonismo, a visão dos desafios para o educador frente a relação que ele tem com o educando para propiciar o protagonismo e ai todos àqueles que estão envolvidos no processo de educação social, e volto na fala da Licínia porque toda educação por principio ela é social ela está num grupo social ela propõe mudar alguns conceitos e comportamentos que estão relacionados com a vida em sociedade, mas especificamente para o educador social, uma coisa é escutar mais e prescrever comportamento para os meninos menos, para os idosos, impor aos idosos, por exemplo, aquele que tem anos de uma pratica de passar numa rua e agora quer que vá ficar numa praça andando para lá e para cá para ter direito a medicação, isso é um trabalho de educação social que é feito com os idosos, ou ir a bailes sendo que este nunca foi ao mesmo e a equipe leva todos os idosos para o bailinho. Então é escutar mais e prescrever menos a outra são estratégias de democratização das decisões e ações do grupo com o qual esta trabalhando, reunir com o grupo, decidir coletivamente, eu não tenho que prescrever, se eu estou como o grupo, o grupo define e eu coloco minha opinião sim no grupo, pois aquele grupo vai aprendendo uma ferramenta que ninguém tira que é aprender a democratizar e aprender coletivo, pois somos educados a não ter coletivo, o desafio para o educador, pois qual seja o grupo eles não querem isso, grupo de estudante acontece isso, não querem saber de democratizar não, querem saber do individual, para educador coletivizar as ações é um desafio muito grande, porque o papel do educador é fazer cumprir as decisões, até que discutir e



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

votar, vota, mas depois não querem cumprir coletivamente, aí o desafio para o educador, *isso vai acontecer sim*, não interessa se é o melhor menino no grupo se ele infringir uma regra tem que valer, o desafio que na prática o bicho pega mesmo, já tive situação assim, era um melhor menino do grupo e ele fez uma coisa que o grupo decidiu que quem fizesse aquilo não iria para o passeio, então ele não foi, foi decidido na reunião. Esse é um desafio para o educador na hora de decidir o grupo decide, mas na hora de executar muitas vezes não cumprimos o que o grupo decidiu e muitas vezes as regras que os grupos definem são muito fortes, sendo que até piores com que a gente imporia, mas como educador tem que fazer cumprir. O outro desafio é estabelecer objetivos, porque não é o fazer pelo fazer, por exemplo, num grupo que trabalhávamos um objetivo era que eles conversassem, cuidassem do espaço, limpar, tomar banho, era um grupo de 8 a 10 anos que tinham um quarto sujo, uma confusão e estávamos trabalhando essa questão de higiene, cuidar, o espaço ficar bonito enquanto os quartos das meninas tinham flor o deles uma coisa. Um dia eu chego à porta estava fechada, imagina de noite, eu era coordenadora do albergue, pergunto o que estava acontecendo lá dentro, eles responde não tia pode entrar, era uma unidade pública os meninos tinha esse ranço de chamar a gente de tia...não sou tia sou Eulange, entro no quarto pergunto o que estavam fazendo, olho e vejo o quarto limpinho, eles disseram que o quarto estaria sempre organizado e estavam fazendo uma reunião, eu sentei a convite deles e ele diziam que precisavam enfeitar como os outros quartos que tinham brinquedinhos e na reunião eu podia dar opinião também, aí alguém diz que no domingo tinha a feira hippy de artesanato, brinquedos, roupas e que todos iriam e faria uma caxamga(furto) e traria um brinquedo, minha reação foi informando ao grupo que naquele espaço não poderia entrar produto de furto, mas que eles tem uma bolsa que poderia ser usada para comprar os brinquedos, se eu só tivesse escutado que eles fariam um furto para enfeitar o quarto eu ficaria brava e pensaria que eles não aprenderam nada, só que o meu objetivo primeiro era higiene, que eles conversassem uns com outros e



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

decidissem coletivamente e isto foi alcançado numa reunião dando palavra um por um, dois objetivos foram alcançados e o terceiro que era parar de utilizar furto a gente tinha que trabalhar mais esse objetivo, mas a gente tem que ter como educador objetivo claro, até para avaliar o nosso trabalho e até onde estamos indo, para planejar as ações, nesta questão do protagonismo temos esses desafios.

Marcelo Torquato

Responde a questão da Leidiane, de na educação social incluir no debate da educação social os técnicos de outras áreas. É fundamental essa questão, pois na educação social não se restringe a apenas a educador em sim, mas a outros técnicos, e o importante nisso é fazer entender isso, pois os psicólogos, assistentes sociais, pedagogos já tem uma categoria, um sindicato, falamos tanto em interdisciplinaridade e multidisciplinaridade e como estamos promovendo isso é um debate que tem que ser feito, penso que nos espaços de discussão para educação social tem que favorecer isso, têm que consultá-los e que venha discutir isso também. Em Fortaleza tinha um projeto em discussão para ser financiado pela união européia, que iria montar uma escola de educação social na cidade, ter um curso de extensão dentro na universidade federal para formar educadores sociais e o grupo que se opôs a essa proposta era os assistentes sociais, pois achava que a proposta pedagógica da escola estava incluída no curso de serviço social, essa discussão a principio de oposição serviu na continuidade para criar uma identidade que educação social tem haver sim, e se o conteúdo do serviço social, da psicologia estiver dentro é ótimo e quanto maior e mais amplo for a visão do um educador social mais qualificado estará o seu trabalho a sua ação. E sobre a educação de tempo integral versos educação social não há nenhum problema em relação a isso, temos acompanhado instituições no Brasil todo que fazem educação social também em tempo integral, onde a escola está dentro do projeto e a educação formal que ensina matemática, português é



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

acompanhada de questões relevantes da ética, da saúde, da militância, enfim de todos esses temas que nós educadores sociais defendemos, vem mais para agregar valor e não tiraria um espaço da educação social se tivéssemos a educação de tempo integral, pensa que merece de fato que essa grade programática da educação em tempo integral inclua temas relevantes da educação social que aborde a multidisciplinaridade.

EULANGE

Responde a pergunta do Ronaldo sobre o apoio do sindicato dos químicos a organização dos educadores sociais, á apoiando nesse momento que há uma organização profissional um pouco passando a experiência de como é isso organização por categoria, organização por ramo de trabalho que vocês falam, acha que a experiência sindical é importante e também a mobilização de outros atores para estar ajudando financeiramente nessa organização que é de classe. E em relação à educação de tempo integral, é que no momento as organizações não governamentais tiveram que se preocupar em ficar com os meninos para eles não ficarem na rua, agora estamos conquistando de devagarinho que o setor educacional faça esse papel. Então é um novo papel que vamos assumir e ai estar nos locais de poder que discuti isso, querem fazer escola de tempo integral só com os professores, e isso não faz, pois eles já falaram que isso não dá certo, não é ter matemática o dia inteiro, isto não é escola de tempo integral é fundamental os conselhos de direitos estarem colocando isso e muda o foco de atuação não governamental, que ótimo que o estado assumiu isso, nós conquistamos ele assume e nós temos outra tarefas para cumprir e vamos para essa outra tarefa enquanto aquele que estava na família estava no projeto contra turno tem um monte que nem na escola está, acho que é mudar o nosso foco de atuação, mas garantir que não seja escola de tempo integral com matéria formais o dia inteiro.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

JULIA

O grande desafio para esse protagonismo é ver o indivíduo integral, não o ver esfacelado, o Leo na sua condição de conselheiro tutelar não pode vê-lo na condição que é muito complexo não pode vê-lo só se falta escola para ele, se a educação, a saúde, a habitação não está dando conta este é um grande desafio começar a ver, compreendendo o que a Eulange coloca como exemplo, mas ela estava falando de uma coisa institucionalizada como que eu posso querer que um menino goste de tomar banho se a casa dele não tem banheiro, como arrumar um quarto se ele nunca teve cama, então a lógica nossa no trabalho é como que ver isso tudo, se a gente vê ele por um só a gente não conhece a história dele por um lado é um grande desafio conhecer o indivíduo integralmente. Uma coisa que pontua é a criminalização da família, é muito mais fácil para os nossos serviços, nossas equipes criminalizar a família do que ver que a família teve todos os seus direitos negados pelo Estado brasileiro. O que colocam de internação compulsória, de toque de recolher, uma coisa que devemos ter e faz parte enquanto cidadãos é que isso é uma prática de uma sociedade hipócrita, porque ninguém quer um abrigo, uma semiliberdade ao lado de sua casa, ninguém quer ver o menino na rua, este menino é o filho do trabalhador, do negro, do pobre, porque o filho da burguesia, inclusive ele tem espaços privilegiados nos espaços públicos, então essa nossa sociedade ela quer que o governo, que o estado dê resposta, mas ela não se vê como responsável do que nós temos hoje na sociedade de quem não teve direito a não ter direitos. A outra coisa é educação integral não escola de tempo integral, na educação integral cabe tudo, pode estar dentro dos CRAS, dentro das instituições, dentro dos movimentos, o que é que estamos chamando isso de escola de tempo integral. E na educação integral um dos espaços mais privilegiados tem de ser educação social, pois é ali que vamos discutir com o protagonista, com quem vamos discutir educação social. Tenho muito receio quando fazemos discussão sobre educação social e o educador social e pontuarmos de início um piso salarial nacional, primeiro devemos saber



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

o que é educação social, qual o papel do educador social e se formos por essa linha em vez de construir vamos desconstruir, pois pela realidade brasileira falar num piso nacional, por exemplo, se tenho o sertão do nordeste e tenho o sul do país, e tenho São Paulo é uma coisa meio complexa, devemos ter cuidado e essa não é a discussão principal. Quanto aos sindicatos a Eulange já colocou uma coisa principal é a questão do apoio, mas ainda é que vocês estão com os trabalhadores, com as famílias é importante que vocês tenham um grande instrumento que é a mobilização de indivíduos como sujeitos que tem direitos a essas políticas públicas não importa se é da saúde, da assistência, da educação, então o sindicato tem um grande instrumento que é a população cada um dentro de sua categoria. E além do apoio é a discussão com os trabalhadores do sindicato de qual é o papel do sindicato daqueles trabalhadores quando tem uma visão geral se ele tem moradia, rede de esgoto. Precisamos ter muita clareza que estamos falando de políticas públicas que estão avançando e de que nunca nós tivemos e não podemos negar que o Brasil tem crescido na implantação de políticas e temos muitos desafios. Nesse encontro vamos sair com a discussão muito madura de que tem muitas coisas que não existe consenso entre nós e graças a Deus não há, porque senão, não estaríamos aqui, e o não consenso fará a gente crescer um pouco na nossa reflexão e de como a gente pode realmente garantir uma educação social e ela não vai a lugar nenhum se a gente não enxergar o que chamamos de educadores sociais sem classificação de ser acadêmico ou não.

Apresentação do vídeo do 2º Encontro de Meninos e Meninas de rua

COORDENAÇÃO DA TARDE- 14 às 18 horas

- DANIELE- Sindicato dos químicos do ABC
- MARQUINHO: boa à tarde a todos e a todas, educadores e educadores sociais, trabalhadores em educação social nesse país, vamos começar mais uma mesa de debate e agradecemos toda a coordenação pela



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

organização do VI Encontro Nacional de Educação Social, nessa atividade que com certeza é um dos eixos estratégicos no debate nosso aqui no Estado de Goiás, na Universidade Federal que é exatamente aprofundar um pouco os temas da regulamentação, formação e organização profissional desses trabalhadores/as em educação social.

EDUCAÇÃO SOCIAL FORMAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

COMPOSIÇÃO DA MESA DE DEBATE

1. **Cléia Brandão** - representante do MEC, diretora de políticas públicas em direitos educacionais e cidadania, já foi reitora da PUC Goiás e representante do conselho da educação.
2. **Valéria Aroeira Garcia** – pedagoga, professora na Faculdade da UNICAMP, e tem uma prática social desde anos 90, supervisora educacional do município de Campinas e secretária da Associação de Educadores/as Social do estado de São Paulo.
3. **Chico Lopes**- deputado federal do PC do B/Ceará
4. **Gesênia Gonzáles Gutierrez**- psicóloga trabalha no IMPRO- Instituto de Promoção Humana, formada a 12 anos de experiência com trabalho de violência e exploração sexual de criança e adolescente tem cursos e especialização de políticas de proteção social e políticas proteção psicoterapia, especialização em Gênero /Nicarágua.
5. **Ney Moraes Filho**- educador social, militante do MMMR/SP, faz parte da direção da AESP- Associação dos Educadores/as Sociais do Estado de São Paulo é o representante nosso na Associação Internacional dos Educadores Sociais e coordenador do EURECA Campinas e São Paulo.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

1. Deputado Federal Chico Lopes do PC do B/Ceará- PROJETO DE LEI Nº 5346 DE 2009

Boa tarde a todas as mulheres e homens aqui presentes que vão continuar esse país ser mais independente e ser respeitado lá fora, mesmo com suas contradições e suas dificuldades, mas estamos no rumo e acredito que homens e mulheres para que possamos continuar lutando por tudo. Eu sou professor, fui aluno e espetor do SENAC, contador e educador cooperativista e trabalhei com Dom Frágoso até ser preso e minha vida é do movimento popular. Vou falar da lei onde ela está e qual foi o debate que participamos e não é uma idéia originária do deputado, mas dos movimentos sociais de Fortaleza e fui convidado por um assistente social por nome Favarron e pelo professor da USESP por nome Arlon que fez um grande encontro de educadores sociais na escola técnica em Fortaleza e lá surgiu a idéia de regulamentar com experiência parlamentar que eu tinha de vereador, deputado estadual e professor apresentei esse projeto de lei o número 5346 de 2009. Leitura do

Art.1º - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.

Paragrafo único: A profissão que trata o *caput* deste artigo possuir caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art.2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

- I - as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;
- II - a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;
- III - os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

- IV - a realização de atividade sócio educativas em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;
- V - a realização de programas e projetos educativos destinado a população carcerária;
- VI - as pessoas prestadoras de necessidade especiais;
- VII - o enfrentamento a dependência de drogas;
- VIII - as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX - a promoção da educação ambiental;
- X - a promoção da cidadania;
- XI - a promoção da arte-educação;
- XII - a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;
- XIII - os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;
- XIV - as entidades recreativas, de esporte e lazer.

Sugestão do deputado não fazer a leitura do projeto na integra, mas partir para os comentários a respeito da Lei.

Sabe-se que o Congresso Nacional são 513 deputados e na câmara dos deputados e vários lobbys lá dentro, sendo um dos maiores fora do serviço publico e privatização em defesa das agencias reguladoras dos serviços de concessão como telefonia que é a minha área de defesa do consumidor segundo vem da área da educação sabendo que o ensino público universitário esta na mão do governo 24% e 75% na mão das universidades privada, então da para notar que mesmo um projeto sendo de caráter popular isso já cria certa dificuldade e tivemos num Seminário Internacional convidado pelo departamento da PUC onde fiz apresentação desse projeto e o professor Silva já tinha copiado com as suas sugestões e críticas e me coloquei a disposição dele, pois este projeto tem iniciativa coletiva em Fortaleza, mas um projeto democrático tem de ser coletivizado com todo mundo interessado nas partes, fiquei esperando seis meses que alguém



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

manda-se as sugestões e tomei a iniciativa de chamar um colega de partido do Rio Grande do Sul o deputado Assis ele fez um requerimento numa comissão técnica, que já foi aprovado na comissão de educação e hoje está na comissão do trabalho, aguardando a liberação o relator é o Assis Melo e tem um requerimento aprovado solicitando a realização dessa audiência pública e a última caminhada dela será a legalização ou não do projeto que vai para a CSJ- Comissão de Justiça. Depois ela é terminativa e segue direto para o Senado Federal sendo aprovado vai direto para a sanção da presidência da república e se torna lei e algumas regulamentação vem do poder executivo é vetado ou não e ela passar a ser oficializado quando publicada no Diário Oficial e vem a segunda parte quais as questões trabalhista, mas isto é um segundo momento. Portanto, esse projeto merece que tenha logo essa audiência pública e sempre quando tem um encontro desse aparece alguma coisa mais nova, e tenho o prazer de anexar e sair um projeto da Câmara Federal o mais moderno e o mais atualizado possível, porque inicialmente em 2009 quando apresentamos era isso que naquele momento que era regulamentar essa profissão que hoje que vocês conhece e tem quase no mundo todo e no Brasil apesar de ser uma coisa não muito recente, mas não ter essa regulamentação e faço uma analogia com os agentes de saúde, os agentes comunitários cada vez vamos vendo que o movimento popular vai tendo necessidade de se oficializar e sair dessa clandestinidade porque termina o poder público chamando a si e se você não chega com público chamando a classe e se você não chega com a regulamentação, agora conseguimos avançar com a carga horária do agente comunitário, o piso salarial não foi oficializado, mas esta em bom caminho e eu gostaria que aqui saísse uma decisão para mobilizar e forçar a câmara federal fazer funcionar, eu já faço essa parte, mas uma andorinha só não faz verão eu sei porque também ela cria dificuldade, porque na hora que passar a ser regularizado o relacionamento com o poder público passar a ser um pouco diferente que é de relacionamento de trabalho e de poder



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

da própria profissão, portanto, fico a disposição para qualquer pergunta em Brasília meu gabinete é o 513 anexo 4, obrigada.

2. Gesênia Gonzales Gutierrez / Nicarágua- PROGRAMA CUIDADO A CUIDADORES (apresentação em slides)

PROGRAMA CUIDADO A CUIDADORES.

ANTECEDENTES

- ✓ La reflexión del equipo Church World Service LAC, en cuanto al desgaste emocional de los trabajadores de sus contrapartes. (Brasil, Republica Dominicana, Nicaragua, Uruguay, Argentina)
- ✓ 2008: Dos investigaciones acerca de las percepciones, conocimientos y practicas institucionales.
- ✓ El cuidado a cuidadores trasciende de la individualidad de las personas, a los equipos e instituciones. Compromiso, entrega, cansancio, impotencia. Sentimientos.
- ✓ Se identifico la necesidad de construir una visión y un marco conceptual común que derivó el Programa Cuidado a Cuidadores

Los inicios del Programa Cuidado a Cuidadores.

- Se consolido un concepto de Cuidar: *Asegurar el Bienestar físico, emocional y espiritual de las personas que trabajan para promover la justicia social..*

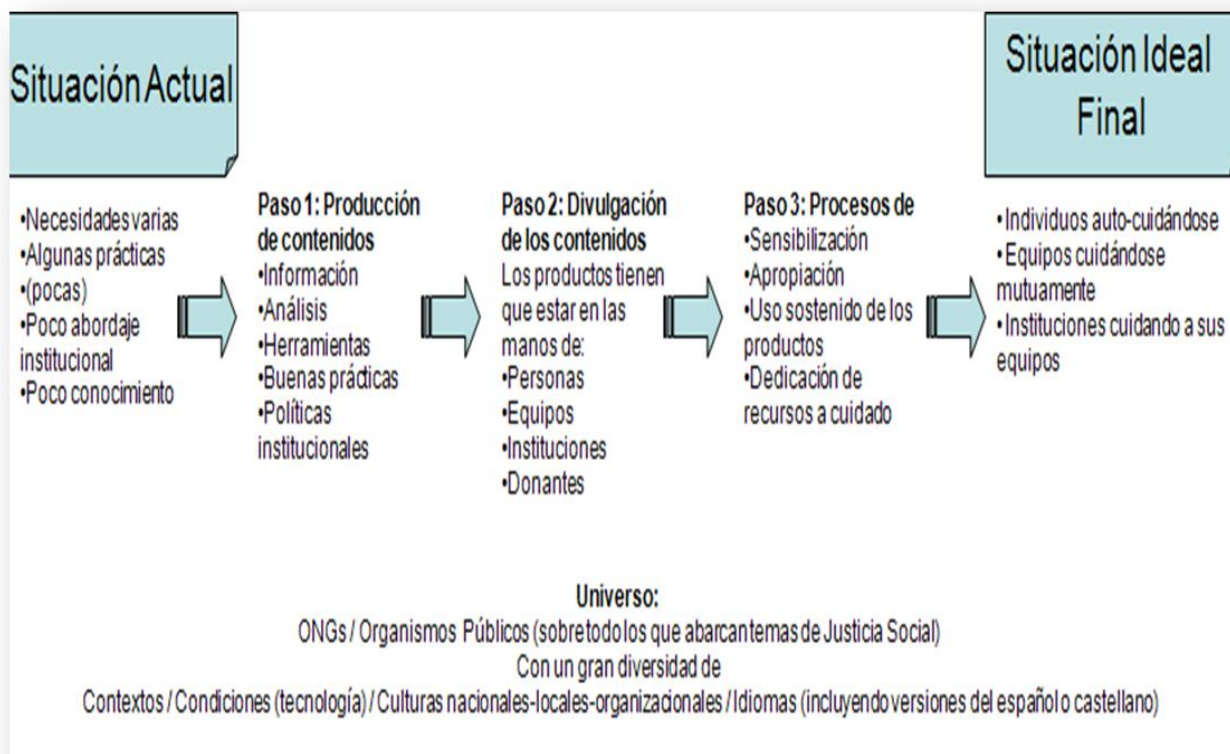
El programa lograra cambios en tres niveles para que:

- ✓ **Los individuos** se auto-cuiden. ¿Cómo las personas nos cuidamos?
- ✓ **Los equipos** se cuiden mutuamente. ¿Cómo nos cuidamos mutuamente entre pares, familia y amistades?
- ✓ **Las instituciones** cuiden de sus equipos y trabajadores. ¿Cómo las instituciones cuidan



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

PROCESO DE CAMBIO QUE GENERARA EL PROGRAMA.



PRODUCTOS Y HERRAMIENTAS DE LA PRIMERA FASE.

- ✓ **Identificación de Prácticas de Auto cuidado y Prácticas de Riesgo en los profesionales que promueven la Justicia Social.¹⁴ profesionales participantes.**

País	Cantidad	Mujeres	Hombres	Trabajo que realiza
Guatemala	1	1		Psicóloga centro de protección.
Honduras	2	2		Psicóloga y trabajadora social con niños de VIH/SIDA.
México	1	1		Psicóloga



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Puerto rico	1	1		Socióloga coordina red de albergues.
Costa rica	2	2		Psicóloga y fiscal ministerio público.
Nicaragua	6	4	2	3 psicólogas, 1 educadora, 1 medico, 1 fiscal del ministerio publico.
Brasil	1	1		Trabajadora social

RESULTADOS DE LA INVESTIGACIÓN A NIVEL INDIVIDUAL.

Categorías	Si	NO	Algunas veces
Cuido de la Salud (Físico)	28%	57.1%	14.3% Solo en situaciones de emergencia, auto medican
Cuido Emocional:	21.4%	71.4%	7.1% Necesitan de un referente de confianza para expresar sus sentimientos.
VIDA FAMILIAR:	57.1 % Comparten con la familias las emociones negativas y problemas del trabajo. 14,3% recibe apoyo de la familia.	14.3% se siente sola o solo.	14.3% Algunas veces.
Categorías	Si	NO	Algunas veces
VIDA SOCIAL: el	14.3% casi siempre comparte con otros.	50% ha abandonado la vida social	35.7% solo en ocasiones especiales se reúne con sus amistades
VIDA ESPIRITUAL:	42.9% como meditación y encuentro con un ser superior	El 50% lo ve como una actividad religiosa.	7.1% no le hace falta
Laboral:	Vacaciones el 50% se toma las vacaciones en tiempo.	71. 4% trabaja más de 8 horas	



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Autorealización: <i>Han desarrollado actividades como la música, escribir libros y continuar con sus estudios.</i>	<i>64.3% en alguna época de su vida a realizado planes de vida el 14.3% se sienten realizado</i>	21.4% Nunca.	
Equilibrio:	<i>64.3% de forma inconstante realiza actividades.</i>	28.6% casi nunca participa en espacio de desarrollo personal y laboral	7.1% nunca.

Factores de riesgo	Factores protectores
salud física y emocional	Contar espacios para expresar los sentimientos relacionados con el trabajo, que te genera, como me siento, que alternativas hay de solución.
Vivencias familiares dejándolas en segundo plano, compartiendo estrés y sentimientos del trabajo.	Reconocer problemáticas sociales, responsabilidad compartida instituciones garantes gobierno, sociedad civil, trabajar de forma coordinada y organizada. Reconocer que hay una red de apoyo.
La vida espiritual	Contar con un plan personal de vida, actividades sociales, espirituales, desarrollo capacidades, familiar y recreación. Responsable y constante.
Un plan de vida, equilibrio personal, familiar, social y desarrollo capacidades.	Tener espacios de reflexión individual y grupal dentro de la institución. Una persona de protección.
Vida social practicar actividades extra laborales de interés, música, escritura, danza, etc.	Contar con una Política de protección dirigida a medidas que resguarden a los niños niñas, adolescentes, mujeres durante las actividades y al personal. Promover la convivencia, solidaridad, tolerancia y negociación.
No aceptar que el auto cuidado es una responsabilidad compartida entre personas, colectiva e institución.	Mantener la autodecisión, la autogestión y el deseo de aprender. Practicar el buen humor y realizar acciones creativas de las experiencias de violencia.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

REFLEXIÓN

El auto cuidado es un conjunto de recursos personales y colectivos e institucionales, que están orientados a procurar al desarrollo de estrategias que le lleven a la persona a generar tiempo, energía, espacio y voluntades para cuidarse a si mismo.

Me siento bien para cuidar a otro?

para el desarrollo personal, bienestar es un deber y una responsabilidad personal e institucional.

CONCLUSIONES.

- ✓ *El tema cuidado a cuidadores es una nueva mirada y hay que trascenderla. Es una responsabilidad compartida.*
- ✓ Cuidado a los cuidadores pasa por la observancia de las leyes laborales aplicables.
- ✓ *El cuidado* de los equipos es un deber ético de las organizaciones de sociedad civil dedicadas a la defensa y promoción de derechos.
- ✓ Estrategias de promoción y reconocimiento hoy es más desarrollado en la empresa privada, como una política de evaluación en el desempeño.
- ✓ Integrar el auto cuidado como una política, para el fortalecimiento institucional, con la asignación de recursos económicos sostenibles.

3. Valéria Aroeira Garcia- São Paulo, EDUCAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR (apresentação em slides).

Vou falar tentando fazer uma referência entre a prática do educador social da educação social e o saber acadêmico, saber universitário ou produzido também na universidade que essa é umas das discussões que faz parte nesse momento de regulamentação e organização da profissão. Pretendo não ser muito acadêmica, mas é um risco que a gente corre porque a escola formal nos forma e nos deforma e a universidade também, quando a gente vê, está falando aquele academicismo aquela linguagem toda que às vezes fica muito chato e parecida para todo mundo independente de quem está falando. A gente parte do pressuposto que educação é muito mais ampla do que escola, embora



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

no Brasil quando fala em educação sempre pensa em educação familiar ou escolar, e isso também acontece na prática da educação social e muitas vezes no como se estuda e como se olha para a educação social, parece que o modelo do professor está incorporado na gente e toda vez que se fala que vai ensinar ou vai trabalhar no campo da educação a gente carrega todos aqueles professores nos quais nos deparamos ao longo de nossa carreira, carreira que eu digo de escola porque a gente tem uma vivência do professor desde a primeira vez que fomos alunos, já sabemos o que é ser professor. As pessoas brincam de escolinha, tem uma representação social de professor e é muito difícil descolar essa personagem da gente é uma cosia incorporada faz parte do nosso corpo, falou em ser professor já se assumi uma postura de ficar na frente de ensinar de conduzir, então isso é muito difícil este descolamento é um exercício difícil. Estou falando aqui de um pouco das minhas pesquisas dos meus estudos do que venho fazendo e também do ponto de vista da AESP- Associação de Educadores/as Sociais do Estado de São Paulo da qual eu faço parte, e a gente defende uma educação social como política pública. Mas o público dos serviços públicos da política pública o público é o mesmo é uma coisa que venho dizendo sempre, porque quando a gente se transforma em serviço muitas vezes a gente esquece, a educação formal tem um jeito de lidar com o público, público é aluno, ou é pai ou é mãe de aluno, brinco que quando o pessoal chega na escola as mulheres não tem nome, não tem identidade são todas mães, falam assim *oh mãe vem cá entra*, a identidade passa a ser outra, vai para a saúde é usuário, às vezes vira paciente, mas é a mesma família na qual a gente trabalha, então as políticas públicas, quando a gente num serviço como política pública, eu acho que o Brasil precisa avançar e ter serviços de uma maneira integrada. Lógico que tem especificidades, não é todo mundo fazendo a mesma coisa, mas precisamos pensar nessa integração, porque a gente esta trabalhando e atuando muito segmentadamente e dando identidades diferentes para essas pessoas que são as mesmas, e olhando para elas de uma maneira segmentada, facetada, e a educação social ela é por sua



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

prática, por sua existência ela transita por vários serviços das políticas públicas e isto é o que a educação social tem de mais bonito, mais interessante e que no momento de discussão da profissionalização a gente não pode perder, porque a gente corre o risco de perde. Pensando em educação integral e políticas sociais integrais e falando de educação integral outra crítica que faço a educação formal, no campo da pedagogia mesmo, é que mesmo intenções extremamente interessantes que a gente já teve ao longo da história, a escola plural que ainda tem em Brasília e em alguns Estados, os CIEPS, CIAPS, CEUS são agora mais recentes, são propostas extremamente interessantes particularizada, porque a gente nunca conseguiu fazer uma proposta dessa a nível nacional, mas são propostas que pensam na educação em tempo integral dentro de um único espaço, e a educação integral ela é mais do que o tempo, ela transcende a temporalização, educação integral não é a mesma coisa de tempo integral, e a gente pensa que a educação integral na que pensa na integralização do ser humano, como cidadão, consciente batalhador que vive conflitos e participar de conflitos que produz e se produz a cada instante em cada relação que ele estabelece, essa educação integral ela é maior que o tempo e ela deveria se dar e aí entra a educação social como uma prática muito importante, ela deveria se dar em vários espaços, não só no espaço da educação formal, é o que muitas vezes acontece, ou no espaço da escola. Mesmo que a agente construísse mega coisas com tantas coisas lá dentro, existe uma lógica de funcionamento, uma lógica de se relacionar de se estabelecer relações que faz parte daquele espaço e quando eu me relaciono em espaços diferentes com lógicas diferentes eu aprendo coisas diferentes, e aí a gente no Brasil tem pouca prática em experimentar esses outros espaços, por exemplo, praças públicas, clubes públicos, bibliotecas públicas, museus, a gente usa esses serviços ou quando usa meramente como consumidor ou expectador não vivência, não produz naquele serviço, não se relaciona, e estes também são espaços da educação social, deveria ser e em outros países acontecem isso, espaços de educação e de relação. E também acho que é



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

uma batalha que a gente deva ter sair das relações hierárquicas entre os serviços, porque esse discurso ele é muito comum a educação formal, a escola acha que transmissão do conhecimento acumulado é importante, e fica naquele discurso, e é mesmo, a escola formal que a gente tem no Brasil é um espaço extremamente importante em termos de acesso e de equipamento público, a gente teve no Brasil uma democratização, a escola pública brasileira em qualquer cantinho do país que a gente vai tem, as vezes o único equipamento que tem é uma escola pública, é um espaço extremamente importante, agora é um espaço que tem uma lógica, que trabalha com o conhecimento de uma determinada forma, mas também não é o único, mas também não é melhor e nem pior é esse tipo de hierarquização que acredito que a gente deva vencer, e quando vamos para os movimentos sociais, para educação social muitas vezes a gente houve o discurso *a criança que não dá conta na escola a gente da conta aqui , o adolescente aqui faz isso lá não faz*, a gente não ganha nada com isso, temos que trabalhar nos serviços de uma maneira integrada, e cada um com sua lógica, e as crianças, adolescentes, jovens, adultos aprendendo nessas relações que são diferentes, porque num lugar tem diretor de escola , no outro tem educador social, no outro tem agente cultura, tem gentes diferentes que se relacionam de maneiras diferentes com a gente e com as crianças e são nessas lógicas de relações diferentes que a gente aprende diferente coisas e diferentes jeitos de nos relacionarmos, diferentes relações de poder, avançar no discurso neste sentido é uma das questões que precisamos pautar quando vamos discutir a profissionalização do educador social, ou seja, pensar na atuação deste educador em parceria, em rede, que a gente já ouvi falar tanto tempo, mas temos dificuldade de fazer. Essas relações com saberes na universidade com a pesquisa, com a produção do conhecimento em vários âmbitos, a universidade a serviço das necessidades é outro discurso que queria colocar aqui para conversamos com mais tranquilidade no debate, porque muitas vezes vemos o discurso também à universidade não sabe o que acontece na prática, quem esta na prática que



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

está fazendo, a universidade só tem o discurso teórico, é outra dicotomia que precisamos ultrapassar transcender, a universidade ela pode estar e deve estar a serviço das necessidades da prática, a serviço dos movimentos sociais, a serviço do que a sociedade está pedindo, esta chamando e solicitando, e enquanto a gente fica batendo a gente não integra, não consegue dialogar, a universidade pode e dever estar a serviço e muitas situações ela está, eu acompanho algumas situações dessas, por exemplo, fazendo um parêntese quando a gente olha para a produção do conhecimento da educação social na europa o termo surgiu lá e já tem uma longa história de educação social, o que muitos teóricos estão apontando, estão estudando? De que o conhecimento universitário, teórico se descolou da prática e que na universidade de fato não sabe o que os educadores sociais estão fazendo e quais são as suas necessidades e por sua vez muitos desses educadores também não dialogam apesar de terem passado pela universidade não dialogam mais com a universidade e nós que estamos construindo esse campo agora, neste momento social e histórico, não podemos esquecer que tem uma história já traçada, tudo bem em outros países, é diferente da nossa, mas tem um caminho já percorrido e temos que olhar para correr os mesmos equívocos, para depois ter que ficar concertando remendando então acho que essa relação também é importante. A profissionalização do educador social ela deve nascer já numa parceria, não numa hierarquização, não que do que é melhor ou pior, de que a prática está aqui e o conhecimento lá, a produção de conhecimento também se faz na prática, a sistematização do conhecimento e muitas situações se dão no âmbito da universidade, mas a sistematização do conhecimento também pode se dar nas associações, nos centros de formação, em vários lugares a produção do conhecimento ela se dá no cotidiano.

Então que é uma crítica um parêntese que fiz dos outros países, a *Pedagogia social como intervenção educativa e social, não só como ciência e disciplina – a prática direciona, dimensiona e determina o campo da P.S – ciência com vocação que parte da prática*. E isso é o que não podemos perder quando se



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

vai discutir profissionalização e se agente perder esse ponto de referência para mim qualquer discussão de profissionalização esta perdida.

Temos algumas perguntas que se deve fazer quando vamos pensar na profissionalização

- Que tipo de educação é essa que não é escolar?
- Qual o conceito de educação social?
- O que é educação social?
- A educação social tem sempre uma intenção transformadora?
- Qual a função da educação social?
- O que define a educação social
- O que caracteriza a educação social
- Qual a preocupação da educação social?
- A educação social é uma ação militante?
- Como surgiu a educação social
- Como esse tipo de educação era denominada antes?
- As ações da educação social são destinadas às classes populares?
- A educação social pode ter aspectos parecidos com a educação formal?
- A educação social é complementar a educação formal?
- As ações da educação social são menos importantes do que as ações da educação formal?
- A educação social é inovadora?
- A educação social possui uma lógica diferente?
- Quem pode atuar na educação social?
- Com quais profissionais podemos contar?
- Qual o papel de um pedagogo, assistente social, psicólogo, artista etc, em um projeto educacional que atua através da educação social?
- Todos que trabalham com educação, mesmo a não-escolar, é educador?
- Todo educador é professor?

Uma defesa que faço o conceito educação social ele não foi descoberto ele



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

não existia num lugar escondido e algum teórico e algum pesquisador foi lá e descobriu, ele é um conceito que nós estamos criando e o conceito de educação social no Brasil que é específico do Brasil é um conceito que todos que são educadores sociais, os que aqui estão os que não estão os que concordam os que discordam, os que atuam os que não atuam todos nós e todas essas pessoas estão ajudando a construir esse conceito. É um conceito que tem movimento, que tem história que tem um tempo histórico para ser criado, ele não é descoberto ele é criado. Essa concepção de conceito como criação não é minha, obviamente é Gilles Deleuze, filósofo francês, mas que eu compartilho, o conceito tem uma historicidade, porque muitas vezes por conta da nossa formação positivista a gente acha que a coisa está lá em alguém descobre *nossa a pessoa inventou a roda*, não todo mundo é participante, todo mundo que está fazendo educação social tem por trás uma concepção pode ser consciente ou inconsciente, mas tem uma concepção teórica do que está fazendo, pode não estar sistematizada, que é a criação e a produção de um conceito. Então é isso a educação social como um campo autônomo, mas que no caso da educação social e acho que é uma das coisas mais bonitas que tem e não podemos perder é essa multidiplidaridade de ciência e de saberes e de práticas da onde vem à educação social para se criar uma coisa nova, mas vem de outros lugares. A educação social ela conversa com a educação formal, com a assistência social, com o movimento social, com os movimentos religiosos e com práticas assistencialistas, conversa aprende, tem conflito, briga, disputa e aí se produz esse campo com sua autonomia, mas muitas vezes com bases e referências em outros campos de saberes e de práticas a gente não pode perder isso de vista, porque já viemos de uma formação que é de outro lugar, agora essa formação ela vai se transformando e agente se transformando junto com ela, nesse encontro com tanto de gente que vem de outros lugares tão diferentes, e isso é específico do campo da educação não formal e da educação social que está nesse campo, é específico essa



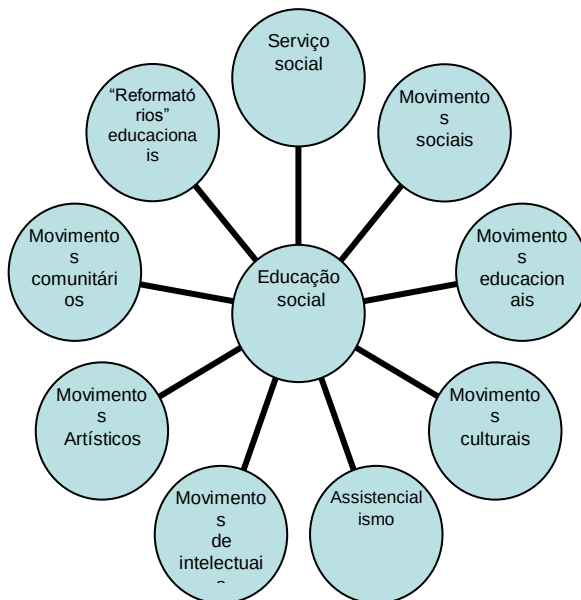
VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

multiplicidade que faz desse campo tão diverso e com tantas possibilidades diferente de tantas coisas novas acontecerem e isso uma profissionalização não pode perder essa multiplicidade, diversidade essa potência criadora, porque quando temos um tanto de coisa misturada à gente tem muito mais potência de criar coisas novas de quando a gente tem uma prática de vai se reproduzindo e aqui não estou nem dizendo que a prática que vai se reproduzindo é só ruim, porque a gente também reproduz coisas boas, e não estou nem dizendo que tudo que é novo, é maravilhoso e vai dar certo, mas existe uma potência de criação e de aparecer logicas diferentes de se relacionar, não é porque um lugar é melhor ou pior do que o outro é do jeito que me relaciono num lugar é o lugar, do jeito que me relaciono num outro lugar é outro eu aprendo a ser pessoa diferente se vou sempre ao mesmo lugar na mesma lógica de relacionamento com a mesma logica de comportamento eu nunca saio desse quadrado é aquela história cada um no seu quadrado eu nunca mudo de quadrado, uma criança que só vai à escola ela sempre vai se relacionar com a sala da diretora como aquela sala de respeito que ela não vai entrando, se ela vai num outro lugar que o coordenador não tem uma sala ou é uma sala aberta é outro tipo de lógica de relacionamento que ela vai ter, de novo nem melhor e nem pior, mas diferente e essa diferença que nos alimenta como seres humanos e que nos faz crescer.

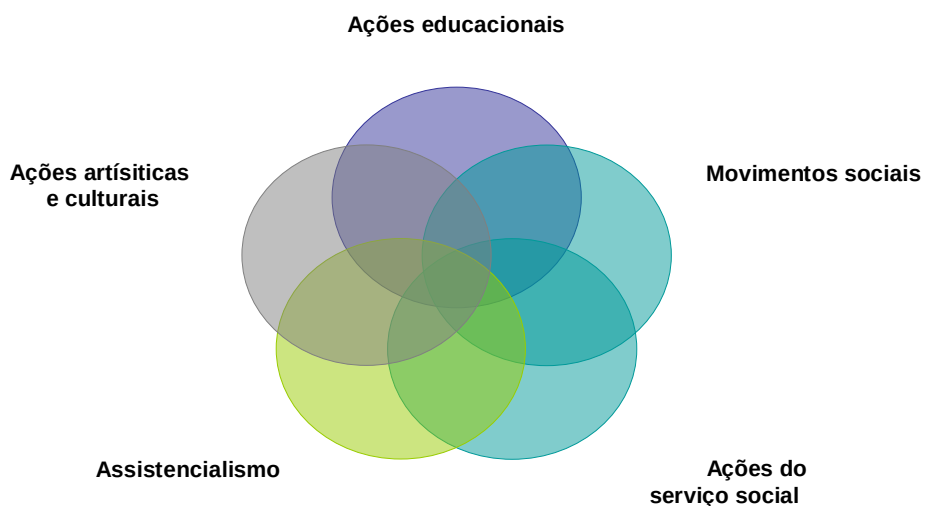
Visualizar no diagrama abaixo duas coisas que falei a educação social, é essa multidiciplidade. Ela vem de diferentes ações e agente poderia colocar outras, aqui tem os reformatórios educacionais na década de 50/60, os movimentos sociais, os movimentos culturais, o assistencialismo, movimento de intelectuais, movimentos artístico, comunitários tudo isso muitos dos profissionais que passaram por estas ações atuam na educação social.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES



Mas se olharmos o contorno da educação social, ele não é tão nítido é difuso é torto, porque é isso estamos construindo, não precisa ser diferente disso.





VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Chamo a atenção, mas não podemos esquecer que também têm que dialogar com conceito de senso comum das ações de muitas instituições, ONGs, ações de movimentos sociais e da educação social e de um conceito que também está sendo construído pela mídia de que tipo de trabalho é esse que vem sendo feito e um conceito muito pautado na visão empobrecida totalmente assistencialista do trabalho que essas instituições e ONGs fazem, peguei alguns recortes de jornal e o discurso posto na mídia quase sempre *a cultura esta ajudando os jovens a mudar de vida e melhor do que tudo eles começaram a sonhar*, isso tem uma base conceitual, tem uma concepção do que a instituição que trabalha através da cultura o que este jovem está fazendo, o pobre coitado nunca sonhou e ele começou a sonhar depois que entrou na instituição e ele tem que mudar de vida é isso que os meios de comunicação passam para a maioria da sociedade que os acessam e o *outro que através da arte o jovem ter paixão pela vida*, mesma coisa como se este jovem não tivesse paixão pela vida antes que entrar naquele projeto, comentar o ultimo que é terrível isso foi do caderno do voluntariado da folha que está lá *empresas e ONGs desenvolve métodos para profissionalizar carentes*, então os carentes precisam de métodos especiais para se profissionalizarem e precisam que empresas e ONGs desenvolvam estes métodos eles se eles forem para as escolas de profissionalização que já existem eles não teriam condições de se profissionalizar essa é a mensagem que estão passando nisso tudo tem também uma concepção de educação social que a mídia esta construindo e mudar esse tipo de discurso muitas vezes quando o projeto vai ser referenciado pelo meio de comunicação de massa.

NEY MORAIS

Para a AEJI- Associação Internacional dos Educadores/as Sociais é muito importante termos uma atuação uma presença uma parceria com os educadores da América Latina, no momento em que o antigo primeiro mundo os novos nomes que a gente queira usar para eles, Europa, Estados Unidos, os



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

países hiperdesenvolvidos e hiper acumuladores vivem uma crise, estão reestruturando seu capitalismo. Os educadores sociais desses países têm muito a aprender com as práticas e as reflexões que os países que estão construindo outros tipos de relações sociais e outros tipos de exploração do capital, também aqui a gente vive numa sociedade capitalista com todas as contradições, enfim, nós temos muito a ensinar para eles como latino americanos em termos de reconstruir e repensar a educação social em sociedades que estão passando por um momento de crise é importante enfatizar isso. A Associação internacional já existe há 60 anos e essa associação tem um recorte predominantemente europeu, a maior parte das associações que compõe a nossa associação tem recorte predominante europeu e nos últimos dez doze anos a América Latina vem se inserindo dentro da associação trazendo novas reflexões, novas concepções e isso enriquecem, o pensamento da própria associação internacional e isso traz para nós um desafio que é conhecer esses outros modos de fazer educação social que não o que já estão bastante formatados dentro do tal primeiro mundo. É um momento estratégico para os educadores sociais da Europa, estar ouvindo as contribuições da América Latina e um momento que temos um projeto de lei que discute a criação da profissão de educador social no Brasil é um momento estratégico para nós educadores sociais do Brasil, buscarmos um debate com o Congresso Nacional , buscarmos um debate entre nós para que esse projeto de lei tenha maior representatividade possível, porque a gente sabe que depois que o Projeto de Lei tiver se transformado em lei a possibilidade que nós teremos de ampliar o leque do que está lá colocado é muito mais difícil, ou seja, estamos num momento estratégico que temos aqui a presença do autor aberto para o debate com a gente e devemos aproveitar essa oportunidade e esse é o grande valor de uma oportunidade como essa de um momento como esse. A Associação Internacional de Educadores/as Sociais primeiro manifesta que no seu próprio estatuto, no seu termo de instituição diz que um dos pressupostos é que o fazer do educador social pressupõe uma combinação de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

prática e reflexão teórica, não basta ser prático precisamos passar por um processo de formação. Agora o que a associação vem discutindo é que esse processo formativo não necessariamente é um processo acadêmico, precisa necessariamente ser um processo crítico reflexivo que proporcione e propicie a qualificação profissional técnica do fazer de quem assume a tarefa de ser educador social, mas não precisa ser necessariamente um processo acadêmico, por conta das limitações que a própria academia tem por conta das outras necessidades dos educadores que estariam além do campo de tarefa concreta e objetiva que a academia assume pra si. É importante ter como meta um processo da nossa qualificação profissional e tenha como meta a construção e a consolidação de estratégias de qualificação profissional de o nosso fazer, que sejam processos críticos, reflexivos, que vão para além da simples reprodução de metodologias que acumulamos ao longo do tempo, temos que nos adequar a realidade contemporânea a atualidade de cada momento e de cada intervenção que estamos atuando. A Associação Internacional tem um conjunto de documentos que já publicou, já produziu e vem produzindo discutindo das competências do educador social das atribuições isto tudo está à disposição para o debate e pode contribuir na hora que formos para o grupo de trabalho para ajudar na reflexão de qual é o educador social latino americano que a gente desenha, qual é o caráter transformador da educação social que a gente pretende que tenha na nossa realidade que a gente critica e deve ser enfrentado, pensando que pode ser que nem seja sempre seja transformador o que faz o educador social, mas a perspectiva de transformação social deve ser um pressuposto. Duas coisas a falar, primeiro quando temos a preocupação com a criação de uma profissão precisamos cuidar para que essa criação não nos coloque dentro de uma postura corporativa ou sindical exclusivamente de ficar preocupado em discutir salário e condição de trabalho, estamos falando de um fazer e de um campo de atuação onde temos muito mais gente, muito mais atores, muito mais tarefas a fazer e compromissos com a transformação social do que o campo restrito das



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

relações de trabalho, um desafio que eu não sei se é possível para o legislador ao pensar em uma profissão é pensar esse campo mais amplo, se isso cabe ou não dentro de um projeto de lei que cria uma profissão, porque essa contradição é eu imagino para o legislador seja difícil de lidar com ela que é ao mesmo tempo contemplar o trabalhador e as relações de trabalho que para a maior parte de nós é o que nos dá condição de existência na nossa sociedade e de outro lado pensar aquele conjunto de companheiros que estão lado a lado na trincheira da transformação social e para quem as relações de trabalho não são determinantes no fazer do educador social, estou falando dos militantes dos movimentos que precisamos enxergá-los como educadores sociais, mas precisamos lidar com essa duplicidade um campo de condições de trabalho que é uma preocupação legítima de quem se coloca no mercado de trabalho na posição de educador social e de outro lado o militante o voluntário o agente de transformação social que na prática é um educador social, precisamos contemplar esses dois na hora que discutimos regulamentação ou criação da profissão e valorização desse ator social que precisamos garantir e a última coisa a falar valorizando uma das falas da Cida e da Eulange nós precisamos ter respeito pela história, lembrar se nós estamos aqui hoje como educadores tem uma longa trajetória de militantes de vários movimentos de várias lutas que deram sangue para transformar a educação do Brasil no que ela é hoje, da América Latina no que ela é hoje e precisamos dar o devido crédito para esses atores e valorizar isso também se possível se for compatível com o processo de criação da profissão incorporar também esses outros atores que vem de uma trajetória que não passa pelo saber acadêmico, não passa pelas instâncias de formação que vamos pensar em constituir para o nosso processo de educação social, profissão do educador social vai constituindo, então é um desafio para todos nós nos grupos de trabalho amanhã e para os diversos atores do movimento é incluir, contemplar e respeitar e legitimar todos esses diversos atores de um país que é plural de um país onde cada região tem centenas de perfis diferenciados e o desafio que temos de ser solidário com



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

quem é nosso parceiro de trincheira.

REGISTRANDO

- ✓ MENÇÃO DE MARIA DO ROSARIO NUNES
- ✓ PRESENÇA MAURO RUBENS- DEPUTADO ESTADUAL GOIÁS

CLÉIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO

**Diretora de políticas de educação em direitos humanos e cidadania-
DPEDHUC, PROFESSORA TITULAR DA PUC**

Esse momento é extremamente importante por alguns motivos entre eles e não por ordem de importância é a minha presença hoje no ministério da educação apenas há três meses, eu assumi essa diretoria na SECADI- Secretaria de Alfabetização Inclusão e Direitos Humanos em setembro, então um momento extremamente importante quando se discute a institucionalização a construção de uma profissão, é extremamente importante que esse diálogo não se estabeleça apenas entre academia e os movimentos sociais, porque nós temos no Brasil hoje uma e isso vem se ampliando, nós temos políticas públicas extremamente importantes, mas nós temos um distanciamento daquilo que se propõe e aquilo que a gestão pública consegue realizar, acho que é fundamental esse momento de diálogo, lógico que já aconteceram outros momentos, mas acho que este é extremamente importante. A diretoria a qual eu represento nesse evento, ela trata dos direitos humanos, ela faz o acompanhamento do programa da bolsa escola e também trabalha com a educação ambiental, nessa diretoria temos o trabalho centrado na formação de professores e cursos que são abertos inclusive para as demandas sociais, tem a escola que protege, tem muitas instituições que trabalham com esse projeto, enfim é uma secretaria lida diretamente com essas políticas, mas com uma característica diferente, essa secretaria ela não trabalha apenas voltada a escola, nós temos uma aliança e uma parceria extremamente importante com outros ministérios,



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Ministérios do Desenvolvimento Social, Secretaria de Direitos Humanos, eu acho o trabalho na ministra Maria do Rosário excepcional que acaba de mandar uma mensagem, trabalhamos com vários ministérios, então ao mesmo tempo em que essa secretaria SECAD ela atua na institucionalização de diretrizes para educação básica ela atua também na relação entre aquilo que a escola pode fazer e aquilo que as políticas públicas nas diversas áreas encaminham e nesse espaço é fundamental a atuação desse profissional que vocês estão construindo, então é importante que ao se construir, porque uma profissão ela é realmente construída nos espaços sociais ela não cai, por isso temos uma dificuldade hoje, lidamos muito com as profissões tradicionais e não damos conta de criar nesse espaço tão complexo dinâmico, não damos conta de criar outras profissões. É importante ser médico, ser advogado e agente esquece que a medicina deve muito porque o conhecimento é de uma construção social, como estabelecer essa relação, então é extremamente importante esse diálogo junto ao ministério, junto essa secretaria e outras secretarias. Outro ponto que me deixa feliz não só com esse convite mais muito comprometida com este tema, porque trabalhamos por muitos anos na universidade UCG e hoje PUC de Goiás voltados para a construção de uma sociedade que pudesse reconhecer os sujeitos de direito presentes na sociedade e aí eu tenho aqui o meu colega Edison Lucas, Mônica e passou por aqui o Bené, Malu, Joselino Black, enfim, a Universidade Católica e hoje PUC Goiás se estabeleceu no Brasil central como uma instituição voltada para construção de outra sociedade, e eu pude inclusive participar da discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente que nasce muito forte aqui em Goiás, então isso é muito importante e quando se fala na construção dessa profissão é preciso não esquecer os olhar histórico como construir uma profissão que se inseri num país com as características desse país o Brasil, mas também num processo histórico de produção do conhecimento, não se faz uma profissão a partir da separação entre teoria e prática, porque as vezes os alunos da universidade falam assim *ah professora na prática a teoria é outra* ou falam



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

assim professora na universidade nós temos muita teoria e pouca prática, eu discordo das duas afirmações primeiro que a gente tem pouca teoria por isso a gente não cria a gente copia, e segundo que não é que na pratica a teoria é outra, é que na pratica nós ainda não mudamos essa pratica em relação a teoria que nós defendemos, então o que nós fazemos nós repetimos na pratica uma teoria antiga, e falamos que na pratica a teoria é outra, então é fundamental e quando eu falo da aliança com as instituições científicas acadêmicas eu não estou dizendo para que introduza no debate o academicismo, o academicismo não serve nem para a academia, este é uma visão deturbada da realidade que se faz de forma descolada da teoria e prática e isso hoje não serve para nenhuma profissão.

E num terceiro momento eu tive a oportunidade durante oito anos de ser conselheira nacional de educação momento em que se elaboraram vários pareceres orientadores não só da formação e eu fui relatora das diretrizes de pedagogia e também relatora de diretrizes de educação básica, em que hoje a gente vê a educação básica muito diferente do que se via há dez anos, então a gente fala assim, a formalidade da escola é preciso entender também que há um prenúncio de mudança da escola e o papel desse profissional ele é fundamental, porque ele ajuda na mediação entre, vou dar um exemplo, na nossa diretoria nós acompanhamos os 18 milhões de alunos que são filhos de pais que recebe a bolsa família, fazemos o acompanhamento da frequência o que estamos constatando, que quando você acompanha frequência a evasão desse aluno é menor, ele tem condição de ter uma aprovação maior do que outros, então o que estou dizendo com isso, nós temos uma politica social que é da Bolsa Família , nós temos escola que cumprem o direito constitucional que é educação é um direito de todas e todos e nós precisamos de uma mediação, quero dizer como nós fazemos para acompanhar essas crianças e esses jovens nos vários aspectos da formação do sujeito, a Valéria levanta a questão da educação integral e da escola de tempo integral elas duas coisas, mas são complementares porque é difícil fazer uma educação integral numa escola com



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

quatro horas ou como é a de São Paulo que tem o turno da fome tem três horas de aula e tem menino que entra as 11 horas e sai as 14 horas. Como trabalhar na inter-relação entre essas profissões? Como estabelecemos a presença de um profissional e eu não sei se ele vai ficar na escola ou se vai ficar na assistência, eu não quero discutir isso, sei que o tema aqui está tratando da regulação, da profissionalização, mas não sei onde ele vai ficar, porque onde eu vou ficar decorre da concepção que eu tenho com o trabalho que eu vou realizar, não podemos definir a priori qual o nosso lugar, nós vamos construir o nosso espaço na medida em que tivermos clareza de qual é a nossa identidade, e para isso essa epigrafe combina bem, só a critica profunda radical é transformadora da realidade, só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento não acredito que a gente não tenha enquanto profissional não tenha um momento de estudo, nós temos que estudar, quando eu falo estudar eu não estou falando de pegar um livro didático. Porque a complexidade hoje é cada vez tão grande, que eu preciso, eu tenho uma série, o Brasil é um dos países que tem o maior banco de dados estatísticos ele dá baile até nos Estados Unidos, porque todo mundo gosta de tê-lo como referência, o que fazemos desses dados? Sai o dado da PINATE, quando eu vou discutir no meu Estado, no meu setor, na minha região como que eu lido com dados estatísticos se tinha tantos e passaram a serem tantos e a previsão é que chegue a tantos, quero dizer que essa construção que chamo de estudo á a partir dos dados que eu tenho da realidade também estabelecer formas de diferentes de realizar atividades, por quê? Porque nós temos consciência de que à existência de um direito, quero dizer todo direito decorre dos movimentos sociais, ele não cai do céu, ele brota da terra, porque na medida em que vai se conscientizando das suas necessidades, tantos que nós temos direitos de primeira geração, segunda e os direitos que são especiais, agora sim, educação ambiental e outras áreas que vão sendo construídas em função daquilo que a sociedade vai incorporando enquanto direito e necessidade. Se o direito ele nasce desse movimento social ele precisa de um



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

sistema normativo, tudo bem a gente sabe disso, o sistema normativo até se efetiva, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente ele decorre do movimento dos educadores, ele sai como uma lei, ele tem quanto anos? Ele tem 22 anos, de lá para cá o que nós já conseguimos operacionalizar dessa legislação? Então todo sistema normativo ele vai gerar o que chamamos no direito à figura do direito como correlato da figura da obrigação. Eu tenho direito e aquele que trabalha na composição do direito ele tem o dever da obrigação, de levar a cabo aquilo que foi aprovado enquanto lei. Chamo atenção para esses aspectos, porque é nesse espaço que se constrói a identidade desse educador, uns vão acreditar que esse educador nasce dentro da psicologia, e outros que ele é da assistência social, porque ele está dentro da pedagogia escolar, enfim, acho que não está nem num lugar e nem outro enquanto profissão ele se constrói com esses conhecimentos, mas ele não pode ser nem subordinado a psicologia e nem a sociologia e nem a assistência social é preciso entender qual é o conjunto de conhecimentos que dão sustentação a essa atuação profissional, e a gente não pode achar que ela sendo uma atuação profissional que ela não vai corresponder realidade social, porque a gente acha que sempre que normatiza alguma coisa ela perde o seu encanto social, e nós não podemos pensar nisso, porque estamos ficando distantes entre aquilo que é produzido no sistema normativo e aquilo que é gerado enquanto obrigação, então esse espaço ele é fundamental. De vez em quando eu sonho com aquilo que faço, e não é hoje porque estou na secretaria de Direitos Humanos, eu estou sonhando porque eu sempre sonhei com uma sociedade diferente, então quem sabe se a gente consegue com que se concretize o direito, o sistema de normas nos leve a um processo de cumprimento da obrigação e aí estar atentos nos diversos conselhos que participamos, pois não é só porque tem conselho que é democrático às vezes o conselho ele impõe um autoritarismo maior que não existisse o conselho, temos que entender que ele por si só pode servir a um sistema e pode servir a outro. Pensar essa construção e logicamente estamos vivendo, a gente fala



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

muito sobre o contexto social, político e econômico, mas a gente não trás esses fenômenos esses fatos para ver como que muda o perfil que quem chega na escola, como influência o contexto sócio econômico e político, falamos muito que vivemos uma globalização, o que isto implica na relação entre as pessoas? O que implica a globalização para um pai de aluno que tem escolarização de um ano? Isto que estou chamando do estudo acadêmico quando eu falo da dificuldade de inserção no mundo do trabalho e não falo mercado, pois o mundo tem uma exigência maior que o mercado, pois no mercado eu entro e fico eternamente no mesmo cargo, quando falo mundo do trabalho estou chamando a atenção que hoje você transita em várias profissões ao longo de sua vida. Quando eu penso na superação do não cumprimento do direito eu tenho que ver como a escolarização ela situa, porque se na Europa, eu trouxe essa discussão para o meu departamento de educação na PUC na década de 90, fui a universidade de Barcelona e lá tinha a formação do educador social, e o departamento não quis assumir essa formação porque achava que devia ser dentro da pedagogia, e não era algo que ia dividir a pedagogia escola e a social, era uma formação diferente, se a pedagogia escolar tem na estrutura os fundamentos, o conhecimento desse contexto isso se dá também fortemente no sentido da aprendizagem como direito social se eu pego o educador social ou o nome que for mais conveniente ele não é uma parte da pedagogia, porque estruturalmente ele não vai lidar com metodologias de aprendizagem, vai lidar como a metodologia de aprendizagem ela pode sofrer as influências e o benefício daquilo que caracteriza esse sujeito que chega na escola, é diferente, um domina o método e outro influência na organização do método, então não é a mesma coisa, não se confunde e não tem a mesma estrutura pelo que eu fiz das diretrizes da educação da pedagogia e pelo tempo que estive no departamento de educação como professora do curso de pedagogia. Pensar políticas públicas e que relação tem com o profissional, ou como o profissional se inserir nesse projeto, também não dá para pensar só nas experiências do país como também não dá para cumprir a cópia de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

modelos de outros países, vejo que entender esse contexto nacional e o contexto transnacional é extremamente importante, mas não é isso que vai dar unicamente a direção, porque mesmo na escola temos conversado muito sobre essa escola que não foi a da minha época, mas deve ter sido da escola de vocês, que era a siga o modelo, tinha uma expressão aritmética ela estava resolvida e embaixo estava escrito agora resolva a expressão abaixo e siga o modelo, o siga o modelo ele pressupõe uma educação e não falo da escolar, falo da educação cidadã, e ninguém forma para cidadania se não for num processo cidadão, então falar que *a escola forma para a cidadania* é preciso ver se está escola se organiza também dentro dos princípios da cidadania. Então essa estrutura de inserção eu não discuto só esse profissional em Goiás, em São Paulo, no Brasil eu acho que as associações já fizeram uma interpretação análise da legislação que eu acho interessante, quero dizer quando você encaminha um projeto de lei é preciso que ele esteja mais comprometido com aquilo que se constrói do que aquilo que se tem. O deputado Chico Lopes precisa de uma boa consultoria, para fazer esse trabalho maravilhoso, mas que a gente precisa fazer junto, porque a gente sonha, mas quem é que faz a lei? Não dá para descolar estudo do processo acadêmico, não leiam universidade e vejo que a escola pública ela não produz aquilo que ela deveria produzir, porque ela acha quem pesquisa é a universidade, temos coisas a pesquisar na escola que não precisa da universidade, pensar a academia não é pensar na universidade, o acadêmico é aquele que pressupõe um compromisso com uma análise crítica científica dessa realidade. Hoje a base das diretrizes da educação básica é centrada na educação como direito que é um princípio da profissão que vocês estão discutindo, educação como direito ela se dá em vários espaços, um deles é o espaço escolar, e acredito que o espaço escolar deu uma grande contribuição na concretização dos outros direitos sociais que devem se pensados em conjunto, porque o artigo 6º da Constituição Federal. Hoje o grande princípio da educação básica é a construção social da qualidade da educação, estamos



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pensando numa educação que não se inseri na definição cognitiva, se aprendeu a ler, se aprendeu as quatro operações é muito mais do que isso, então ela se dá do ponto de vista do sistema nacional, pela universalização da educação básica *todo mundo precisa estar na escola*, não é mais em qualquer escola, essa escola que ele precisa ir é uma que o reconheça nas suas identidades ou na sua identidade e que promova uma permanência que não o faça sair da escola expulso, evadido ou que se evada do processo educativo, e uma conclusão dentro dos critérios do desenvolvimento social desenvolvimento cognitivo e democratização do acesso a nível superior. É preciso situar o campo do trabalho do educador social escolar e não escolar na organização da pedagogia social no Brasil e depois é importante conhecer os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação – licenciatura em pedagogia, porque elas dão um tipo de formação que se optar pela profissionalização em outros níveis de pós-graduação, especialização é preciso que se tenha formação na graduação que dê sustentação a construção dessa profissão. Fiz um levantamento do curso que é do catálogo do MEC o Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional Social TÉCNICO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA de 800 horas é um curso profissionalizante, mas quando você estuda a área de atuação desse profissional ele não corresponde ao que eu li nas justificativas que vocês apresentaram se for pensar em termos de profissionalização se for começar pelo técnico o Ministério da Educação tem esse catálogo de ensino profissionalizante que poderia ser sugerido dentro desse eixo um tipo de experiência de formação. Quando a gente lê o que ele faz não conhece com o que vocês pretendem, porque ele esta mais na parte da gestão, vocês não querem só o gestor, vocês pensam em alguém que ajude a construir políticas públicas para a área social e educacional. É preciso pensar cientificamente, criativamente a formação acadêmica no exercício profissional e a carreira e se é para pensar criticamente, a gente não pode pensar uma coisa nova dentro da gavetinha antiga a gente faz uma mudança estrutural e põe dentro de uma escola que depois vai por todo mundo dentro da mesma



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

formação que se tem até hoje. E termino dizendo que *“Ousadia... é a capacidade humana de tirar algo de um futuro idealizado, para exibi-lo como possibilidade do presente. Quando abrimos mão de nossa ousadia, abdicamos de nossa condição ética, mais propriamente de nossa condição humana e política de construtores do mundo e da história. No entanto só ousa quem pode viver a liberdade individual de ser quem é porque a autonomia é o verdadeiro coração da ousadia”*.
(Dulce Mara Critelli)

PLENÁRIA – BLOCO DE 05 PERGUNTAS

LUIZA- MMMR/GOIÂNIA, professora da Universidade Estadual e da Secretaria Municipal de educação e atua no campo de pesquisa com criança em situação de rua.

Qual é o lugar da educação social, como ela se propõe e como tem pensado estrategicamente a sua prática e até do ponto de vista teórico na questão da inclusão das crianças que estão em situação extrema de exclusão social, como por exemplo, os dependentes químicos e as crianças em situação de rua, que são crianças e adolescentes que vem de uma história intergeracional de exclusão que por tanto a sua condição a escola formal não dá conta de abarcar essas crianças, uma pesquisa que fizemos aqui em 2010 identificamos que 90% das crianças 1210 crianças e adolescente foram entrevistadas já tinham experiência de escola formal, tanto que identificamos que o retorno para a escola e para a família era baixo e trago nesse contexto para refletir a educação como a Valéria colocou, a educação social tem esse papel que é muito amplo, um conceito que está sendo construído, mas que ao mesmo tempo está atrelada a certas concepções institucionais de governo tanto municipal quanto estadual, nesse processo de regulamentação da profissão como pensar essa educação que dê conta desse processo de inclusão, que dê conta de pensar uma escola para essa população, pois a escola formal não dá conta de ter essas crianças lá e de certo modo as expulsas e a educação social



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

não está dando muito conta de fazer essa contribuição nesse sentido, então está aí um ponto muito importante e a gente precisa pensar dentro do processo de regulamentação da profissão dessa política da educação social do ponto de vista mais institucional mesmo. E outra questão a colocar é o plano nacional em educação em direitos humanos que foi aprovado em 2006 não sei se está pronta a reformulação dele, agora com a participação pública e que a gente tem percebido que as secretarias municipais e estaduais elas não tomam conhecimento desse plano e a questão da educação em direitos humanos na escola básica é fundamental, mas precisamos pensar um pouco nisso quais são as estratégias que as secretarias vão desenvolver para que os sistemas municipais estaduais da educação básica de fato efetive essa política de educação em direitos humanos que acho que esse caminho é muito interessante que a gente precisa pensar, claro que algumas ações que são desenvolvidas como educação indígena, educação afrodescendente, faz parte desse rol de direitos humanos, mas ela não vem com essa clareza que existe um plano e é uma política do governo federal e que os municípios não tomam conhecimento disso.

EDMILSON BORGES, Casa da Juventude Pe. Burnier/Goiânia e militante do MMMR

Há da minha parte uma compreensão da mesa de ontem e de hoje a uma relação muito profunda há um encadeamento das coisas que estão sendo colocadas, que mesmo de formas contraditórias elas são complementares é um sinal da boa coordenação do evento.

Quero tentar dialogar com a Valéria no conjunto das coisas que ela disse e aproveitar o que a professora Licínia nos disse ontem à noite, a educação social me parece ser um produto de lacunas de negação de direito e das intensas contradições sociais que vivemos e por ser um produto desse tipo de lacuna de negação de contradição exige estar no fluxo numa visão de mundo nos dizia a professora ontem e quem tem uma visão de mundo precisa também



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pensar um projeto de sociedade e aí dentro dessa lógica esse diálogo entre o potencial da educação social com os instrumentos dessa sociedade negadora de direitos na maioria das vezes visto e analisados tem que ser sempre críticos para não ser cooptado e integrado, então relativizar demais não seria um problema? Nós temos que ser críticos dessa sociedade das suas instituições dos seus instrumentos e quando nós olhamos e damos condições a todos os seus instrumentos de possibilidades não estamos relativizando demais? Legalizar tem suas possibilidades, mas também tem seus recuos, tem seus problemas, nos anos 90 se não me falhe a memória quando a gente tentava operacionalizar o que dizia a lei sobre os conselhos tutelares e nós não imaginávamos que estes fossem pedestais nos pequenos municípios para futuros vereadores e nas grandes cidades laboratórios de experimentação dos gabinetes de vários vereadores, deputados e mesmo de uma ação organizada das Igrejas, pensávamos que seria um instrumento efetivo na defesa dos direitos da criança e do adolescente e não teria tantas deturpações assim, mas nós sabemos que vivemos nessa sociedade com todas essas contradições, então assim, não teríamos que separar duas coisas o educador social como um produto dessa norma ele cabe aí uma série de educadores sociais com visões de mundo diferente, mas a educação social ela é um potencial de quem luta contra os institutos negadores de direitos dessa sociedade.

MARILZA- PARANÁ

O educador social de como a gente está pensando aqui nesse movimento todo, ele vai realmente estar sempre indo para tentar garantir aquilo que não se garante com as práticas com a própria sociedade as contradições por causa do sistema que a gente vive e que muitas vezes não dá conta no sentido das condições porque você vive nas das contradições porque você vive para que os direitos de fato sejam respeitados e você tentar concertar com as políticas e ao mesmo tempo ela também expulsa. É o que vou tentar trazer enquanto professora do que vivenciei, e dialogando com a Cléia em relação à bolsa



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

família, você vê a polêmica que é isso tem um programa que ele traz um acompanhamento pra família, traz um acompanhamento quando aquele aluno evade tantos por cento de frequência e tal, mas na prática pegando minha experiência no espaço que estou no Paraná, na prática se a escola não está inteirada de todo esse trabalho, desse enfrentamento, por causa da própria contradição da sociedade quando essa criança está evadindo algumas vocês consegue falar com a família outras não, como a rede não funciona, e aí é o trabalho da rede, não é da pré-escola todas as funções, mas ela tem que ter a consciência dessa evasão dos problemas que envolvem hoje você tem aí a garantia da questão dos direitos humanos de levar para dentro da escola, mas como que isso é difícil para construí isso tudo e às vezes o professor acha que é muita coisa, e vem mais isso, eu não concordo com isso e tem ter mesmo, meu foco é o Bolsa Família e ali seria um espaço tão bom para conhecer as crianças e aí elas evadem aí a escola não vai atrás porque não tem, quem seria essa pessoa para fazer isso? Não seria talvez o educador social? Vou dizer da minha experiência, muitas vezes fiz esse papel, não por estar determinada para isso, mas a partir da militância, a princípio voluntária você começa a se questionar cadê essa criança que não está vindo? A escola não tem um carro para levar, aí eu fui visitar, e a partir dessa visita tudo aquilo que está por trás, aquele menino evadiu ele não é acolhido, não passa por toda aquela busca ativa, você vai cobrar você passa a ser uma pessoa que está se metendo, e passa a ter um conflito com a rede porque você não isso organizado núcleo de ensino como se fosse uma pessoa que está ali que está incomodando é um papel importante porque você está se dando conta daquela evasão, a realidade daquela família que de repente não está sendo acolhida e aquilo que é determinado no Bolsa Família para acompanhar a criança não está sendo feito, e eu vi isso acontecer porque a própria escola disse assim quando fui perguntar, conta que a gente não consegue saber onde está essa criança e colocamos qualquer coisa na resposta, a criança sumiu, não apareceu e aparece as fichinhas lá e a criança está perdida para a escola, mas você sabe



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

onde ela está, não se tem o trabalho de trazer essa criança essa questão é muito séria, tem os programas, mas cadê a fiscalização a efetivação o monitoramento de coisas que já estão ali, mas como é que foi feita estas relações como aquele profissional está lidando, e outra coisa a ameaça não só dentro da escola, mas acontece nos programas no PETI, no CRAS a intimidação se você não levar teu filho para a escola vai perder a Bolsa Família e de repente cadê o suporte para que essa criança não vá pra rua, ou então será pega a laço para poder desaparecer de alguma forma e levado para o abrigo e fica isso aí, cria-se um buraco nas ações e estou levantando essa questão mesmo, como a questão da formação continuada como fazer todo esse processo nesse acompanhamento efetivo num trabalho de rede?

CARLOS, atua na educação básica, diretor de escola e professor da rede municipal de São Paulo/ SÃO BERNARDO.

Vou fazer um comentário entre educação formal e educação social. Vou colocar um fato, a educação formal ela não está dando conta do processo de aprendizagem dos alunos e penso que um dos motivos disso é a extrema burocratização do tempo escolar do espaço escola e dos processos pedagógicos e atrelado a isso as avaliações institucionais que escraviza todo trabalho pedagógico. Penso que na escola de tempo integral que vise à educação integral tem que passar por repensar os tempos e espaços da escola e os processos pedagógicos, na minha intuição a educação social teria muito que contribuir nessa questão de tempo e espaço e nas questões dos processos pedagógicos, pois são mais elásticos e criativos.

MARCELA, educadora social no projeto MMMR DE Diadema /SÃO PAULO.

Concorda com a fala da Valéria quando ela traz que a educação ela se dá em vários espaços públicos ou poderia, mas ao mesmo tempo sinto que a ação do educador social está um tanto limitada pelo fato de estarmos à maioria dentro das instituições e sinto a institucionalização do educador social, principalmente



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

hoje com a implementação do SUAS temos que corresponder a vários aspectos burocráticos e a gente se foca na técnica e esquece do processo pedagógico, como combater essa institucionalização do educador social?

UILI, MMMR/São Paulo.

Falamos que o conhecimento é produzido pela humanidade, só que não podemos esquecer que o conhecimento ele vem sendo centralizado pra caramba há anos pela classe dominante e muitas pessoas produzem conhecimento, sabedorias dentro das partes esquecidas, dentro das periferias e nem sabem que produzem conhecimento e cultura. Concordo com a fala da Valéria, uma experiência que está acontecendo conosco em algumas comunidades de São Paulo e pipocou são os Saraus um espaço de sociabilidade onde os jovens e adolescentes aqueles que estão se sentindo oprimidos pela sociedade capitalista se encontram para trocar livros, expressar versos, falar sobre poesias, conhecer livros de Russel, Locke e tantos outros que a gente não conhece na escola e vai conhecer num sarau e vamos ter contato com Jazz. O conhecimento ele é segregado e não podemos esquecer isso e muitas vezes a gente fala pro menino *a você tem que lê*, só que não paramos para pensar qual o contato que o moleque teve com leitura, com o conhecimento, o que o moleque de 11 anos está lendo o quê? A informação que chega até nós é uma informação e a que chega para a pequena minoria são outras informações. Comentávamos antes de vir para cá a molecada que atendemos que esta no uso do crack, o moleque se degrada no uso abusivo do crack é porque o crack degrada a humanidade mais rápida ou porque o moleque esta fora da escola, não se alimenta bem de varias porradas, temos exemplos por ai a burguesia usa droga pra caramba, só que os caras vão fazer yoga, tay chi chuan, os cara viaja, vai pra museu. Então é assim as informações que chega pra gente é uma e a que chega para as classes dominantes é outra e temos que nos apropriar do conhecimento, aproximar mais dos educando, as informações, não subestimar os educandos achando



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

que o moleque não vai ter uma ciência para entender aquele conhecimento, e muito pelo contrário. Temos uma mania de ficar demonizando e satanizando o nosso povo véio, temos que parar com isso o morador de rua, o menino da comunidade é a criança é o humano e está lá e acabou e é o humano que produz conhecimento e muitas vezes quando o cara não tem um contato com esse tipo de informação ele acaba falando *eu não sei fazer*, exemplo, no Sarau levamos o jogo de xadrez e para jogar precisa se concentrar, ter paciência e a molecada no Sarau pegou o xadrez e transformou numa dama, porque era o contato que este moleques tiveram, e agente deixou transformar numa dama mesmo, por isso somar levar informação para essas pessoas. E a educação formal a não formal, temos que somar a caminhada é essa o conhecimento é da humanidade então é nosso.

Junio/Pernambuco

O Projeto de Lei já está a caminho vamos dar os últimos ajustes, o transitar da lei já ficou muito claro esta numa comissão, depois vai para o plenário e para o senado e depois para a presidência da república sancionar, beleza o processo está claro se sabe o que fazer e a gente dar pressão no lugar certo. Chegando ao MEC, como é o processo, virou uma lei essa profissão até o processo formativo nos espaços devidos se concretizarem isso significa que passos e quanto tempo? *Nós temos pressa de viver.*

RESPOSTA

Deputado CHICO LOPES- o Junio dá uma informação correta agora estamos aqui também para mexer nessa lei, para modificar para melhor ou pior porque a educação tem um órgão chamado Ministério que já tem a lei de diretrizes e bases, e a lei antes de ser aprovada pela comissão de justiça podemos emendar, cortar, fazer substitutivo e acho que ela é um marco para que tenhamos um instrumento mais próximo da nossa realidade, porque pergunto a



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

lei diz que a formação mínima é quem tenha segundo grau, eu sei que para tratar de tuberculose não precisa ser tuberculoso, mas quem será os formadores de opiniões que irão trabalhar nesse setor? *Citando o Art. 2º inciso IV- a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;* quem será de nós que vai enfrentar entrar num espaço carcerário, pois quando o ministro da justiça diz que prefere morrer do que ser preso, o sistema carcerário do Brasil tanto faz ser para adulto ou adolescente ele é perverso, quem trabalha nessa área sabe, eu entro batendo carteira e saio assaltando um banco e quando vamos na defesa dos direitos humanos tem gente que diz *vocês só defendem bandidos* se encolhemos com isso não vamos para a frente, somos cortados pela raiz e lá no art. 4º- inciso I- adequar para a denominação “educador ou educadora social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 2º e 3º desta Lei; Então já diz que não é formal, ela vai para o presídio, vai para a favela? E no o Art. 2º inciso V- *a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária*, quem vive numa cela que era para ter quatro pessoas tem cinquenta, nós somos educadores, mas não fazemos milagres e nem vamos bancar o super homem. Alguma coisa não vai depender só da gente, vai depender das políticas públicas é um instrumento político de classe e o companheiro disse estamos dentro do capitalismo, mas o diabo é que estamos dentro dele e temos que transformar dentro dele não é fora e quando você tem uma rede globo que faz novela que 50 minutos de gente presa, morta, etc. e não tem nada de educativo nisso, chama atenção dos adolescentes que já vivem naquela miséria e *há eles aparecerem na televisão eu quero aparecer também*. Inconscientemente adolescente pode ser preto branco rico, com suas questões próprias, e estou deveramente feliz de estar aqui porque a preocupação é nossa, mas para transformar numa lei vamos depender dos deputados, sou o pai da criança, mas quando ele *pari* vai aparecer tanto negro



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

dizendo que foi ele que fez, vi no programa que terá uma carta e quero dar repercussão a esta. Temos que conversar com o deputado da nossa região por que ele ira votar. As eleições esta se tornando um espaço de quem tem mais e politizar significa mexer nessa estrutura e politizar o povo com essa mídia a rede globo fica difícil.

Valéria- a fala na mesa tem algumas limitações, não damos conta de tudo mesmo. Fico buscando para mim e para minha prática em vários lugares tentar superar um pouco esta dicotomia da nossa formação mesmo que é tão cartesiana que sempre temos que escolher um jeito um lado uma coisa, lógico que temos escolhas, mas estas escolhas são permeadas, são atravessadas, são desviadas muitas vezes por um tanto de outras questões pelas relações que vamos travando, e acho que no campo profissional e educacional quanto os demais isso também acontece, podemos defender um tipo de educação social ou uma ideia de educação social que com certeza não é a mesma até dos membros que estão aqui na mesa e não é a mesma de cada um de nós. As nossas concepções que cada um constrói os nossos ideais, os nossos desejos as nossas vontades estão pautados também na nossa história, agora o desafio é construir isso no coletivo como o deputado Chico Lopes vem tentando fazer nesse projeto de lei. Comecei assim para dizer o quê, eu não acho que a escola formal não dá conta de tantas coisas que dizem, ela já vem dando conta de muitas coisas, tem muitos problemas, tem, mas eu torno a dizer no Brasil escola pública formal é um espaço de acesso e democratização, tem muita coisa por fazer ainda, mas tem muita coisa sendo feita, quem está na escola no cotidiano sabe disso, sempre falamos do buraco do que falta, do que não está feito, mas tem coisa sendo feita. Para mim a educação social não vem para dar conta dos problemas da escola formal, pois o problema é da escola formal, quem tem que dar conta dos problemas da escola formal é a escola formal. Não que a educação social não possa dialogar, possa contribuir isso acontece meio que quase naturalmente que as coisas se complementam, e fico



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

muito incomodada quando a gente pensa no campo da educação social como se fosse, como se a escola formal esta aqui num canto e falta um pedacinho igual um quebra-cabeça a gente vai lá e preenche, as coisas se complementarem é diferente das coisas se completarem num totalidade, fico muito preocupada com essa coisa de totalidade, não existe um modelo pronto e perfeito ele é construído continuamente e dá trabalho tem tropeço, tem atropelos, tem um tanto de coisa, a gente sobe e desce, vai para frente vai para traz é movimento é ação não está pronto. E quando alguém fala da questão da limitação da inclusão dessas crianças de rua, as que utilizam droga e tantas outras situações difíceis que temos a educação social quando a gente olha e todos nós aqui falamos, a educação social no Brasil tem uma especificidade, e nós outros países também, no tempo histórico de cada país, e hoje a educação social vem olhando para estas questões essas mazelas, para essas dificuldades da nossa constituição histórica como nos outros países também, por exemplo, na Finlândia, *podemos pensar assim o que faz um educador social na Finlândia?* No melhor estado de bem estar social praticamente não devia existir educador social lá, mas existe, e trabalha com tanto de pessoas velhas que se suicidam por conta da solidão e por conta de num ter um envolvimento social e relacional, existe um índice altíssimo de suicídio de idosos naquele país, e o educador social trabalha voltado para isso é menos é mais, é a necessidade histórica e local daquele país, a educação social ela precisa estar atenta para isso. Quando a gente fala dessas questões de relativizar o Edmilson falava ou de como olhar para as crianças fazendo uso de substâncias psicoativas e outras questões, não precisamos ter um modelo, não é relativizar, pelo contrário e isso é valorizar olhar para história local para necessidade local e isso é uma coisa linda que a educação social tem, a gente pode trabalhar desse jeito, não precisamos estar atrelada a modelos, a um jeito de fazer as coisas. O jeito de fazer daquela comunidade, daquele lugar pode ser diferente de outros lugares, construído exercitado isto é produção de conhecimento, produção cultural, concordo com a Cléia quando ela fala que



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

temos que sistematizar esses conhecimentos que produzimos no cotidiano, não tem que ficar esperando a universidade chegar e produzir para a gente, podemos produzir juntos, podemos produzir e levar para a universidade, precisamos crescer no sentido de sair de modelo de um jeito de fazer, como se só existisse o melhor jeito, e eu estou atrás do melhor jeito e *enquanto eu não chego no melhor jeito o que eu faço?* Por exemplo, eu trabalhei num projeto social educação não formal num município pequeno, bem rico chamado Paulínia e trabalhei lá por 12 anos e era um programa público vinculado a secretaria municipal de educação e coordenava quatro núcleos e o espaço era bem legal e a noite ficava fechado e discutindo com a comunidade combinamos de abrir o espaço no horário da noite para funcionar como centro de convivência, tinha oficinas, mas o foco era a convivência e na época uma adolescente solicitou para fazer uma oficina de axé e fiquei louca, fiz um discurso que passava no Faustão todo domingo pois a idéia era que os projetos viessem da comunidade e discutíamos juntos e eu dizia *poxa a gente queria fazer coisas diferentes coisas legais e vocês vem com oficina de axé!!!* Então uma adolescente de seus 12 anos disse *é né Valéria as meninas do centro tudo vão pro clube fazer oficina de axé e só porque a gente é da periferia agente não pode dançar axé porque você acha que não é legal*, foi uma das maiores lições que eu tive na minha vida com todo o meu saber com minha criticidade, com a minha consciência, que achava que tinha que levar para o outro. Sorte que naquela hora a ficha caiu, pois tantas fichas não caem na vida da gente e disse vamos fazer então, mas vamos ver o jeito dessa oficina de axé par não só ficar dançando o que passa no Faustão, na época da dancinha na garrafa. É isso que a educação social não pode perder é fazer junto, e não fazer por e pelo e quando fazemos juntos não produzimos só a melhor cultura, a gente não produz só a melhor cultura, tem que ler Russel, ler Marx, mas qual é o problema de ler gibi de ler outras coisas, tem varias pesquisa dizendo que o brasileiro não lê, mas tem outras dizendo que lê sim, pois não é só um tipo de livro que aprendemos a ler. A sociedade é plural ela é



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

contraditória, e enquanto tivermos numa posição de fazermos o discurso do certo do melhor não avançamos temos que aprender a dialogar. Uma palavra que está super na moda é diversidade, vai aceitar a diversidade com aquele sujeito que pensa completamente diferente de você, você quer socar o sujeito. Diversidade e pluralidade não é fácil, fazer o discurso é fácil, vai sentar numa mesa junto com o diferente, vai trabalhar todo dia junto com o diferente para ver, o que pensa diferente de você e que ideologicamente é diferente de você, então esse é nosso aprendizado não é fácil é conflituoso e temos que partir do lugar que o conflito faz parte do nosso cotidiano, senão a gente não avança. E volto a insistir para mim isso é o que a educação social tem de mais bonito e não podemos perder na oficialização da profissão essa diversidade. Uma associação interessante de fazer é exatamente com os artistas, nem um artista precisa fazer faculdade de artes cênicas ou de música para virar artista, ele pode fazer se ele quiser, mas ele não precisa e a educação social pode passar por aí, eu posso ser educador social sem ter o diploma de pedagogia social, por exemplo, se for o caso.

CLÉIA BRANDÃO – Vou centrar mais naquilo que é o trabalho da diretoria, eu acho que essa discussão sobre o educador social é uma discussão muito *suas* não é do SUAS, é algo que passa exatamente pelo histórico e pelo que se quer construir enquanto profissão. Luiza em relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos têm um trabalho que a consultora fez que são as ações do plano ligadas a educação e me parece que são umas quatrocentas ações e se tiver interesse eu posso encaminhar esse trabalho, e uma das propostas decorrentes inclusive do plano era a elaboração das diretrizes em direitos humanos que foram elaboradas aprovadas e eu tive o prazer de participar da comissão e foi aprovado em março desse ano no Conselho Nacional de Educação e essa é uma ação específica do plano que é a implantação das diretrizes nacionais em direitos humanos e elas devem ser implantadas não só



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

na educação básica, mas também na educação superior. O debate passa por superar a visão temática de Direitos Humanos para entendê-lo como uma concepção de educação, muda muito e a gente fala assim vamos trabalhar o tema direitos humanos na escola, e não é isso, e o tema acaba sendo, mesmo dizendo assim é um tema transversal ele passa por todas as disciplinas, mas direitos humanos constitui-se em uma concepção de educação tanto que muitas pessoas levantaram que a escola não dá conta dessa realidade que está aí é que a escola não cumpre os direitos constitucionais um direito fundamental que é a educação, você pergunta também como isso está se dando nas escolas, achamos que no Brasil temos poucas políticas de indução se elaboram uma diretriz homologada pelo ministério, mas até isso chegar na escola tem um distanciamento muito grande, porque não há uma indução, talvez tivesse que ter uma subação no PAR- Plano de Ações Articuladas e estamos inclusive discutindo isso dessa implantação dessas diretrizes. É preciso implementar a implantação dessas diretrizes, mas muito mais na concepção de direitos humanos, que passa pela avaliação da escola, pela relação dos diretores com os professores, enfim não é um tema que se discute de vez em quando concepção de relação de conhecimento. Eu estive em Curitiba Marilza no começo desse mês com o grupo da secretaria estadual de educação falando exatamente na implantação das diretrizes em direitos humanos e discutimos um pouco sobre esse acompanhamento do Bolsa Família, falta muito ainda, e quando cheguei na diretoria eu perguntei estamos detectando a frequência e daí? A frequência hoje ela é muito boa, chega a 87% acompanham mais de 80% desses 18 milhões de jovens, mais isso não é o suficiente, porque realmente precisa fazer a busca ativa que não é feita de uma forma institucionalizada, quem quiser vai lá e faz, é preciso que se coloque dentro de um planejamento em que na medida em que você vai atingindo esse primeiro degrau de acompanhamento da frequência você possa introduzir efetivamente ações pedagógicas, porque ele está na escola e daí ele está aprendendo? Estamos nesta segunda parte inclusive ampliando os



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

acompanhamentos para crianças, adolescentes e jovens que fazem parte do chamado grupo em situação de vulnerabilidade vai ampliar. E acho que o trabalho que é feito nos estados e nos municípios ele pode se qualificar mais com o trabalho que se faz com os operadores, aquele que faz o levantamento da frequência tanto que vamos fazer um encontro com todos eles juntamente com os representantes dos direitos humanos e de educação ambiental dos estados, exatamente para ele entender que o trabalho que ele faz tem uma relação direta com o princípio constitucional que é a educação é um direito de todos, é preciso qualificar também o pessoal que levanta frequência então você toca num ponto fundamental, não basta só acompanhar o direito e mais que estar na escola e também temos 10% de jovens que não sabemos onde eles estão, não são identificados tem que organizar outras formas de descobrir onde eles estão, porque a educação ela não deve eliminar ou excluir nenhum desses que são sujeitos desses direitos e fiz as anotações diante de sua fala e acho extremamente importante e concordo com o Carlos que é preciso que a educação formal precisa repensar os espaços e o tempo e para isso pensar numa coisa fundamental que é a proposta curricular, quando ela tem esse monte de gavetinha de português, matemática, história e geografia você vai ter dificuldade para mudar os espaços e também o tempo, porque lei nenhuma fala que tem eu ter aula de português todo dia, e nenhuma diretriz e nem que deve ter aula de história uma vez por semana a própria escola estabelecesse a prioridade a partir da prioridade que a sociedade está definindo, matemática é mais importante para a sociedade do que história, porque é um currículo que está centrada numa escola pública, que não é pública para o povo, foi criada para atender uma minoria e que hoje passa por esse repensar o seu papel e natureza, a escola pública no Brasil ela é nova e já deu grandes passos, mas precisa avançar no ponto de vista que o público é para todos não é para meia dúzia e o Uili dá um exemplo extremamente importante. Junio o Ministério da Educação ele não determina as profissões pode ser que aconteça assim, vai elaborar um currículo de graduação precisa ter diretrizes curriculares nacionais



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

para o curso, mas isso não é obrigatório, tanto pode ser que isso seja uma exigência do ministério como não, porque tem muitos cursos sendo criando sem diretrizes nacionais, e me parece que o grande debate e a grande articulação ela é política mesmo de você constitui essa profissão dentro daquilo que é as normas do exercício profissional. O Ministério da Educação quando muito e os Estados também, não sei como vai ser do ponto de vista de atuação se ele estiver também nos profissionais que compõe os multiprofissionais da escola, pode ser que esteja inserido num plano de carreira, não sei, mas após a aprovação o que tem de ser feito imediatamente é essa articulação da constituição dentro dos moldes do que se chama o exercício profissional, mas em relação ao ministério ele não tem uma ação efetiva a não ser na elaboração das diretrizes.

MARQUINHOS

Comenta sobre a fala da Gesenia da Nicarágua, na verdade queremos colocar no debate com nossa companheira essa dificuldade do idioma e que traz um tema bastante importante, esse desgaste muito forte que os trabalhadores em educação social têm e o suporte tanto individual quanto institucional que está colocado para dar esse suporte a esses profissionais que somos nós e que estamos sendo colocado em situações complicadas e complexas no nosso dia a dia.

NEY MORAIS

Vou pontuar duas coisas, antes fazer o registro que no ano passado tentamos levar o deputado Chico Lopes para o nosso seminário internacional em Campinas e por dificuldade de agendas não foi possível sua presença, e a sua presença aqui hoje nos abriu uma perspectiva e uma tranquilidade porque tínhamos uma preocupação grande por conta justamente do conjunto de interesses que estão por trás da criação da nossa profissão e sabíamos que se



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

tivéssemos dificuldade de acessar o deputado teríamos dificuldades de contribuir nesse debate de uma forma mais efetiva e qualificada e estamos profundamente aliviados de estar podendo estabelecer esse dialogo que para nós da Associação do Estado de São Paulo e para nós da educação social do Brasil ter a possibilidade de contribuir para esse debate e ter uma lei que seja tão ampla quanto possível, tão abrangente quanto possível para que os educadores se enxerguem nela é sem dúvida um imenso prazer e tranquilizador para a categoria dos educadores sociais, agradeço a oportunidade. Da questão da institucionalização do educador social especialmente no SUAS que foi pontuada pela Marcela a e como resistir a isso é um pouco aquela angústia que eu coloquei na minha pergunta também, como a gente fica se pensando agente de transformação social e atuando num Estado que é conservador e reproduzidor de um modelo explorador, opressivo e violento de sociedade. Num Estado que é agente de conservação desse modelo, é resistindo, não tem outra resposta, se organizando é indo para as associações, organizando grupos de discussão é produzindo conhecimento e fazendo o enfrentamento diário cotidiano é indo a luta, a receita é a da consciência de classe da organização de classe da luta pela transformação da social. Com relação à questão da escola formal para os meninos de rua que a Luiza levantou de um lado que fico pensando que é assim, tanto na LDB quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente tem uma pista lá para que a escola seja criativa para atender a públicos diferenciados, pensando no ponto de vista institucional a educação tem autorização legal para ser criativa e enfrentar essa questão e os educadores da escola formal pode atuar nesse sentido, agora pontuo outra questão pensando no ponto de vista de que o educador social é alguém que quer a transformação social agente não poderia pensar nesse menino não como um menino excluído da escola, mas como libertado da escola, foi provocação para a gente seguir o debate que vai ter tempo para a gente discutir bastante sobre isso. Para concluir não podemos perder amanhã a chance de fazer um debate o mais aprofundado possível e



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

desse debate tirar contribuições para aproveitar a interlocução com o deputado na discussão da profissionalização e produzir uma carta de Goiânia que potencialize a educação social nesse país, um a educação social efetivamente transformadora é o que a gente sonha e estamos na luta.

Fala da Valeria complementando a do Ney

Em Campinas tínhamos uma sala de transição, as crianças que vivenciavam a rua se evadiam da escola o lance que foi interessante foi uma rede que sentava quinzenalmente tinha ONGs, associações, poder público nós criamos juntos com a secretaria municipal de educação a sala de transição uma sala de aula dentro de uma escola considerada como sala de transição onde a criança não precisava ficar quatro horas se ela não dava conta. O único risco que a gente corre é achar que para criança de rua para crianças que usa substância psicoativa a gente precisa criar escolas especiais e segmentalizar o atendimento e o público de novo, e concordo com Ney nós temos espaços que a LDB permite e é possível fazer e o interessante é fazer o trabalho em rede, porque se for para escola formal a gente corre um sério risco de segmentalizar e ainda temos escola que separa fileira do mais forte dos fracos dos burrinhos, temos que fazer em rede.

GESENIA/ NICARÁGUA

Agradeço pelo momento e pelo espaço que compartilho nesse momento com vocês do trabalho que tenho realizado sobre o autocuidado, pois é importante amanhã pensar sobre a reflexão e prática do *autocuidado* que estão querendo a nível pessoal, de equipe e de instituições. Podemos refletir, podemos pensar, podemos analisar, porque hoje foi muita informação e uma tarde inteira de muito trabalho é muito importante e quero deixar algumas perguntas para os trabalhos amanhã, vocês consideram que o autocuidado é um compromisso das instituições é uma prática, é um compromisso, faz parte da



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

responsabilidade com todos os educadores e educadoras sociais? Deve ser tomado como um tema de debate de compromisso institucional, conhecemos pessoas que tem sofrido desgaste emocional e que por isso deixaram de trabalhar na parte social? É importante a amanhã retomar esse tema como um debate? Muito obrigado.

MARQUINHOS, agradecemos ao deputado Chico Lopes pela simpatia e pela firmeza política e ideológica na sua colocação que nos assegura que essa lei não poderia sair de outra mão se não fosse da mão de gente que está comprometido com a classe trabalhadora com a luta de classe da transformação social e que esse país cada vez mais tem que ficar na mão dos trabalhadores/as só assim teremos um país com menos desigualdade distribuição de renda descentralizada e políticas públicas para todas as crianças desse país. Agradecemos a Valéria pela contribuição importante da Associação dos Educadores/as do Estado de São Paulo e trouxe questões importantes para continuarmos aprofundando na manhã e na tarde do dia 18. Agradecemos a Cléia e a importância de vir o ministério de uma diretoria extremamente estratégica que mexe com políticas de direitos humanos, ligada ao MEC e para onde devemos encaminhar as nossas estratégias de fazer avançar a formação desse profissional e dos profissionais que trabalham educação social. A Gesenia que vem da Nicarágua a última revolução verdadeira que aconteceu nos moldes clássicos que a humanidade conheceu e aconteceu em 1979 na América Central, essa experiência importante que eles tem desse povo que gosta da força da expressão indígena, expressão de luta pelos direitos da criança e Ney parceirão da Associação Internacional que começa no Brasil a partir dos encontros nacionais lá de Colatina de Espírito Santo é lá que os educadores internacionais tem contato com os trabalhadores de pedagogia de educação social nesse país.

LEO

Uma reflexão bastante breve e nós que somos educadores sociais não devemos temer e nem nos amedrontar as nossas concepções e as nossas convicções nesse espaço, às vezes a gente se sente inibido e às vezes acaba se atrapalhado querendo utilizar palavras bonitas para impressionar a plateia e me senti muito tocado na palavra do meu conterrâneo Chico Lopes e nas palavras que o educador social Uili pronunciou aqui e venho fazer essa fala a



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

respeito do que foi falado na mesa sobre educação formal. Para mim o seguinte eu não me iludo mais já tenho 33 anos e pretendo viver mais uns 40, mas a idade que tenho hoje me fez entender que eu não me iludo mais com a escola formal. A escola formal com certeza não vai formar pessoas preocupadas em transformar a realidade do povo da periferia, a escola formal nunca se colocará a disposição de transformar a vida das pessoas que hoje estão morando na rua, é mentira, pode ensinar a escrever o A e a ler a palavra *amor* ou coisa do tipo, mas ensinar o cidadão e o individuo os passos que ele tem que percorrer para possibilitar a liberdade isso é mentira. Porque a escola formal a única contribuição que ela tem é moldar o individuo para estar sempre a disposição do interesse econômico o grande objetivo da educação formal é esse, seja ele no ensino básico seja no ensino fundamental, seja nas academias. Eu digo isso porque eu tive a oportunidade de estudar no supletivo o EJA numa escola estadual em São Bernardo e eu vi uma professora de história dizer para mim que os índios não foram escravos por muito tempo porque eram preguiçosos e não gostavam de trabalhar e o negro foi escravo por mais tempo porque eles foram vendidos a troco de pinga pelos seus familiares na África, e se formos aprofundar mais, vamos perceber que tem muitas mentiras vendidas para nós dentro das escolas, então nós não podemos se iludir que a educação formal vai formar militantes em busca da liberdade e da igualdade social. Quem vai possibilitar isso é a educação social é as organizações serias que se colocam a disposição de reunir pessoas para refletir os problemas do nosso país.

MARIAELENA, educadora social de Diadema/São Paulo, concursada do CREAS em DIADEMA, primeiro quero agradecer por essas vivências, por essas trocas e anotei um milhão de coisas aqui, e acho que vou passar a noite sistematizando para o debate de amanhã. Algumas coisas ficaram mais salutaras, quando a Valéria diz que educação social é ciência da prática fica muito presente para mim isso, quando Chico Lopes diz que quem trata de tuberculose não precisa ser tuberculoso, porque isso me lembra que na apresentação da Valéria tinha um desenho que foi usado em 2008 pelo educador social Tião Rocha, que trabalha no Vale do Jequitinhonha e um desses trabalhos resultou em mães da comunidade que na ação de fazer sabão com a sobra de óleo, juntava outras mulheres outras crianças ele sistematizou essas experiência que resultou na chamada pedagogia do sabão. A minha preocupação vai em direção da pergunta que o Junio fez, quais são as implicações da regulamentação da profissão? O que implica em termos



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

acadêmicos é a mercantilização da profissão? O que vamos fazer com essa senhora que é educadora social há anos que trabalha com a pedagogia da roda, inclusive tradições orais que passam de pai para filho, dos mestres griôs, estou me referindo as matrizes afro, muitas coisas ditas aqui me esclareceram também, mas queria discutir isso com os colegas. Quais são as implicações da regulamentação da profissão?

Marquinhos- encerrando a mesa de debate do segundo dia.

17 DE NOVEMBRO

08h30' às 13h – GRUPOS TEMÁTICOS

PLENÁRIA - 14H às 18H

Coordenação: Maria Julia Deptulski

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO SOCIAL

- 1. *Que tipo de organização queremos?***
- 2. *Quais os caminhos para essa organização?***

Apresentação dos grupos

GRUPO VERMELHO

- * Criar uma Associação com duplo caráter:
- * Sindical: Educadores Militantes.
- * Organizativo: Trabalhadores Sociais
- * Método: Compor um coletivo com representação regional para elaborar essa proposta de Estatuto e convocar uma Assembléia.

GRUPO VERDE

Criar

ANTTES- Associação Nacional de trabalhadores e Trabalhadoras de Educação Social

Três linhas de direcionamento

1. Organização profissional legítimo



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

2. Promover o protagonismo do sujeito da educação/usuário
3. Manter o foco da militância – caminho de recriar a educação social
 - Como fazer:
 - ❖ Grupo virtual de discussão
 - ❖ Comissão de trabalho
 - ❖ Vídeo de conferência inserido no google grups

GRUPO AZUL

Propõe-se a rede 5346 pela regulamentação da lei e pelo seu posterior monitoramento e implementação.

Não é um sindicato, nem uma associação por entender que essas estruturas são inviável pelo auto custo de sua sustentabilidade.

É uma mobilização em rede e tem a finalidade de articular educadores sociais. Deve propõe-se um grupo central já definido nesse encontro para:

1. Articular encontros de assuntos pertinentes ao tema;
2. Acompanhar a regulamentação do Projeto de lei 5346;
3. Debater a Práxis da educação social;
4. Realizar oficinas formativas descentralizadas nos diversos espaços autônomos;
5. Realizar divulgação;
6. Conhecer as várias formas de organização dos educadores no Brasil para compor uma mobilização nacional;
7. Discutir o foco da organização para ter clareza do objetivo, Discutir a clareza da necessidade de se organizar;
8. Buscar formas de organização para fazer contraponto a propostas de educação de grupos que fogem a ética da educação social defendida;
9. Iniciar as discussões nos estados onde ainda não há uma organização estruturada e fortalecer as discussões nos estados onde já existe articulação;
10. Realizar uma pesquisa para quantificar os educadores sociais e qualificar o perfil. Associar o Software da Campanha Criança Não é de Rua para mapear os educadores sociais.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO SOCIAL

Julia, o que estou entendendo que temos duas propostas distintas, e as outras duas tem algumas diferenciações, mas caminha de criar uma associação e aí é a forma que está diferenciada. É isso? Como temos três propostas diferenciadas se vocês concordam vamos chamar três representantes dos



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

grupos para em cinco minutos fazer a defesa.

- Grupo vermelho: Ney
- Grupo Azul: Manoel
- Grupo Verde:

Ney Moraes - a discussão que começamos a fazer era se fazia ou não ter uma organização nacional e por conta do processo de regulamentação a gente precisava de uma instância de organização para o debate de regulamentação que esta acontecendo nesse momento e uma organização que tivesse força para fazer esse debate. E a discussão que fizemos que havia colocado desde Olinda/Recife duas linhas de organização uma delas que apontava com caráter mais sindical para o ramo da educação social e outra para a organização da militância quem se identifica com o fazer de educação social que apontava para uma organização de educadores e educadoras sociais nesse caráter mais amplo mais genérico incluindo os militantes não profissionalizados e avaliávamos se a gente quer nesse momento uma organização nacional para fazer esse debate com potência com força é desejável que seja mais ampla possível para que a gente consiga mobilizar a maior quantidade de educadores/as possível para o debate e considerávamos também que a discussão sindical precisa acontecer, deve se estruturar para ela na medida em quem que na regulamentação da profissão a discussão sindical vai ser urgente porque tem um conjunto de questões trabalhistas e desde já estão nos influenciando diretamente jornada de trabalho, renumeração, condições de trabalho, etc. Enfim, por tudo isso fizemos o desenho de uma proposta onde temos dois perfis de associados um de caráter mais sindical trabalhistas e um de caráter mais amplo e a perspectiva que temos que essa associação ao regulamentar a profissão se divide e nesse processo todo potencializou as duas organizações é uma questão essencialmente estratégica para trabalhar em conjunto durante o tempo que for possível até que a questão sindical separe de fato o campo sindical dos movimentos mais genéricos onde temos os militantes não profissionalizados.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Manoel - a idéia que seja criada uma rede ao invés de uma associação ou sindicato, porque se acha prematuro chegar a uma associação e esse grupo aqui não nos parece representativo par propor uma associação e, sobretudo a uma caminhada de outras associações em outros Estados que precisam ser ouvidas e mobiliza-las a ponto de construir esse movimento de maneira colegiada no Brasil. Acreditamos que existem Estados que nenhuma mobilização foi feita é necessário cultivar para que isso aconteça por tanto o formato mais coerente que o grupo percebe seria partir de uma rede e depois ir construindo uma lógica mais estruturante institucional.

Outra questão colocada com raras exceções não consegue ter base nacional e geralmente se organizam com bases setoriais ou por região ou Estado e esse grupo aqui não tem a força de um petroleiro ou bancários que são os dois únicos que conseguem fazer uma articulação nacional, então sair daqui um sindicato não seria adequado, pois logo criariam outros sindicatos com a mesma finalidade. Dentro do movimento sindical tem uma coisa chamada imposto sindical quem muitas vezes mantem sindicatos fantasma, de fachada e facilmente criam-se sindicatos com essa finalidade.

Leo - o grupo discutiu a importância extrema de pensar uma organização que reunisse os Estados no sentido de participar das discussões que estão em torno da regulamentação dos educadores sociais, sabemos que é um debate que já vem ocorrendo de longa data e muitas vezes a gente acaba não se sentindo representado pela ausência de um coletivo que seja eleito democraticamente que possa estar acompanhando esse debate, a questão da criação é importante que seja feito e depois pensar como seria esses outros atores que infelizmente não puderam estar presente nesse encontro. Com relação a quem pode participar, nós entendemos que os desafios que estão a nossa frente nos coloca na missão de mobilizar o máximo de atores possível para se agrupar nessa associação para fortalecer essa luta e se essa



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

associação fosse só dos educadores seria um prejuízo não ter por exemplo, o Junio que hoje é um ator importante e está na condição de coordenador seria uma perda muito grande em não contar com pessoas que participaram desse debate, por isso entendemos que essa associação tem que envolver os profissionais, trabalhadores/as da educação social.

Julia - entendeu que o grupo vermelho seria a criação de duas associações e solicita ao Ney esclarecer e não viu o nome da associação.

Ney - o nome dela não definiu o que propomos que no processo a criação de um grupo de trabalho que esse grupo estudar como fazer a questão estatutária para ter essa associação com dois tipos de associados um sendo o trabalhador formal da educação social e outro de militante educador/a social, sendo este também associado da mesma associação de duplo caráter, isso definido em estatuto com se articulam até o momento em que regulamentado a profissão as duas associações se separam se for necessário.

Luiza - é que nesse tipo de organização de trabalhadores sindical, seriam aqueles que teriam uma contribuição anual é o que acontece, por exemplo, no SINTEGO o se você não adere à taxa você fica dentro da organização dos educadores sociais, é o que acontece no sindicato dos educadores em Goiânia, você não é obrigado a pagar uma taxa, mas se paga você tem direito a descontos especiais, a participar de clube, cinemas.

Edmilson - o grupo vermelho e verde a diferença é das linhas de condução, a gente até brincava com o nome que se formos propor uma sigla para a Associação Nacional de trabalhadores e Trabalhadoras de Educação Social ficava ANTDES, então criaríamos essa associação. Só que o verde propõe três linhas de atuação, primeiro trabalhar pela legitimação da profissão é o debate que está em curso e a segunda linha promover o protagonismo do sujeito da educação social e a terceira seria manter o foco da militância de maneira seja o próprio caminho de recriar e criar a educação social, não entraria a palavra sindical por enquanto e a diferença esta nas linhas de atuação.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Ney - diz que não é a mesma coisa.

Junio - dá para ver que não há grandes oposições das propostas, mas há uma diferença clara de caminhos, não são três propostas absurdamente distintas que vamos escolher. No grupo azul escolhemos o caminho de primeiro ampliar a mobilização ela tem um ponto focal, todo educador esta preocupado com o projeto de lei que pode sair ganhando e fortalecido enquanto profissional ou sair perdendo depois de anos de história de trabalho e nem reconhecido como profissional ele ser. A Lei é um ponto de mobilização do país inteiro e ir para o enfretamento dessa lei e ser aprovada e ai a rede deixa de ter a importância de existir e passa a ter um nível de mobilização maior para institucionalizar esse processo. Enquanto estamos aqui tem um grupo ligado a USP que propõe um substitutivo da lei que vai para o enfretamento com Chico Lopes querendo que ele mude a lei ou diz que vai articular outro deputado para apresentar outra lei que siga outro caminho e as coisas vão acabar sendo votadas juntas. Primeiro a mobilização, a lei e a institucionalização depois.

Wagner - do MMR de Maringá. Vejo as três propostas como distintas, mas tem uma coisa que embasa todas que é a necessidade de manter contato de discutir as propostas, criar e fortalecer uma rede de comunicação entre nós que possibilite tudo que queremos fazer, toda a militância a organização esta baseada na troca de experiência e na organização pra a luta mesmo. A proposta do grupo azul ela o problema da organização sindical, quando se fala trabalhador sindicalizado e daquele que vai luta pela firmação da profissão e tudo aquilo que é interessante para o educador social e uma base para que ele possa atuar. Contempla a questão organizativa a necessidade de ampliar o debate e se integrar cada vez mais. A proposta do grupo verde é da organização nacional e não faz distinção entre uma esfera e as duas propostas podem dialogar e no grupo azul que está premente nas outras é a ampliação do debate o fortalecimento da rede para constituir uma consciência de tudo que



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

esta acontecendo para fortalecido a nossa vontade e ai sim partir para uma atuação política mais organizada.

Ronaldo - Sindicato dos Químicos do ABC/SP. No grupo verde fizemos uma discussão muito ampla, primeiro saber de qual educador que estávamos falando, dos educadores em três esferas, na rua, na universidade. Quando falamos em associação temos hoje a de São Paulo, a do Ceará e pode ter certeza que virá muitas outras associações daqui para frente, à discussão é o seguinte não é o modelo sindical que discutimos na associação, não é imposto sindical que discutimos, a associação seria de todos os educadores presentes que a partir do momento que montar a associação nacional, provavelmente se descontaria uma mensalidade desses educadores, não é na linha do sindicato. E hoje se perder esse momento de montar uma associação que é um desafio pode ter certeza que amanhã ou depois terá um grupo montando uma associação nacional e muitos de vocês ficarão fora, porque andamos nesse país todo e escutamos varias movimentações inclusive de criar sindicatos a partir da regulamentação e ai vai criar sindicato em toda cidade e estado e perderíamos a oportunidade de sair na frente e montar uma associação nacional, se depois vier a criar um sindicato é outra história, diz um ditado *a oportunidade é única depois que ela passar amigo ninguém pega mais.*

Almir - Goiás. Pensando na associação e pude perceber até algumas questões relevantes para tratar, nós discutimos educador social desde anos 80 e lá para cá viemos discutindo esse modelo de regulamentação e, no entanto, temos a oportunidade disso ser feito e estamos buscando outra direção. Nós precisamos não só de ter esse protagonismo do ser educador social, mas fazer valer a nossas experiências que já temos desde os anos 80. A proposta do grupo vermelho é a mais interessante não como uma forma de sindicato, mais como uma forma de organização desses trabalhadores de forma mais ampla e que consiste também na formação desses educadores. No grupo azul também pensou nessa mesma concepção criar duas linhas de atuação uma de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

legalização e formação do trabalhador e também buscando o protagonismo desse usuário que é o que fazemos desse atendimento. Devemos criar a associação fazer com que ela seja forte e trazer todos os educadores do Brasil inteiro para fazer parte dessa associação e vejo que é nesse espaço que vamos deliberar sim, tem poucas pessoas, mas é aqui que é o fórum onde fazemos a discussão, aqui que vai sair carta e vamos enviar para o país inteiro e daqui que deve sair essa associação de imediato.

Marquinho - olhando para as três propostas, e tem duas que estão mais focadas para a criação de algum tipo de associação, e tem uma para a criação de uma rede. Algumas considerações que desde 2001 existe os ENES e o projeto o de regulamentação é de 2009 e que desde o primeiro ENE já se falava dos educadores sociais e de serem reconhecidos inclusive antes de estar na NOB/SUAS e segundo alerta é que estamos perdendo debate político se sentarmos aqui para discutir regulamentação, estamos discutindo organização de trabalhadores em educação social é muito mais amplo que regulamentação. Então tá regulamentou e depois? Qual projeto político de uma associação que trabalha com uma população vulnerável em função das questões estruturais de uma sociedade, e acho que o debate tem que ampliar e ficar na regulamentação estão diminuindo o debate. Por exemplo, o desafio capacitação, aqui tem vários psicólogos, assistentes sociais, pedagogia e outras áreas de formação que diz o seguinte: *eu tenho conhecimento acadêmico que não deu conta e a minha experiência fortaleceu na pratica social ligada aos movimentos*. Uma associação pode dar conta desses elementos e trazer esse debate político? Esse é um debate que temos que fazer. Essa associação tem comprometimento de um projeto ideológico de transformação dessa sociedade ou de manter essa sociedade como bons educadores para manter a ordem? Nesse processo de educadores sociais e trabalhadores cabem todos agentes de educação social? Isso me parece que vai para outra linha, nem vai para o sindicato e um segundo momento tendo a



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

associação que faz parte do ENE, vamos lutar para que tipo de regulamentação, etc.

Ney - de fato quando a gente fala de articular o movimento ou construir a associação aí temos o nó de uma questão que é estratégica se antecipar a fundação de uma associação no estaremos abrindo mão de um processo de mobilização ou estamos construindo um instrumento que vai servir para essa mobilização? Pensando na regulamentação que não é o nosso alvo principal, mas é um foco imediato de discussão que precisamos acordar não ter uma associação ao invés uma rede de articulação, corremos o risco de estarmos enfraquecidos na interlocução com o Congresso Nacional. A Associação Nacional dá mais peso na interlocução com o congresso do que uma rede articulada, pensando numa estratégia para aglutinar as propostas que tem muito de consenso e tem pouca divergência no conjunto todo, dá para pensar que as duas tarefas, a de organização de rede e de mobilização dos educadores e da fundação de uma associação são tarefas ambas necessárias num curto prazo, uma representação sem representatividade não vale nada. Agrupar as duas coisas pode ser estratégico aglutinar a proposta do grupo azul com qualquer uma das concepções que criar, como tarefa urgente e imediata.

Edmilson - acredito que vou no caminho que Ney acaba de fazer, mas tem algumas considerações, podemos fazer uma opção política de dizer não queremos um instituto jurídico uma associação para nos representar, nós queremos uma rede de mobilização, podemos chegar a essa compreensão. Mas têm dois grupos propondo uma associação, minha ponderação vem em relação ao grupo azul, no seguinte criamos uma associação em que uma das estratégias fundamentais é a rede proposta. Devemos tomar cuidado que disse o Marquinhos, mas a preocupação é que não criemos uma associação que vá trabalhar já na perspectiva sindical, queremos uma associação que pense, tem a questão conjuntural tem, que talvez seja o trabalho primeiro que se assemelha a um sindicato que é pensar na regulamentação desse profissional.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

É só o instituto jurídico que dá cota de mobilizar? Acho que não é. Tanto que estamos no VI ENES tem varias organizações trabalhando para poder acontecer, então nós criamos esse instituto e vamos ter que monitorar este com mecanismos democráticos de destituições de coordenações e precisamos manter este espaço de um fórum que dá conta de pensar a educação social como um espaço que cria e recria constantemente nessa conjuntura de exploração, de violência, de sacanagem onde a corrupção é o mecanismo oficial. É essas linhas que estamos colocando e que dizíamos o seguinte que a própria associação, assuma para si o protagonismo desses sujeitos dessas diferentes frentes de trabalho é uma tarefa difícilima não muito fácil, mas para ser ousado, ser diferente para recriar e para poder dar conta de pensar democraticamente não é porque chegamos antes, demos o golpe e criemos o sindicato, não seria essa história. E tem uma situação que colocou Junio, que precisamos nos dar conta, 700 pedagogos discutindo a educação social e a legalização dessa profissão reunidos em Campinas, da pedagogia sócia, tem outros e vão afunilar para uma profissão e se eles estão dispostos a ir, qual é nossa capacidade de enfrentamento? Enfrentar o diálogo porque somos tão diversos, como dialogar com esse outro grupo, porque se eles forem por ai nós vamos perder na regulamentação e voltar ao patamar de dar outro nome nesse serviço que fazemos um cuidado que precisamos ter.

Eulange - continuo no que o Edmilson falou e concordo que as duas propostas são complementares. Estamos a 30 anos discutindo e nós introduzimos nas políticas públicas o educador social, fomos nós militantes que fizemos isso e desde 2001 com os ENES que estamos discutindo isso. Acho importante caminhar para a criação da associação, aqui é criar um coletivo e a criação da associação será numa Assembléia com convocação nacional, com delegado de cada Estado e ai sim criar com toda a legislação, aqui não vai criar uma associação, vamos compor um coletivo para que ele faça a mobilização nacional e marque uma Assembléia de criação, porque não pode criar aqui,



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pois tem toda uma legislação que tem que seguir. Proposta aqui a gente decide ela criação e tira um coletivo que terá a tarefa de criar a rede, um grupo de discussão na internet, fazer vídeo conferência, hoje isso não custa nada nós temos instrumentos e gente para fazer. Quem foi que inventou esse negócio de creche, foi a sociedade civil porque os filhos dos trabalhadores ficavam perambulando pelas ruas e então uma entidade aqui e outra ali foi criando creche e nós militantes gritamos que creche é m direito de todo mundo e que a educação precisava assumir, ai quem vai cuidar dos meninos, as pedagogas foram lá e disseram que eram eles, agora eles não querem limpar os menino e nem dar banho criou meio termo que é o auxiliar que não tem profissionalização para eles. Temos esse risco claro que essa lei foi gestada junto aos educadores lá no Ceará que colocou o profissional de nível médio e quando chegar lá nos educadores o pessoal da pedagogia vai querer que só eles fossem educadores, ninguém tem duvida disso. Temos que fazer um debate com um grupo forte e a educação infantil se manteve e ficou na mão de pedagogo que alterou o curso e tudo para fazer, mas eles fecharam a questão é pedagogo que vão cuidar e pronto não tem que discutir outro para cuidar não. Eu participei desse debate quando a educação infantil passou para a educação e quando era creche e estava na mão da assistência social ninguém preocupava esse não, depois que passou para uma politica pública de ter educação infantil este é um risco que corremos e devemos ter um interlocutor pra fazer frente a isso, e não vamos aceitar nesse lado de cá que seja pedagogo não.

Mariaelena - contemplada na fala do Edmilson e penso que as três propostas podem caminhar juntas de não estou conseguindo separar distinção dentro do debate que o grupo verde fez. Porque o que discutimos em fazer a associação Nacional do Trabalhadores/as era também fazer essa discussão em âmbito nacional e pressupondo que todos os Estados iriam se organizar regionalmente para ampliar essa discussão e não vejo onde deslocar a rede, a vídeo



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

conferencia as três propostas se unem. O que não pensamos dentro da proposta do grupo vermelho é na proposta sindical, mas levantamos essa discussão não agora na primeira instância, a partir de uma organização dos trabalhadores sociais e de compreender as questões dos princípios que foi o que o Marquinhos falou e a união das três propostas.

Manoel - só que ficou faltando do ponto de vista das estratégias o Ney foi muito feliz na síntese que ele propôs. Se pensarmos as ações a curto e médio prazo e se sairmos daqui com a idéia de associação, vamos começar primeiro com a rede e se organizar do ponto de vista estratégico como vai funcionar, ou então na segunda-feira vamos para um cartório e abre essa associação e não é disso que estamos falando. Portanto a mobilização em rede esta posta, como raciocínio metodológico de como chegar lá.

Eduardo - reconhecer a historicidade dessa caminhada dos ENES que vem pautando isso, e agente também delibera em nome da história e de todos os ouros encontros que ocorreram e entender porque de trabalhadores em educação, existe uma gama de profissionais e eu me proclamo como psicólogo e educador social, que essa é uma discussão mais ampla que inclusive que a pedagogia quer puxar para si esses elementos. Garantir que essa discussão seja feita desse conjunto de profissionais, há necessidade dessa institucionalização sim para um médio ou curto prazo, estamos com um projeto de lei que dever estar na segunda comissão em breve vai para constituição e justiça e saindo disso vai para o senador com possibilidade de modificar, então se não houver um grupo e tomar para si esse projeto e ao chegar ao senado pode sofrer todas as alterações é a perspectiva da pedagogia social, não é comprar uma briga, mas defender uma visão e uma lógica de educação social que vem sendo construída nesse país ao longo dos anos e a perspectiva que a gente considere e chame para a associação nacional que compõe essa associação de trabalhadores em educação social também os representantes das instituições em âmbito nacional que já existem nesse país regulamentada e



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

em funcionamento atualmente. Penso que o próximo encontro nacional pode ser no ano que vem como Assembleia de fundação dessa associação nacional? E se não dermos conta de encaminhar para o ano que vem estamos perdendo um passo importante junto ao congresso e a ao Senado onde estará tramitando?

Ney - preocupação da fala da Luiza dá idéia que os dois tipos de associados teriam os direitos diferenciados, porque isso teria que aprofundar essa discussão porque de um lado tem toda a discussão dos educadores sociais e quando a gente inclui todos esses atores da educação social todos esses trabalhadores da educação social há questões de divergências metodológicas e internas entre os diversos grupos que isso tem que esta contemplado na discussão da associação de alguma maneira e de outro lado os militantes pelo fato de ter uma cotização diferenciada por não ter salário isso não pode ser critério para ser um associado menor, precisamos criar uma associação que lide com essa questão sem que o critério forma de contribuição seja de associado de primeira classe e de segunda classe. Seja um debate que a gente encaminha para discussão de estatuto e de reflexão sobre a associação, mas importante que isso seja colocado já senão tudo que discutimos até agora cai por terra, questão de princípio.

Marquinhos - uma questão para tentar ir clareando o caminho ou escurecer as ideias como diz o movimento negro é aprofundar o debate, não podemos associar a criação da associação com os encontros dos ENES, essa é uma tarefa política histórica do movimento social desse profissional e dos profissionais que fazem educação social, esse é um caminho que vamos apoiar e acompanhar e vários profissionais vão estar dentro, mas tem uma coisa que do trabalho da educação social que continua com os ENES e muito provável que dessa associação seja um dos coordenadores do ENES junto com outras organizações que já compõem o ENES, mas ele continua refletindo a prática da educação social no Brasil. Então me parece que a gente indo para a associação pensando um pouco já consolidando com as falas e no começo



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pensava que tinha três propostas e que passou para duas e estamos indo para um consenso melhor ainda essa capacidade é importante e estratégica que não escamoteia o que está por trás, o que está por trás tem que ser colocado para fazer o debate. Feito isso então teria a associação de pensar na criação da associação dos trabalhadores/as em educação social e de pensar seus objetivos, não seria agora, para lutar na regulamentação não precisa ter uma organização do ponto de vista jurídico, uma mobilização social que funciona, quando você cria a associação, você está criando uma estrutura que organiza que tem princípios, tem objetivos, que vai avançando estrategicamente no debate e no associativismo desses profissionais, quando se pensou numa mobilização não se criou uma instituição para criar um estatuto, não criou uma instituição para aprovar a constituição brasileira, porque o movimento não precisa. Só para a gente ir separando esses processos para ter clareza no caminho.

Julia - não temos mais pessoas inscritas, a nossa compreensão é o seguinte: estamos fechando num consenso onde o debate continua e vamos criar uma associação de trabalhadores da educação social e não nesse lugar que vamos discutir qual é o perfil, vamos tirar um grupo para fazer essa discussão, fazer uma proposta e colocar no nosso site ENES e passar para essa militância que está aqui para contribuir, porque uma associação será uma instituição jurídica então precisamos pensar em colocar dentro do estatuto dela quem são os associados, qual a forma de associar, os objetivos, os princípios. Estamos fechando no consenso da criação da associação Nacional de trabalhadores da Educação Social, aonde vamos tirar desse encontro um coletivo de trabalhadores e militantes que farão um esboço de uma proposta de estatuto que não será no VII ENES, pela quantidade de pessoas que participam e metodologicamente seria impossível fazer uma plenária para aprovar um estatuto. Se no próximo ENES já estiver pronto à associação às pessoas terão o direito de filiar, não é uma associação composta por associações estadual e municipal e sim de trabalhadores e militantes da educação social.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Marquinhos – a única diferença era aprofundar a proposta do grupo vermelho desses dois caráters, um sindical de educadores e outro organizativo de trabalhadores sociais, teríamos que entender o que o grupo pensou, pois você cria uma organização com dois sujeitos dentro num espaço que é um caráter de organização política você gera disputa na origem, temos que superar este debate talvez o caráter não esteja superado do que é militante e do que é trabalhador. Por exemplo, no MMR tem dois atores importantes os meninos e os adultos que muitas vezes dá debate que não acaba mais, e como é em São Bernardo e dentro do movimento nas grandes assembléias nossas quando tem mais de um sujeito dentro da organização e nesse caráter político gera um problema político desnecessário, então entender melhor para entrar num consenso.

Wagner - A fala do Marquinho é bem interessante e vocês vão observar num futuro próximo, não adianta tentar evitar uma situação inevitável ela vai acontecer e vai fazer parte do processo político e temos que nos entender nela. Eu sou educador social, mas não tenho relação de trabalho e também tem aquele que está preso a uma relação de trabalho e a relação que essa pessoa tem com o meio social vai ser diferenciada. O que o grupo vermelho coloca é que isto vai acontecer, teremos estes dois grupos e que na origem estarão unidos por uma causa comum e depois teremos que trabalhar ao longo do tempo e historicamente e com muita serenidade a relação entre esses dois grupos para compor um resultado que seja satisfatório para o trabalho que fazemos. Pois não viemos aqui para discutir nossos interesses, mas o nosso trabalho como educadores sociais e temos lá no nosso horizonte os meninos, os idosos, os que têm problemas com drogas, um trabalho que gostamos e queremos fazer. Teremos que construir no futuro um diálogo entre esses dois grupos e tanto melhor será o resultado quanto mais próximo tivermos desse nosso horizonte que é comum. Agora o que teremos que nos defrontar no futuro, como hoje já estão algumas categorias com a desmobilização, porque



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

fulano esta com medo de ser manado embora e esta com toda razão, pois tem família em casa ou porque já se acomodou numa situação ou porque responde a interesses políticos vários inconfessáveis, isso vamos ter que enfrentar.

Ney - na verdade quando falamos de um lado educadores e de outro, trabalhadores da educação social, na verdade uma parcela dos trabalhadores da educação social e os educadores militantes estão juntos em um mesmo campo de identidade que é o de ser educador social, e entre os trabalhadores tem outros atores. Então na verdade o conflito se imaginarmos que haverá tensionamento não é entre um e outro, mas é dentro do campo dos trabalhadores que tem atores diferentes com posições diferentes dentro das instituições e aí tem jogos de poderes dentro das instituições. É um conflito que está colocado dentro do movimento sindical de trabalhar por ramo e aí tem dentro trabalhadores em diferentes níveis hierárquicos e você tem que lidar com esses conflitos que são do cotidiano e aí tem coisas que o movimento sindical consegue lidar e construir unidade que são as questões das disputas entre classes e tem coisas que são das questões internas que o movimento sindical ou associação que é o caso aqui que terá que criar estratégias de ajuste, acordo interno e negociação entre grupos com concepções divergentes. Que entre um trabalhador social que é da equipe técnica e um trabalhador social que é do quadro operacional as questões são diferentes e divergentes vamos ter que lidar com isso. E entre os educadores vivemos no cotidiano, concepções divergentes e numa associação estadual e nacional vamos que ter que lidar com isso, é parte do processo a construção do debate. Escolher institucionalizar e fazer uma associação também inclui colocar para dentro gente com qual você não concorda e lidar com isso democraticamente.

Marilze – não discordo de nada este consenso que está chegando está bacana, mas quando coloca organizativo educadores militantes e organizativo trabalhadores sociais, não fica claro. Tanto o militante quanto o trabalhador social, muitas vezes vão continuar militante quando estiver exercendo a ação dele e vai encontrar os limites, e se ele for a mais é porque ele é militante. Para



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

mim é uma dicotomia todos dois são educadores sociais.

Julia – vou fazer uma pergunta o que é trabalhador da educação social e o que é militante da educação social? Esta pergunta é para esclarecer. Por exemplo, a professora da UFG no núcleo tal, ela não é uma trabalhadora da educação social, mas é uma militante se é isso o peso tem que ser igual para qualquer um filiado ou não.

Carlos - São Bernardo. Vou colocar mais uma preocupação do que resolução, você tem um desdobramento quando a situação acontece no movimento e terá outros quando estiver prescrito. E se parte do prescrito e vai acontecer, você terá relações de poder assimétricas, na medida em que as coisas acontecem no movimento às relações de força de poder será mais democrática, é uma preocupação que tenho de estar isto prescrito e de não estar. Eu intuitivamente aposto no estar prescrito.

Marilza - na questão dos termos, quando falamos trabalhador, todos nos somos trabalhadores o emprego que cria uma conotação de trabalho, mais uma questão a si pensar.

Ney - a compreensão que estamos tendo é que tem um conjunto de profissionais que estão trabalhando nas instituições de educação social, que são alguns deles educadores sociais, outros técnicos, outros operacionais: motorista, cozinheira, etc, e que todos eles podem ter um identidade com o fazer de educador social ou não e todos esses estão contemplados e cabem na associação por conta de serem trabalhadores da educação social e além desses todos tem um outro perfil de gente que esta envolvida com a questão da educação social que também cabe na associação que é o militante do movimento popular, de ponto de cultura, de comunidade remanescente de quilombo e não tem uma relação de trabalho com instituições de educação social, mas tem identidade com o fazer da educação social. Esses dois perfis de gente cabem porque educadores sociais essencialmente, mesmo que um tenha uma relação de trabalho um emprego e outro não tenham e que um deseje garantias trabalhistas e outro não tenha necessidade dessa discussão



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

nesse momento. A proposta é uma associação que incorpora todos esses personagens e tenha entre suas tarefas discutir formação, mobilização, organização, discutir código de conduta do educador social para não ser perseguidor de meninos, um monte de coisa que pode ser tarefas dessa associação e objetivos além da questão da regulamentação da profissão é esse o consenso que temos construído aqui. E antes de estarmos com essa associação constituída tem uma tarefa anterior que é organizar e mobilizar e para isso vamos constituir uma rede e as estratégias de mobilização que sabemos fazer, que é pressuposto para termos uma associação forte. É isso tem acordo, tem consenso?

Marquinho – do jeito que está colocado da um destaque para o educador e você colocar todos outros os ramos que trabalham com educação social dentro de trabalhadores da educação social, está errado na minha concepção se o caso é dizer que vamos organizar esses dois segmentos temos que fazer uma redação que ela não tem o caráter duplo, podemos colocar os trabalhadores da educação social(educador militante, arte educador, técnico, pedagogo, pessoal da faxina, auxiliar) todo mundo que esta no universo da educação social. Primeiro parte do pressuposto que tem uma diferenciação, por exemplo, quem disse que quem trabalha numa entidade social e cultural tal é militante? Quem falou isso? Quem disse que por ser funcionário publico de carreira não é militante? O que é ser militante mesmo é estar fazendo atividade politica no horário de trabalho? É estar participando de um partido politico? O que é ser educador social é um cara que está empregado ou faz trabalho voluntário na sua comunidade ou é os dois, então parece que do jeito que esta quem olha gera esse conflito um dos objetivos da associação é estimular a criação de sindicatos, nós também não somos ingênuos sindicato já tem. Quem é filiado ao sindicato da categoria nossa? Toda organização que trabalhamos tem algum sindicato que o representa o negócio é se você discorda ou não dessa filiação. O tal do educador militante como a gente identifica, na medida em que separamos estamos jogando todos os outros trabalhadores que não é



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

educador como trabalhadores da educação social dando um destaque para o educador militante era só essa diferenciação em tese quem trabalha nas organizações sociais geralmente tem um sindicato, por exemplo, em São Paulo, Sintraenfa, senabal é bem provável que em outros Estados tem um sindicato que represente os educadores que trabalha em educação social.

Eulange – poderia ser trabalhadores em educação, quando falo trabalhadores estou pressupondo uma relação de trabalho e o que a gente queria colocar é o outro que não esta fazendo educação social, mas não como trabalho renumerado, foi essa discussão no grupo é o educador social, por exemplo, como militante do movimento, faço trabalho de educação social, mas não é renumerado, faço por militância e um educador que esta numa entidade social mas é contratado ele é trabalhador em educação social é uma relação de trabalho, por sinal na maioria dos não governamentais é uma relação de super exploração do trabalho que se o sujeito não estiver de manhã, de tarde, de noite recebendo uma miséria ele é um mal trabalhador. Os companheiros que trabalham em algum grupo de ONG tem que trabalhar mais de oito horas por dia e muito mais e exigem dele uma tal militância na relação de trabalho e se ele por acaso for cuidar do filho e não for trabalhar o povo torce o nariz para o educador que é pela militância tinha que largar o filho sem ninguém e ir para a ação. Uma coisa é trabalhador tenho uma relação de trabalho e porque destacou esse educador que não é militante? É aquele que não tem relação de trabalho, estou ali na educação social com os meninos com o núcleo de base por militância eu não estou recebendo para isso e realizo um trabalho de educação social com as mulheres por militância, não é relação de trabalho. Relação de trabalho é relação de trabalho seja governamental ou não, isto tem que está bem claro, quem está aqui de algumas organizações essa exploração de trabalho esta bem presente.

Edmilson – esse debate tem folego para ser seguido a partir de qualquer organização que a gente constituirá aqui, ele não se encerra e outro se a gente ler no projeto de lei do Chico Lopes o artigo 2 quando ele fala dos campos de



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

trabalho desse educador social contempla toda essa galera que esta sendo dita aqui, então estamos promovendo um debate que inclusive mexeria nessa organização do projeto em si e quanto tempo temos para definir isso, porque ele coloca 14 campos de atuação que pega tudo que já foi dito aqui.

Wagner – chamo atenção para não se atrapalhar na questão das denominações, dos nomes do que estamos nomeando. Primeiro estamos fazendo uma distinção que é bem clara entre os educadores sociais que estão ou estarão nesse processo submetidos à relação de trabalho e os que não estarão. Falo isso por conta do que a Eulange falou agora na questão da militância e entendo que é uma questão que ultrapassa a estar ou não submetido a relação de trabalho, militante é aquele que luta pela ideia que tem a utopia lá na frente que caminha esteja ele submetido a relação de trabalho ou não é até estranho para mim dizer estar submetido a relação de trabalho e do outro lado esta o militante, porque a militância começou com o trabalhador, para poder lutar contra a exploração do trabalho mesmo. Então assim, nós vamos enfrentar a questão que eu acho mais importante que está no horizonte de toda essa conversa que é a possibilidade da gente sofre ao longo do processo entraves por conta de desmobilização de cooptação, etc e pra isso serve esse esforço de organizar uma associação que isso fortalece a vontade e não perder de vista que teremos que trabalhar o conflito como o Ney esta colocando aqui a todo o momento e este dialogo vai precisar ser construído entre aqueles que estão submetidos a relação de trabalho e os que não estão, e esperamos que todos eles sejam militantes. E teremos que se oporem aqueles que fora da militância se prendam a relação de trabalho como forma de cooptação de conseguir dividendos politico e percam lá na frente o nosso norte que é cuidar, tratar e estar presentes na vida das pessoas que algumas delas até estão aqui e vivem esse processo que a gente trabalha como educador social.

Junio – vamos tentar acompanhar até onde construímos consenso, o grupo azul já entende que a proposta esta contida dentro do processo já não esta



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

voltando esta questão é uma estratégia e ninguém colocou contrário a essa compreensão e outro consenso que não estamos criando uma associação aqui e agora o que estamos dizendo é que tem que existir uma associação e que ela tenha esses conjuntos de reflexões que estamos fazendo e o terceiro consenso é que precisamos eleger aqui e agora uma equipe que vai conduzir a proposta de associação e o processo de mobilização para qualificar a lei e para aprovar a lei e parto do entendimento de que até o nome está contido no primeiro artigo do estatuto dessa associação é um debate que mesmo a gente querendo fazer aqui ele está posto em outro momento ele só vai ser amarrado no momento que estaremos definindo não só nome, mas princípios, formato organizativo não adianta dizer aqui que é de militante temos que dar o caminho. Associação que congrega trabalhadores que congrega militante e vamos entrando num nível de discussão mais específico, o companheiro trouxe uma questão que é seríssima e que talvez seja ao contrário militante da educação social e não trabalhadores não é porque não queremos estar com tantos trabalhadores estamos com alguns inimigos do lado querendo destruir o processo de educação social, não dá para fazer esse debate agora e tentando fazer isso estaremos prolongando e achando que está definindo algo que não se define aqui porque o nome da associação é um dos primeiros artigos da construção estatutária dela, sinto que estamos querendo amarrar algo que não cabe os consensos já foram construídos e eles são que a rede é estratégia e necessária e vamos fazer isso e precisamos da associação no curto e médio prazo não pode ser a longo e que vamos eleger aqui um grupo que vai conduzir esse processo o nome os princípios os objetivos e terá que ser chamado outro momento para definir.

Carlos – concordo com a fala do Junio não cabe discutir agora, vou trazer uma situação específica para colocar mais lenha na fogueira e vou trazer um exemplo, vamos supor que eu seja militante da educação social, porém o meu trabalho não é tipificado como educador social, portanto, dentro dessa divisão eu não poderia me sindicalizar e eventualmente precisaria ser protegido acho



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

que teria um problema essa divisão. Na rede pública estadual é muito fácil a gente ser representado por desvio de função e numa situação dessas como seria defendido se eu não posso ser sindicalizado e não estou tipificado como trabalhador da educação social, por isso concordo com a fala do Junio.

Manoel – proposta de encaminhamento, na estrutura a se aprofundar dessa associação com a clareza das falas aqui o público alvo é educadores sociais e militante é subtendido, não consigo conceber educação social sem militância, trabalhadores, voluntários dos vários segmentos da educação social, ou seja, o educador social do ponto de vista mais abrangente possível, pensar direitos e deveres de maneira igual para todos e por último a associação definiria seus objetivos gerais e aquilo que abrange todos educadores de maneira universal e objetivos específicos para cada tipo de situação que a gente queira incluir na defesa que essa associação faz do ponto de vista do trabalho, da formação e da militância.

Edielson – concordo com o Ronaldo não podemos perder a oportunidade de criar essa associação, agora quando se fala em associação não é igual ao sindicato, mas é bem parecida e o que é militante que estamos fazendo confusão aqui de quem é voluntário que associado de qualquer coisa que passa a ser um militante, por exemplo, o sindicato em São Paulo que tem 80 mil trabalhadores não é todos que são militantes é militante quem se associa de livre vontade seja em 18 a 20 mil e acho que na associação é militante quem se associa de livre vontade.

Ney – no encaminhamento que o Junio apontou tem uma coisa que estava compreendida como consenso também que é a abrangência desse coletivo de educadores, aqueles que são trabalhadores da rede de educação social num sentido amplo e aqueles que são educadores sociais práticos sem relação de trabalho isso estava acordado também, e tendo esse ponto fecho o encaminhamento com o Junio que a discussão que estamos fazendo desde então é uma discussão por conta de problema de redação da relatoria do grupo que foi rápida porque o tempo é curto e a gente fica tentando tirar dúvida e



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

esclarecer uma coisa que já esta suficientemente consensuado que são diversos atores que a gente incorpora nessa associação todos eles como associados e vai considerar a possibilidade de tratar diferente, por exemplo, de cotização no caso de mensalidade se no caso a pessoa estiver desempregado uma questão de justiça social, tirando coisas desse tipo o resto somos todos iguais numa associação de educadores sociais o nome não nos importa nesse momento, somos todos iguais dentro de uma associação nacional daqueles que lutam por uma educação social transformadora da sociedade nesse país este é o contexto geral que temos consenso aqui. E para isso precisamos mobilizar organizar e ir à luta.

Marquinhos - têm alguns olhares e divergências e isso é salutar no debate que foi apontado na questão dos trabalhadores e aos não trabalhadores que fazem parte da educação social então não vamos se você tem uma organização que trabalha educação social tem outros profissionais que não são educadores pela função que ele está, por exemplo, como um técnico a ação é diferente que um educador faz, esse é um debate se ele tem conflito com os educadores etc, se lesa o direito e tem que ter instrumento de ética, ter denuncia a outra coisa é o debate que a Eulange esta colocando fazendo uma diferenciação de um militante que é de movimento com os outros que não é, temos que aprofundar isso não é simples e não é aqui. Este gesto político no ENES não pode passar despercebido temos que criar a associação aqui com esses valores que esta sendo apontado, tem divergências das estratégias, mas é normal e tem que avançar.

Luiza - quando a gente olha o texto por mais que o Ney tenha dito todo mundo é igual que na verdade isso esta claro, na leitura do texto a impressão que dá é que existem educadores que são militantes e trabalhadores que não são na nossa fala esta clara que não é isso, mas o texto diz isso. Estou propondo que seja militante da educação social ai ficaria claro, mas ainda sim ficaria uma ambiguidade na escrita que é trabalhadores de educação social, então eles podem ser militantes ou não, por exemplo, eu sou militante de educação social



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

eu não sou trabalhadora da educação social eu sou da educação formal de ensino básico, mas sou militante de educação social pelo movimento de MMMR e isto é uma coisa na primeira frase e na segunda escrita esta trabalhadores da educação social e daí eles não são militantes? O Almir, por exemplo, é um trabalhador de educação social e é um militante, mas tem outras pessoas que são trabalhadores da educação social e não são militantes então vamos resolver isso, o problema esta colocado na escrita aqui pela discussão já foi entendido, talvez seja colocar militante da educação social e a Luiza esta dentro militante ou não, e resolver essa discussão que já tem uma hora e meia.

Ronaldo – no grupo o que discutimos foram duas situações: primeiro se falamos de trabalhadores então se funda sindicato, quando se fala associação discutimos uma coisa mais ampla onde abrange todo mundo inclusive militante, na associação é cabível de fazer isso, nós já temos associações formadas dentro do sindicato até quem não trabalha na fábrica pode ser só do sindicato. Porque na associação vamos deixar esse grupo de fora, pensamos naquele povo que estão sempre amassando barro, se pensar trabalhadores se funda sindicato, mas associação cabe os militantes sim sem sombra de duvida.

Leo – várias pessoas usaram a frase temos que aprofundar o debate e na verdade é que algumas falas as pessoas ficam preocupadas com a nomenclatura da associação, e às vezes por trás disso tem algumas coisa que não esta sendo dita. Nós estamos vivendo um momento histórico para os educadores sociais, para os meninos e meninas, pelos idosos e nós estamos entre os nossos pares, nós temos que ser aqui o mais transparente possível. Estamos convocados enquanto educadores sociais a pensar um novo jeito de fazer política e então precisava entender se o objetivo da associação nacional é fazer a mobilização para que os educadores sociais e as pessoas envolvidas na educação social consiga avançar naquilo que almeja qual o problema de envolver os militantes, de envolver os educadores e os técnicos? Se tiver alguma coisa que implica no sucesso dessa associação que seja colocado,



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

pois não vejo problema se colocar educadores sociais, trabalhadores da educação social se tem essa dificuldade então coloca associação nacional de educação social, porque ai contempla diversos atores que estão preocupados com a emancipação do direito humano, que inclui atores que estão preocupados com o avanço e sucesso das nossas lutas e continuar fazendo o debate em torno do ponto e da vírgula parece que estamos escondendo alguma coisa, que não estamos a vontade de colocar aqui, então proponho colocar associação nacional de educação social.

Julia - uma coisa importante no VI ENES, estamos criando a associação nacional de educadores ou trabalhadores e para isto vamos definir uma equipe aqui e esse é um momento político que não podemos perder e está aprovado pela plenária. Politicamente o VI ENES criou a Associação Nacional... (ainda temos problema com o nome)

Junio - estamos aprovando a criação de uma associação nacional para o fortalecimento da educação social no Brasil, como será o nome dela vamos discutir juntos, porque não é uma discussão separada, vamos discutir nome, princípios, objetivos e forma organizativa.

Marquinhos – a idéia não é só fortalecer a educação social, pois o ENES vem cumprindo esse papel, a questão de fortalecer os trabalhadores, militantes as pessoas que estão envolvidas com a educação social, quando colocamos só educadores, por exemplo, eu sou educador pela entidade que trabalho, mas na função eu não sou então não posso participar desse momento, eu entendo que eu posso, o militante que está desempregado ou militante renumerado pode estar nessa associação, o trabalhador social governamental ou não deve estar nessa associação, pois o que envolve todos esses educadores é a educação social.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

APÓS DEFESA DAS TRÊS PROPOSTAS APRESENTADAS

PROPOSTA FINAL APROVADA

- Criar a Associação Nacional com duplo caráter:
 - Organizativo: Educadores Militantes.
 - Organizativo: Trabalhadores em Educação Social
 - Método: Compor um coletivo com representação regional para elaborar essa proposta de Estatuto e convocar uma Assembléia.

Composição do Coletivo que representará a ASSOCIAÇÃO NACIONAL...

1. Ronaldo - Federação dos Químicos
2. Edielson
3. Wagner
4. Clerismar – AESC/CE
5. AESC-São Paulo (indicar alguém)
6. Campanha Criança não é de rua (indicar alguém)
7. João Batista- Junio
8. Néia - coordenação
9. Leo
10. Kelly
11. Luiza Monteiro-MMMR/GO
12. Eduardo Mota/GO – coordenação
13. Katiele/DF

Tarefas:

1. Mobilizar o debate sobre princípios, objetivos e forma organizativa para a Associação
2. Formulação de texto do estatuto
3. Articular a rede de mobilização
4. Sistematizar a proposta de texto coletivo para o PL 5346

****Observando que Ronaldo julga de suma importância a nomenclatura trabalhadores na associação.**



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Coordenação: Eduardo Mota

Definição do local próximo encontro

Local: Próximo Encontro Nacional será no Estado de São Paulo e o grupo define o local, a cidade.

****Observando 2014, estarmos na Copa do Mundo e depois as eleições, por isso o indicativo do encontro para 2015.**

PLENÁRIA - Apresentação dos grupos

1. *Concepções metodológicas de educação social*
2. *Formação profissional*
3. *Regulamentação profissional*

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO - grupo vermelho

1. Composição de um grupo de trabalho que sistematize o debate para ampliá-lo e realiza-lo em meio virtual. Sugerido ser o próprio grupo responsável pela articulação e mobilização da associação
 - 1.1 Utilizando como meio o próprio site do VI ENES
 - 1.2 Mobilizações dos próprios educadores, sendo a associação um ponto estratégico
2. Articular/ mobilizar apoio aos conselhos regionais e representantes públicos para revisão do projeto de lei e possíveis orientações e pensar estratégias criando uma rede de apoio para nossa posição no debate da regulamentação
3. Propor dentro da regulamentação a discussão sobre a criação de um espaço (associação) onde os educadores/as possam se formar e se certificar.
4. Estimular encontros estaduais para a regulamentação da profissão a partir de orientações nacionais.
5. Estimular a Participação na audiência pública sobre a lei 5346/09.
6. Fazer lobby junto a deputados e senadores para aprovação da lei com nossas contribuições.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

FORMAÇÃO PROFISSIONAL-Grupo Verde

- *Partindo do campo das lutas sociais por uma sociedade igualitária, que supere as desigualdades, visibilizaram-se as demandas de ações na comunidade, em prevenção, efetivação de direitos de superação de estarem em situação de vulnerabilidade, e para tal é necessário:*
 - *O perfil de ações desenvolvidas na perspectiva do olhar escuta e ação de mobilização social.*
 - *O Estado deve proporcionar a formação para adequação dos profissionais que estão na função de educador social, e criar cursos nas instituições públicas.*
 - *A formação profissional do educador social deve partir do Ensino fundamental, contemplando:*
 - I. *Educadores já em exercício, mais experiência comprovada por 3 anos em ações de educação social realizada por instituição reconhecidas juridicamente.*
 - II. *Nível médio mais um ano de formação em educação social.*
 - III. *a) formação em Tecnólogo em Educação Social. b) Possuidor de curso superior, com especialização na área de educação social ou 3 anos de experiência como educador social.*

Ao Estado cabe providenciar:

- *Formação para adequação dos profissionais que estão na função de educador social*
- *Criar cursos nas instituições públicas que ofereçam a formação do educador social.*
- *A Associação de classe comporá o processo de formação e certificação dos educadores sociais.*

CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL –Grupo Azul

Princípios

Abordagem:

1. *Baseada em princípios de direitos humanos;*
 2. *Igualitária, respeitadora das diferenças, baseada na livre aceitação e no diálogo;*
- *Forma de aproximação que visa à apresentação de alternativas que apontem para possibilidade de construção de um projeto de vida.*

Desenvolvimento de atividades:

1. *Recreativa, profissionalizante, artístico-cultural, etc.*



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

** Funciona como mediação para conhecimento mutuo e desenvolvimento de uma discussão crítica da realidade dos participantes em suas relações com a sociedade em geral.*

Finalidade:

1. Preparação para o mercado de trabalho
2. Inserção social
3. Aprimoramento das relações comunitárias
4. Protagonismo social

**Auxiliar a superação da situação de vulnerabilidade social e a transformação dos participantes em sujeitos, empoderando para ação e apontando perspectivas.*

A partir desses princípios comuns e das discussões entabuladas, considerando a multiplicidade e diversidade de práticas metodológicas que se valem desses princípios propomos:

1. Pela necessidade de ampliação do debate a respeito do trabalho do educador social, enfatizando sua **intencionalidade**. É a partir das intenções do educador social frente ao seu público que podemos compreender a sua pratica os princípios que a regem e como estes se constituem no método.
2. Pela necessidade de conhecer as práticas de outros educadores sociais, para que estes se constituam em interlocutores de fato, e assim se possibilite e se possa enriquecer o debate acima. Essa proposta se subdivide em mais duas:
3. A constituição de um cadastro nacional de educadores sociais e instituições que trabalhem com educação social;
4. O Aprimoramento e a ativação das redes de comunicação para que alcancem expressão nacional, propiciando a troca de experiências, a atualização dos debates e a ação conjunta;
5. E, como norte político em que teoria e prática encontram expressão transformadora, defendemos a participação ativa do educador social na construção de políticas públicas, por meios de ações organizadas, pressão política, ampliação do diálogo institucional e da participação nos órgãos de decisão.

REGISTRO DAS INTERVENÇÕES DA PLENÁRIA APÓS APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Ney – esclarecendo que na proposta do grupo vermelho o primeiro ponto composição do grupo de trabalho para sistematização seria esse próprio grupo



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

que foi composto para articulação, mobilização e debate da associação. No segundo ponto articular/mobilizar apoio aos conselhos regionais e representantes públicos é a estratégia de criar uma rede de apoio para nossa posição no debate da regulamentação da outra questão que é a mobilização dos próprios educadores e aí a associação é parte estratégica. O terceiro ponto (sugerido a Ney organizar a redação para apresentação).

Junio – também solicitou complementar o texto de apresentação do grupo vermelho pela ausência de algumas questões debatidas. Sendo a estratégia de estimular encontros estaduais para construir a proposta de regulamentação a partir das orientações nacionais do grupo que estará construindo o estatuto da associação. A outra proposta é participar da comissão que está o projeto e o quinto ponto se organizar para fazer o lobby junto aos deputados para aprovação da regulamentação. (sugerido a Junio organizar a redação para apresentação).

Edmilson – do grupo verde observa que fez uma discussão pela manhã e a tarde quando voltaram retomaram a discussão e entenderam que haveria um debate na plenária sobre as propostas e deixa registrado que no grupo não houve consenso e esgotamento das propostas que seriam possíveis sair, havia uma necessidade maior de um debate maior de outras questões e de rediscutir questões que foram colocadas os companheiros estão lembrando que pelo menos deixar isso registrado.

LEITURA DA CARTA DE GOIANIA (EM ANEXO)

A coordenação do momento Eduardo Mota explana que segundo a plenária existe uma divergência e falta de consenso na apresentação das propostas dos grupos e tem uma preocupação dessas forem colocadas como aprovadas pela plenária como um todo na carta.

Eulange – a prática nos ENES nunca foi votado às propostas dos grupos apresentam e todos acatavam. O grupo apresenta um relatório e aquilo vai para relatório final e a carta todos os encontros anteriores foram feitos dessa mesma forma e conduzimos da mesma forma. O que o grupo definiu como resultado do grupo é a proposta. Observa que no grupo verde foi feita a leitura e concordaram que a proposta eram aquelas. Então elas têm que ser mais debatidas no decorrer da associação.

Edmilson – esclarece que a fala da Eulange foi discussão da manhã e a tarde parte do grupo pautou desejou a rediscutir e algumas coisas não tiveram condições de argumentar naquele momento e queriam retomar. E fez uma ponderação com o grupo se na ausência de algumas pessoas era ético retomar



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

e o grupo entendeu que faria aqui na plenária.

Julia - explana que pode ter tido falhas, todos os grupos era para terem sido orientados pelos facilitadores o que trouxesse aqui era para documento do encontro não era de debate e pessoalmente estive no grupo vermelho e falei isso. Sugestão é que a carta é um documento mais político e não tem que expressar tudo, colocar os tópicos apresentados, nas mesas redondas o que foi discutido e finalizar a carta com ato importante que foi a criação da associação.

Leo - desculpe se pareço arrogante no que vou falar o mínimo que temos que fazer é socializar se isto não foi feito nos eventos anteriores esta aí uma falha nos ENES. É preciso socializar e levar para a plenária o que os grupos discutiram setorialmente, isto é um princípio básico da democracia. Como faremos isso sem que se alongue de forma infinita, se vamos decidir quantas pessoas farão os encaminhamentos e a redação final que se dará a isso é outra questão que precisamos pensar rapidamente, mas essa socialização deve ter, julgando que todo mundo discutiu e aceitou e levar isso como proposta nacional isto não pode ocorrer, é simples é básico. Faço uma distinção que julgo importante para mim existe uma diferença entre ata e carta, na ata colocamos tudo que aconteceu no evento como registro das atividades que nós desempenhamos ao longo do evento até para ter acesso a estas informações depois, agora à carta é um documento político que temos que pensar durante o evento, politicamente o que nós trouxemos de contribuição e queremos dividir com a sociedade brasileira o que nós discutimos aqui em essência e isto tem que aparecer na carta enquanto uma proposta para mostrar que nós somos articulados politicamente naquilo que estamos desenvolvendo.

Eduardo Mota - primeiro entender que essa metodologia ela é inclusive utilizada nas conferencias da criança e de adolescentes e as teses aprovadas pelos grupos de discussão e não precisa de ser da totalidade aquelas que atingirem 60%/ 80% sem a necessidade de votação, elas são apresentadas as demais que não atingiram aprovação elas são submetidas a discussão de plenária é só uma observação é um processo que está validado e inclusive utilizado em outros espaços de deliberação. No nosso caso, compreendendo a coordenação nacional do evento seguindo o costume e uma tradição dessa forma ela pode ser questionada e reavaliada nós tomamos por deliberação isso, agora se os integrantes daquele grupo compreendem e aprovam essas cinco teses e enquanto grupo eles trazem meramente para apresentação, isto inclusive deve sim refletir contradições inclusive na educação social e teses que sejam contrárias umas das outras e refletem uma discussão da educação social nesse momento que estamos vivendo entendendo que a pontuações e considerações.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

Junio – só da um esclarecimento aos companheiros, qual a lógica senão fica parecendo que a coordenação desse encontro constrói um conjunto de procedimentos antidemocrático para legitimar uma ou outra coisa que já pense anteriormente, na verdade todo esse procedimento tem um conjunto de lógica, por exemplo, a gente parte do pressuposto que ninguém é dono de todo saber que o processo de construção junta à gente contribui em parte e o processo da construção coletiva ele se dá pela soma do todo, logo para algo ser legítimo tudo tem que passar por mim, eu sou uma parte do processo, essa é uma compreensão nossa enquanto coordenação da dinâmica desse processo que achamos importante e precisa ser dito. Então entendo que é legítimo tanto o que vem do grupo que estava, tanto que é tão legítimo o que vem do educador que discuti diferente de mim e que está no outro grupo as duas coisas são legítimas, não é só legítimo o que passa por mim não, isso é uma compreensão importante da gente porque a construção é coletiva e a gente parte dessa compreensão e tenta fortalecer ela por duas dinâmicas, uma tem haver pela dinâmica de infraestrutura do encontro, que bom que hoje conseguimos mergulhar em muitas questões não deu para fazer em Olinda com 1200 pessoas num espaço e não consegue ir tão fundo e muita fala é muita gente, tem poucos espaços para conversa sobre a nossa dinâmica do trabalho, então é um aspecto que faz a gente utilizar desse procedimento e outro além dessa dinâmica organizativa esta ligado a essa construção do que sai do ENES a gente não esta deliberando para fulano ou sicrano não é proposta de conferencia o que sai do ENES é reflexão de educador e não precisa tudo ser um consenso de todos, mas ao mesmo se temos tempo e pode contribuir que a redação não tem que estar fechado se posso dar uma somada e uma complementada o espaço não tem que estar fechado se o companheiro tem algumas questões a contribuir vamos escutar qual é o problema? Não tem que ter problema com isso, mas também não é não legítimo o processo é legistíssimo.

Ney - tem duas pessoas nesse mundo que vão direto para o inferno sem intermediários primeiro são aqueles que abrem guarda-chuva debaixo da marquise quando está chovendo aí passa um velhinho perto dele e ele empurra e o outro é o dono da lógica da racionalidade estas mataram mais de 200 milhões de pessoas no século 20 as vezes as coisas soa bem mais simples e rasas do que a gente imagina estamos aqui construindo tudo coletivamente mas tem uma hora que tem que puxar as pessoas para a terra. Participei este ano das conferencias de direitos da criança e adolescentes em todos os níveis municipal, estadual e no nível nacional e posso dizer que a antidemocracia ela esta presente nas conferencia desde lá do municipal onde os adolescentes não são chamados para participar verdadeiramente e acaba uma pequena cúpula de adolescentes indo lá que também precisam ser representados, e até em Brasília quando chega lá e dividem os grupos e muitas das coisas decididas são enfiadas goela abaixo da pessoas que estão em plenário sem discutir em



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

nem nada porque teve um consenso lá no grupo não vamos repetir isso aqui, vamos dar um banho de democracia e vamos dar um exemplo para o Brasil, vamos discutir o que os grupos fizeram se a gente colocar essas coisas lá e todos mundo achar que esta uma beleza ótimo, todo mundo achou, agora a gente julgar que o processo esta bom, não estamos aqui dividindo entre anjos e demônios e nem culpar ninguém estamos querendo mostrar da maneira correta que tem que ser feita, até porque aquilo que fazemos enquanto educador social fazemos no contexto da democracia e quando a gente sai deste morre gente que nem esta acontecendo aqui em Goiânia.

Ney - quero dizer quando estamos em Conferencia Nacional algumas regras são desenhadas lá porque a gente sabe qual é o jogo político que está colocado no cenário nacional esse espaço aqui a princípio que estamos construindo processos democráticos entre iguais onde às disputas não estão colocadas no mesmo parâmetro e nível de jogo político de numa conferencia nacional, então este modelo de conferencia é melhor que a gente não reproduza aqui. A proposta que trabalhemos o texto que é político mantendo o que os grupos produziram, mas não dizendo que nós defendemos o que os grupos produziram, a gente legitima o que fizeram, mas que não é uma posição política do ENES, porque o ENES como um todo não fez o debate desse conteúdo e deliberou sobre ele, se contemplar resolvemos o problema de uma forma simples.

Edmilson – só quero deixar registrado uma coisa quando votamos em encerrar as coisas hoje, eu particularmente já não tenho paciência para discuti muita coisa não, já estou a fim de ir embora, então não sei se o grupo terá paciência também, mas precisava ficar registrado, porque o entendimento do nosso grupo de manhã é que no plenário a gente iria discutir essas coisas e não nos foi dito, inclusive foi dito assim nós não temos que estabelecer consenso aqui as coisas contraditórias levamos para o plenário e depois teve um grupo que volta a tarde e acho que são coisas fundamentais, por isso elas permanecem e elas se deu muito naquele primeiro debate, e são os debates para entender quem é o sujeito educador social e qual é a defesa da concepção de educação social, tem um grupo muito preocupado tem coisas que o grupo não esta contente quer dizer, e não deu conta de elaborar naquele momento como queria dizer ai no debate resolveu voltar e não teve essa oportunidade, então essas questões deviam ficar registrada senão ficarei numa posição ruim com o grupo, porque o encaminhamento que foi feito é que aqui se faria o debate e ele não vai se dar. Acho que a coordenação deveria encaminhar a sugestão que o Ney fez para resolver a questão.

Eduardo Mota – tem um elemento que é essa forma de fazer que evidência que inclusive é saudável a contradição que esta posta, a discordância dentro da própria educação social da concepção da pessoa do educador social, uma



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

proposta de encaminhamento foi a do Ney trazer o resultado da discussão dos grupo e apresentar existe outra proposta de encaminhamento?

Mulher sem identificar - não estou entendendo o que esta acontecendo aqui agora, acho que os educadores estão sendo calados eu gostaria de ouvir a proposta deles o nosso grupo falou acho importante ouvir eles, ficamos aqui até agora, eu não gostaria que meu grupo tivesse sido calado se a gente quisesse falar.

Leo - Proposta de encaminhamento em cima de um protesto e vou deixar bem claro eu penso que a questão não é de consenso ou dissenso a questão é de posicionamento político, o ENES tem que se posicionar. Que haja um posicionamento político que reflita na sociedade brasileira, a gente só concorda discutindo, concordo que ninguém tem que ser calado nesse momento, colocar as propostas e discutir.

Homem sem identificar- na fala do Edmilson contemplou a gente aqui, o que nós queríamos que pelo menos deixar registrado que não foi esgotada a discussão. Outra questão que coloco é que participo pela segunda vez nesse encontro e não me sinto educador social, por exemplo nos grupos fiquei extremamente recolhido, pois não temos essa discussão no que faço, ali não tínhamos instrumentos para poder falar, somente no intervalo que fomos almoçar que encontramos instrumentos para falar, se o processo fosse democrático era importante considerar isso, nós estamos construindo em nível de pertencimento nesse ENES.

Mulher sem identificar- na hora que foi apresentada as proposta ninguém fez questionamento nenhum, agora quando esta lendo a carta vem com uma proposta de retomar? Devemos tomar um certo cuidado no que estamos fazendo, se tiver que discutir hoje, teremos que voltar amanhã pois hoje não dá mais tempo, são quase 8 horas da noite e estamos nesta discussão há 4 horas, não tem condições.

Julia – gostaria que a proposta fosse levada em consideração, a carta é um documento político e não tem que colocar oque saiu dos grupos a ação política que tivemos aqui foi a criação da Associação Nacional... a articulação da rede para mobilização dos educadores/as e aprovação da lei. Isto não é um encontro deliberativo e ai quero discutir o que é democracia, pois se for tirar aquilo que o sujeito pensa diferente de mim, é diferente se tivéssemos num encontro deliberativo para pegar proposta e encaminhar para alguém executar ou nós mesmos. Isto são reflexões de cada um de nós educadores e educadoras sociais que estão aqui e temos que levar em consideração o que cada um pensa, nós não estamos aqui discutindo propostas deliberativas para



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

ser entregue para alguém executar, isso é feito em todos os encontros do ENES momentos de reflexões e em todos os encontros tivemos o cuidado de garantir no livro publicado que conta a história do primeiro até o quarto ENES e colocamos somente a reflexão. Não vamos entregar isso para órgão nenhum fazer, a carta é de teor político e será para ser lida no próximo encontro e colocada na rede, e não é uma carta para mostrar a proposta do grupo xyz. Levar em consideração essa proposta.

Ney – a proposta da Julia faz todo sentido, como documento político não precisa incluir na carta o que foi discutido nos grupos e se teve problemas nos grupos é no debate que vamos construindo ao longo do tempo que vamos aprofundando essas questões, tem acordo com isso, agora o que estava dito é que o debate dos grupos seria apresentado e ponto e que este não iria para carta. na hora que os debates do grupo aparece na carta nós temos que debater pois é conteúdo político.

Encaminhamento final

Coordenação Eduardo Mota – a plenária delegou ao grupo responsável pela redação da carta fazer um acréscimo das pautas de debates que foram discutidas no VI ENES e acrescentar a carta o ato político na criação da Associação Nacional... e de um coletivo para articular e mobilizar os trabalhos da associação e suprimindo as propostas dos grupos que são somente reflexões do VI ENES.

Cida Martins- chegamos ao final do VI ENES, estamos em 2012 e lembrando que o primeiro foi em 2001 sendo 11 anos desde que se iniciou essa discussão dessa forma e agradecemos a presença de todos e ficamos felizes com o nível dos debates e não tivemos uma platéia gigantesca como foi em Recife e foi muito difícil organizar este encontro pela questão da falta de recursos financeiros, não conseguimos financiamento de nenhum ministério com exceção do MDS já quase no início do encontro para os palestrantes estarem aqui e contamos com apoio financeiro do Sindicato dos Químicos e da nossa estrutura enquanto movimento nacional do MMMR, então a caminhada não foi fácil e sabemos que é muito difícil para as pessoas se deslocarem porque existem problemas financeiros sim, mas a representatividade e a qualidade dos debates e chegar nesse VI ENES dizendo a associação ela vai sair e foi criado esse ato político acho que tudo valeu a pena. Muito obrigado e nós continuamos pescadores de ilusão até São Paulo em 2015.



VI Encontro Nacional de Educação Social - ENES

*** Fica registrado que devido à metodologia do encontro ter pensado somente na apresentação em plenária das propostas trabalhadas nos grupos temáticos, que na plenária no momento que as propostas foram apresentadas houve um anseio de aprofundamento das questões sendo que o grupo estava mobilizado e motivado embora não tenha dado tempo para discutir todas as discussões apresentadas.*

ANEXOS

1. Carta dos Educadores Sociais no V Encontro de Olinda de 13 a 16 de novembro de 2008.
2. “Educação Social e Políticas Públicas: Uma História Possível”- Licínia Maria Correa UFMG.
3. CARTA DE GOIANIA